GETÚLIO VARGAS

DEPÕE:

O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

SÉRGIO OLIVEIRA

O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

GETÚLIO VARGAS DEPÕE: O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

ISBN 85-7246-010-1
9 788572 460101

Quem conduziu o Brasil à guerra?

Por que nossos navios foram afundados?

Capa: Joana Adelina
Foto 4ª capa: M. Rosenberg
Revisão do texto: o autor

Autor dos livros:
O Massacre de Katyn
Hitler - Culpado ou Inocente?
Sionismo x Revisionismo
A Face Oculta do Sacramento
O Cristianismo em Xeque (Prêmio Revisão Histórica)
Getúlio Vargas depõe: O Brasil na II G.M., (Prêmio Nacional de Pesquisas Históricas)

Sérgio Oliveira
GETÚLIO VARGAS DEPÕE:
O Brasil na II Guerra Mundial
Revisão Editora Ltda., Cx. postal, 10.466
Cep 90.001-970 Porto Alegre - RS - BR
Fone/Fax: 051 - 223.1643

160 pgs. 16x23 cm - 1996

I.S.B.N. Nº 85-7246-010-1

1. História do Brasil. 2. História da II G.M. 3. Política Internacional. 4. Quem conduziu o Brasil à guerra. 5. Por que nossos navios foram afundados.

Sérgio Oliveira

GETÚLIO VARGAS DEPÕE

O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

OUTUBRO DE 1996

— CONFERINDO E DIVULGANDO A HISTÓRIA —

"Gosto mais de ser interpretado do que de me explicar."

Getúlio Vargas

"Tudo começa de antes."

João Guimarães Rosa

"Desde os primórdios da civilização, o homem não se satisfaz em observar os eventos isolados sem explicação; necessita de uma compreensão da ordem subjacente do mundo."

Stephen W. Hawking

"Escutem todos vocês. Antes de mais nada o biógrafo de Getúlio Vargas terá de levar em conta certos traços de seu caráter que o tornam figura singular neste País, dando-lhe vantagens muito grandes sobre os outros políticos. É um homem calmo numa terra de esquentados. Um disciplinado numa terra de indisciplinados. Um prudente numa terra de imprudentes. Um sóbrio numa terra de esbanjadores. Um silencioso numa terra de papagaios...
É capaz de dominar seus impulsos e de controlar sua fantasia..."

Érico Veríssimo

Sumário

Introdução

Nada há de mais sincero do que um diário. Autobiografias, memórias, depoimentos a terceiros têm endereço certo: o público, o registro histórico, a construção do personagem. Neste caso, aquele que escreve uma autobiografia, que registra fatos para um memorial, ou que transmite informações, impressões, opiniões, julgamentos, etc., constrói a expressão escrita ou oral na forma em que entende que seu depoimento deva chegar ao público. A frase é preelaborada, a opinião rebuscada, maquilada. Tal preocupação, não raras vezes, distorce a verdade, esconde propósitos, omite revelações importantes, constrói uma história deturpada. Autobiografias, memórias e depoimentos para publicação não têm a consistência e o compromisso com a verdade peculiares ao diário. Este é um registro pessoal, uma anotação que não se destina a quem quer que seja, a não ser à própria consciência do autor.

O diário que deu razão de ser a este trabalho foi escrito por um ex-Presidente brasileiro. Restou esquecido ou preservado do conhecimento público por 53 anos. Em inúmeras passagens dos treze cadernos que compõem o referido diário, o autor externa o temor de que alguém possa ter lido seus desabafos particulares. Significa dizer que as anotações não tinham outra finalidade senão a de dialogar consigo mesmo; a de colocar-se o autor em paz com a própria consciência. Trata-se, pois, de um depoimento de grande credibilidade. Não tem a conotação, muitas vezes facciosa, de um escorço autobiográfico. Tampouco expressa a idéia do "deveria ser", buscada por aqueles que visam a imortalidade histórica. Retrata o "que é", ou o "que foi", segundo a ótica de quem o redige.

Getúlio Vargas teve, desde o suicídio cometido em 24 de agosto de 1954 até a data presente, dezenas de biografias publicadas. Sua filha e secretária de gabinete – Alzira Vargas do Amaral Peixoto, e o norte-americano John W. F. Dulles, talvez tenham sido aqueles que mais se aproximaram da realidade. Alzira, porque era sua filha e convivia diuturnamente com o estadista; Dulles, porque em sendo estrangeiro, não se deixou influenciar pelas duas grandes correntes da época: a dos "queremistas" e a dos "anti-getulistas".

Mas nenhum destes dois biógrafos e também os inúmeros outros teve acesso ao manancial revelador, irretorquível, definitivo, que é

o **Diário de Getúlio Vargas**. Nem sempre as ações de um Presidente, mesmo em regimes ditatoriais, expressam o seu desejo, o seu ponto de vista. Exemplificamos: a decisão de ruptura de relações com os países do Eixo, tomada pelo Brasil, em janeiro de 1942, não resultou de uma imposição de Vargas, mas de uma reunião ministerial em que o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, cedendo às pressões de Roosevelt, Sumner Welles (Sub-Secretário de Estado do Governo Roosevelt) e Jefferson Caffery (Embaixador dos Estados Unidos no Brasil), liderou a corrente belicista, superando a oposição pacifista que tinha à frente o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra e o Chefe-de-Estado-Maior do Exército, Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Naquela ocasião, o Presidente Getúlio Vargas, reconhecendo a gravidade do momento histórico, e ciente das conseqüências que poderiam resultar de qualquer uma das medidas adotadas, submetendo o problema à apreciação de seu ministério, transferiu-lhe a responsabilidade de decidir em nome da Nação. O ponto de vista de Getúlio Vargas encontra-se cristalizado em seu **Diário**, de forma inequívoca. Suas revelações acendem luzes sobre áreas antes obscuras da história, comprovando, mais uma vez, que o esforço revisionista não é utópico. Não se trata de uma investida quixotesca contra pás de moinhos, mas trabalho meritório no sentido do resgate de verdades escamoteadas e da rejeição de mentiras entronizadas.

O **Diário de Getúlio Vargas** é um incentivo para os que já vinham, apesar das manifestações de desagrado dos guardiões da "verdade conveniente", tentando resgatar a "verdade verdadeira". E é um ponto de partida para os incrédulos de até então. É um convite ao repensar, à reflexão crítica sobre tudo quanto vem sendo escrito e difundido através do cinema e da televisão, com a clara finalidade de entorpecer as mentes e impedi-las de questionar sobre fatos históricos relevantes.

Esta última afirmação foi mais uma vez confirmada pelo principal órgão brasileiro perfilado entre os guardiões da "mentira conveniente" – a **Rede Globo**. Na mesma semana em que a revista **Veja** publicava extratos do **Diário de Getúlio Vargas**, a **Globo**, a fim de desviar a atenção do que era importante, canalizando-a para o banal, o trivial, o irrelevante, tratou de enfocar no "**Fantástico**" a faceta sentimental do ex-Presidente. Em lugar de promover uma discussão pública sobre fatos históricos de grande relevância, escarafunchou a vida privada de Getúlio Vargas, tentando identificar quem teria sido sua amante! Não resta dúvida que a questão levantada é de grande importância! Nos países de 1º Mundo fatos como este não são desprezados pelos órgãos de comunicação de massa. Eles tratam deles, sim: os

jornais e redes de televisão sensacionalistas, os pasquins, a "imprensa marrom". Foi através dela que o mundo inteiro ficou sabendo que Roosevelt e Kennedy foram grandes garanhões. (Quem diria! Roosevelt, mesmo com sua inseparável cadeira de rodas!)

Afinal de contas: quem deseja conhecer a identidade da amante de Vargas, senão as candinhas e os que foram desacostumados de pensar, satisfazendo-se com os "pratos feitos"?

O **Diário de Getúlio Vargas** contém matérias de muito maior relevância do que aventuras extra-conjugais ou segredos de alcova. E é de uma dessas matérias que se pretendeu tratar aqui: as circunstâncias em que se deu a ruptura de relações do Brasil com os países do Eixo, e quais as conseqüências desse ato de Política Exterior, decidido por um grupo de pessoas, à revelia da opinião pública nacional.

Dentre algumas perguntas que ainda hoje não foram adequadamente respondidas, e que, por isso mesmo, desafiam os historiadores da Segunda Guerra Mundial, podem ser incluídas as seguintes:

Qual a verdadeira data de início daquela insanidade, daquela catástrofe deflagrada pelo homem em pleno século XX?

Quem foram os verdadeiros artífices da hecatombe responsável pelo sacrifício de mais de 30 milhões de vidas, pela destruição de um valor incalculável de bens, pela transformação do mapa-múndi, pela corrida atômica e por outros tantos males que ainda hoje perduram?

Por que o Brasil abandonou sua neutralidade vantajosa, e alinhou-se com os Aliados?

Quem foram os responsáveis pela decisão que custou ao Brasil mais de 1.900 vidas (entre militares e civis) e boa parte de sua marinha mercante?

Estas e outras questões de grande relevância histórica foram abordadas por Getúlio Vargas em seu **Diário**. Pretendeu-se discuti-las aqui, confrontando as anotações pessoais do ex-Presidente com a visão de outras fontes. Não se teve a pretensão de esgotar o assunto, mas de estabelecer, como diz a terminologia militar, uma "cabeça-de-ponte", um ponto de partida para incursões mais profundas e ousadas, principalmente no que tange aos aspectos correlatos à História do Brasil. A nível internacional, os revisionistas da Segunda Guerra Mundial já se encontram bem longe da "cabeça-de-ponte", muito próximos de seu objetivo. Aqui, todavia, ainda se repete o chavão de que "o Brasil entrou na guerra porque os alemães torpedearam **covardemente** os nossos navios".

Na verdade, como se comprovará adiante, o ataque alemão à esquadra mercante brasileira foi tão "**covarde**" e "**inesperado**" quanto o ataque nipônico à base naval norte-americana de Pearl Harbour. No dia **28 de janeiro de 1942**, tendo o Governo brasileiro optado pelo

rompimento de relações com os países do Eixo – contra a vontade do Presidente e dos Generais Eurico Dutra (Ministro da Guerra) e Pedro Aurélio de Góis Monteiro (Chefe do Estado-Maior do Exército) – nenhum dos componentes da cúpula governamental brasileira desconhecia os riscos imediatos decorrentes daquela decisão.

O torpedeamento do "Buarque", ocorrido em **16 de março de 1942**, portanto, DEZENOVE DIAS depois do encerramento da Conferência Interamericana, realizada no Rio de Janeiro, não surpreendeu senão aos brasileiros desavisados e ingênuos quanto às regras de guerra.

Por que Getúlio Vargas e seus dois ministros militares eram contrários à ruptura de relações com os países do Eixo? Eles eram germanófilos? Não. Eram contrários à decisão tomada porque conheciam os riscos dela decorrentes. E além do mais, o Japão, a Itália e principalmente a Alemanha, eram parceiros comerciais dos quais o Brasil não podia prescindir. A Alemanha, comerciando na base de trocas, era a fonte principal de suprimento das Forças Armadas brasileiras. O Governo nacional-socialista alemão vinha transferindo e instalando no Brasil, com apoio de seus técnicos, inclusive fábricas de armamentos e de munições. (Estranha atitude em se considerando o Brasil um "inimigo em potencial"!)

Hoje, revelados alguns "segredos de guerra", acaba-se concluindo que a decisão tomada pelo Governo brasileiro acabou livrando o País de um mal maior. Os americanos tinham "prontinho-da-silva" um plano de invasão do Nordeste em caso de má vontade para com Tio Sam. De tal forma que, embora sem saber, mas provavelmente desconfiando, Getúlio Vargas, que era um estadista de larga visão, percebeu-se em xeque. A situação do Brasil era muito simples. Um matuto qualquer diria numa tirada filosófica: "Se corre, o bicho pega; se fica, o bicho come!"

Outra grande vantagem que o Brasil tirou da opção de 28 de janeiro de 1942, foi a de situar-se ao fim e ao cabo entre os "vencedores da guerra". Os vencedores de guerras invariavelmente são comparados aos anjos; são os defensores do bem, da justiça, da igualdade entre os povos. Os "perdedores", obviamente, são a encarnação do mal; equiparam-se ao próprio demo e, por isso, arcam com todas as responsabilidades. Muitos "perdedores" alemães foram levados perante o "tribunal" de Nuremberg; outro tanto de japoneses foram submetidos ao "julgamento" de Tóquio. Utilizou-se a forca como meio de exorcizar o mundo dos "demônios da guerra".

Se o Governo brasileiro tivesse dito NÃO a Roosevelt, dando uma banana a Sumner Welles e Jefferson Caffery, os "mariners" teriam desembarcado no Nordeste e empurrado o Brasil, ainda que nominalmente neutro, para a esfera dos "perdedores". Em conseqüência,

Getúlio Vargas, Eurico Dutra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, tanto quanto aqueles que olhavam enviesado para Tio Sam, correriam o risco de serem julgados por "tribunal" instalado em Piripiri, Canguaretama ou outra localidade qualquer do Nordeste.

Parece piada, mas não é. Hoje, passados mais de cinqüenta anos do final do conflito, ainda se caçam "criminosos de guerra", exigindo sua extradição para fins de "julgamentos" em países que nem sequer existiam na época da guerra. Quando algum Governo se dispõe a cumprir suas leis (fazendo valer, por exemplo, o instituto da prescrição), os "justiceiros" apelam para ações extra-legais – como ocorreu em relação a Adolf Eichmann –, seqüestrando sem qualquer consideração para com o princípio da soberania nacional. Desrespeita-se, ainda, o mais sagrado de todos os princípios do direito penal – o do "nullum crimen, nulla poena sine praevia lege", legislando "post delictum" e submetendo indivíduos a "julgamentos" ilegais, absurdos, contrários as mais comezinhas regras do direito.

O **Diário de Getúlio Vargas**, infelizmente, foi interrompido em 30 de abril de 1942, pois a 1º de maio o Presidente sofreu um grave acidente de automóvel na Praia do Flamengo, resultando em fraturas de perna, de mão e do maxilar, permanecendo em convalescença por três meses. Só a 27 de setembro regressou ao Palácio Rio Negro, em Petrópolis, onde deixara o décimo-terceiro e último caderno de seu **Diário**. Naquele dia, inseriu o seguinte "post scriptum":

> "Quantos acontecimentos de grande transcendência ocorreram na vida do Brasil. Aqui chegando, tracei rapidamente estas linhas, dando por encerradas as anotações. Para que continuá-las após tão longa interrupção? A revolta, o sofrimento também mudaram muita coisa dentro de mim!"

I – Antecedentes da guerra convencional

Uma das teses revisionistas é a de que a Segunda Guerra Mundial tenha começado logo após a subida ao poder de Adolf Hitler (30 de janeiro de 1933) e não a 1° de setembro de 1939, como propõem os "historiadores oficiais".

Conceituados teóricos do fenômeno social "guerra" – como Quincy WRIGHT, Julian LIDER, J. F. C. FULLER, Raymon ARON, Richard BARNETT, Robert D. CRANE e Franco FORNARI – têm repetido a velha lição de Karl von CLAUSEWITZ de que "a guerra é apenas a continuação da política do Estado por outros meios". Normalmente, os Estados fazem a guerra através do emprego de meios bélicos. Mas existem outras formas de ir à guerra. Os embargos econômicos, as pressões políticas e os bloqueios são exemplos de guerra.

Poucos dias depois da posse de Hitler como chanceler do Reich, o editor do "New York Morning Freiheit", um jornal iídiche de grande tiragem, conclamava os judeus americanos e do mundo inteiro a se unirem na "**guerra contra o nazismo**". O Congresso Judaico-Americano, liderado pelo rabino Stephen Wise, encarregou-se de liderar o movimento. No dia 8 de maio de 1933, Wise declarava: "Eu sou pela guerra!" (EDMONDSON. **Eu Deponho**, p. 195).

Nas páginas do "**Portland Journal**", de 11 de fevereiro de 1933, Morgenthau afirmava categoricamente: "**Os Estados Unidos entraram na fase de uma segunda guerra**!"

Diz Louis MARSCHALKO: "Nesse ínterim, várias organizações judaicas e comunistas de boicote estavam se espalhando pelos Estados Unidos como cogumelos, tramando arruinar a economia de Hitler. Em 1936 já estava em franca atividade um comitê de boicote anti-nazista, enquanto que Hitler, nem mesmo em seus sonhos, podia adivinhar a hora em que o relógio soaria..." (L. MARSCHALKO. **Os Conquistadores do Mundo**, p. 61)

Desde 1933 os judeus realizavam proezas diplomáticas tendentes a inclinar o fiel da balança a seu favor. Gravitando em redor de Roosevelt, o "staff" liderado pelo banqueiro J. Warburg tratou de esquentar as relações dos Estados Unidos com a União Soviética (inimiga natural do nacional-socialismo em razão do antagonismo ideológico). Roosevelt acede em receber o ministro soviético de Relações Exteriores, Maxin Litvinov (Finkelstein), e acaba por reconhecer o

Governo bolchevista (depois dos Estados Unidos negarem-se a fazê-lo por dezesseis anos).

Confirmando o que muitos afirmavam com respeito a existência de um estado de guerra com a Alemanha, muito antes de 1º de setembro de 1939, o **Diário de Getúlio Vargas** registra a seguinte informação em 28 de novembro de 1934:

1934

28 de novembro – (*O governo alemão, já sob o comando de Adolf Hitler, tenta um acordo comercial com o Brasil. O governo americano tenta impedir*) A Comissão de Comércio alemã entrou em *démarches* com nossos peritos. Essas negociações chegaram ao conhecimento do governo americano, que interpelou nosso embaixador. A Alemanha firmou como critério geral a troca de mercadorias. O governo americano resolveu reagir, prometendo-nos vantagens especiais. Nossos peritos esperavam apenas a aprovação do governo brasileiro, **quando chegou a impugnação americana**. (*Apesar da oposição dos EUA, o governo acabaria fazendo um acordo nas bases propostas pelos alemães.*)

Dois dias depois, Vargas registrava o seguinte:

1934

30 de novembro – O nosso Embaixador em Washington continua a transmitir informações sobre a pressão americana para que não aceitemos a política de compensações no intercâmbio de produtos. Enviou a nota americana ou proposta que vai ser examinada.

Pois tudo o que vêm afirmando os revisionistas a respeito da verdadeira data em que iniciou a "**guerra contra a Alemanha nacional-socialista**" se confirma através do depoimento de Getúlio Vargas. A 28 de novembro de 1934, quatro anos e nove meses antes da "data oficial" de 1º de setembro de 1939, o governo dos Estados Unidos "**impugnava**" um pretendido acordo comercial com a Alemanha. Note-se: o mundo inteiro estava em "paz". Por que a ingerência norte-americana sobre o livre e soberano direito do Brasil escolher seus parceiros comerciais?

O Brasil deveria evitar acordos com a Alemanha, que costumava **honrar seus compromissos**, e chegar a entendimentos com os que lhe faziam a guerra através de **embargos**?

Getúlio foi claro a respeito do procedimento dos ingleses em suas relações comerciais com o Brasil:

1935

28 de fevereiro – O ministro Souza Costa (*da Fazenda*) continua discutindo com os ingleses. Todos com muita boa vontade... **para nos escorchar**.

A intenção de **escorchar** o Brasil, como se depreende de vários registros, tinha íntima ligação com sobrenomes bastante significativos:

1933

13 a 15 de março – Visita dos srs. LYNCH e STEPHANY com o Ministro da Fazenda. Afirmo-lhes a necessidade da revisão do fundign, que não podemos cumprir, e do exame de uma nova fórmula para a solução de nossas dívidas.

1933

28 e 29 de junho – No dia 29 despacho com os ministros militares e recebo o Ministro da Fazenda muito apreensivo com atitude do General Valdomiro, que se recusa a atender à LAZZARD, BROTHER, e as conseqüências pela ameaça deste em fazer uma declaração pública que prejudicaria o resultado das negociações sobre a dívida externa.

1933

30 e 31 de julho – Recebi, à tarde, o sr. John SIMON, Ministro do Exterior da Inglaterra. Falou-me da questão do sr. LAZZARD, BROTHERS. Como estes homens defendem os interesses materiais dos seus nacionais, mesmo quando pretendem nos explorar.

1934

30 de janeiro – Estudei o plano das dívidas externas, as objeções do representante dos credores americanos, sr. CLARK, ao esquema NIEMEYER, as respostas de sir LINCH e o acordo final.

1934

12 de setembro – Sir LINCH veio em nome de sir NIEMEYER manifestar seus receios por qualquer operação com os Estados Unidos que reduzisse nossos recursos para atender aos credores ingleses.

O contato de Getúlio Vargas com LAZZARD, NIEMEYER, LINCH e outros elementos da mesma estirpe, levou-o a emitir a seguinte opinião:

1935

29 e 30 de março – Recebi o Gen. Pantaleão, com quem tratei vários assuntos de interesse militar, e depois o jornalista Assis Chateaubriand, com negócios um tanto atrapalhados, e sempre com várias idéias e planos interessantes. Astucioso, inteligentíssimo e precisando de dinheiro. **Ele deve ter sangue judeu, mas os judeus querem o dinheiro para entesourar, e ele, para empregá-lo em suas empresas jornalísticas**. (Grifo do autor desta obra.)

No ano seguinte, talvez por ter esquecido da alusão anterior, o Presidente tornou a registrar:

1936

11 de fevereiro – Recebi também o jornalista Assis Chateaubriand, inteligente, ágil, debatendo questões de interesse social, **mas tendo sempre, no fundo, um interesse monetário. Deve ter sangue judeu**. (Grifo do autor desta obra.)

Enquanto uma parceria bem definida **escorchava** o Brasil, como Getúlio Vargas deixou bem claro em seu **Diário**, a Alemanha revelava-se uma parceira comercial assim definida pelo Presidente:

1933

6 e 7 de fevereiro – Recebo as credenciais do novo embaixador alemão. (Hitler assumira o cargo de Chanceler em 20 de janeiro.) Achei-o simpático e inteligente. Falei-lhe acerca da construção do porto de Torres, pela qual se interessa o Governo alemão, empregando capital para aproveitar os sem-trabalho.

1934

22 de outubro – Sessão da Comissão Federal de Comércio Exterior. Tratamos das negociações com a Alemanha. À tarde recebi o cardeal da Polônia e a Comissão Alemã de Comércio Exterior.

Com respeito as negociações em curso entre Brasil e Alemanha, os Estados Unidos, em 28 de novembro de 1934, fizeram a **impugnação** já registrada anteriormente.

Três dias depois da ingerência norte-americana, o **Diário** registrava:

1934

31 de outubro – O nosso Embaixador em Washington continua a transmitir informações sobre a pressão americana para que não aceitemos a política de compensações no intercâmbio de produtos.

1934

11 a 15 de novembro – Continuam as negociações com os Estados Unidos para um tratado comercial. Este país faz oposição formal ao regime das compensações, quer a liberdade comercial, e convida o Brasil a acompanhá-lo. **Se fizermos, teremos todas as facilidades; se recusarmos, nada obteremos. O assunto é sério, porque acompanhar os Estados Unidos em sua política comercial é fechar as portas ao comércio de um grande número de países de moeda bloqueada, que nos compram mercadorias que os Estados Unidos não adquirem. O assunto está em exame**. (Grifo do autor desta obra.)

1935

30 e 31 de janeiro – Recebo telegrama do Costa (Artur de Sousa Costa – Ministro da Fazenda) pedindo que não fossem assinados acordos com a Itália ou com outros países sem que ele terminasse as negociações nos Estados Unidos. (A Itália vinha negociando a venda de submarinos ao Brasil. Na época, ainda não fora formado o Eixo Berlim-Roma, o que aconteceria somente em 25 de outubro de 1936, mas o Governo de Mussolini era tido como pró-Alemanha.)

No período antecedente à guerra convencional, ocasião em que se efetuavam os embargos econômicos contra a Alemanha, a Inglaterra se arvorou à condição de árbitro das relações internacionais. Sua arrogância, porém, vez por outra recebeu um tratamento à altura por parte do Governo brasileiro:

1936

10 de janeiro – O Embaixador inglês apresentou-se no Catete **pretendendo ser recebido imediatamente para reclamar contra uma lei votada pela Câmara que, segundo sua opinião, prejudicava os interesses ingleses**. Respondi que, naquele momento não poderia recebê-lo, que procurasse o Ministro do Exterior. (Grifo do autor desta obra.)

É de causar pasmo, mas é isto mesmo. Os ingleses pretendiam interferir sobre o Poder Legislativo brasileiro, **que tinha a "petulância" de elaborar leis em proveito do Brasil, e não dos interesses da Inglaterra!**

Em contraste com as atitudes de ingleses e americanos, a relação comercial com a Alemanha desenvolvia-se em alto nível:

1936

20 de maio – Recebemos a visita do casal Macedo Soares (Getúlio Vargas se refere a José Carlos de Macedo Soares – Ministro das Relações Exteriores – 1934/1937). O Ministro muito entusiasmado com o convênio comercial com a Alemanha, pelas possibilidades que nos abre para a colocação de vários produtos.

1936

1º e 2 de junho – Um fato de grande importância para a administração nestes dois dias: o convênio comercial com a Alemanha. Duas dificuldades temos a superar: uma resultante da acomodação dos interesses dos dois países – esta já foi solucionada; a segunda resulta das ponderações do Governo americano supondo que o acordo teuto-brasileiro (Convênio Comercial Teuto-Brasileiro), feito em marcos de compensação, viola o princípio da liberdade de comércio e da cláusula de nação mais favorecida estipulada no Tratado Comercial Brasil-Estados Unidos. *Tem havido contínuos entendimentos* entre Rio e Berlim e Rio e Washington. (O Tratado Comercial

Brasil-Estados Unidos colocava este último na posição de **nação mais favorecida**, o que resultava no seguinte: o Brasil vendia algodão para a Alemanha (porque o mercado americano não se interessava pelo produto), exigia pagamento em dólares ou libras esterlinas, e comprava com o valor arrecadado produtos dos Estados Unidos e não da Alemanha, desde que o primeiro, como **nação favorecida**, dispusesse do produto. Como a Alemanha só negociava na base de troca, o Brasil ficava obrigado a optar por uma destas duas alternativas: a) vendia algodão para a Alemanha e recebia produtos alemães em pagamento; b) deixava de vender algodão a Alemanha, porque esta se negava a pagar em moeda, e privava-se dos produtos de que necessitava porque não possuía recursos para adquiri-los.)

Getúlio Vargas não vacilou em escolher a alternativa que mais servia ao Brasil:

1936

3 e 4 de junho – Após várias démarches entre Rio de Janeiro e Berlim, e sucessivas conferências entre os Ministros da Fazenda e do Exterior, ficou finalmente assentado o comércio entre o Brasil e a Alemanha em marcos de compensação. Não haverá tratados, nem convênios, nem qualquer demonstração solene, fardada e protocolar. Uma simples nota do Governo do Brasil à Alemanha comunicando a permissão da exportação, àquele país, de 62 milhões de quilos de algodão em marcos de compensação. A Alemanha enviará, por sua vez, ao Brasil, uma nota das quotas que nos concede.

Infelizmente, embora o Brasil se situasse bem ao sul do Caribe, às vezes era obrigado a proceder como as "repúblicas das bananas" para não contrariar a grande potência ou meter-se em encrencas com o tutor das nações latino-americanas:

1936

5 a 8 de junho – Terminado o Convênio Comercial Teuto-Brasileiro, que se convencionou reduzir a uma simples troca de notas **para evitar complicações com os americanos**... (Grifo do autor desta obra.)

Enquanto o comércio brasileiro com a Alemanha começava a fortalecer-se, a facção oposta continuava na tentativa de raspar os parcos recursos de que dispunha o tesouro brasileiro:

1936

2 de julho – Despacho com os ministros militares e concedo algumas audiências. Entre elas, o Embaixador uruguaio acompanhado pelo Ministro da Fazenda do mesmo país, que vieram visitar-me. Ambos regressavam da Europa. Conversamos sobre a situação geral daquele continente e, particularmente, sobre os novos impostos que a Inglaterra pretendia decretar sobre as carnes importadas e que afetariam principalmente a Argentina, o Brasil e o Uruguai. Disse-lhe que o Brasil provavelmente tivesse de fazer sentir à Inglaterra, caso isto se verificasse, que talvez não pudéssemos continuar pagando as prestações da dívida externa. O Embaixador aplaudiu calorosamente e disse que essa declaração devia ser dos três países interessados.

Naquele mesmo mês as pressões americanas, em razão do comércio brasileiro com a Alemanha, começaram a intensificar-se:

1936

21 de julho – O Ministro do Exterior (José Carlos de Macedo Soares) continua insistindo pela realização de grandes compras na Alemanha; o Brasil intervindo no mercado para a compra de marcos de compensação; venda de 500 mil sacas de café; retorno em armamentos para o Governo federal e polícias dos estados. (...) O Oswaldo (Oswaldo Aranha – Embaixador do Brasil nos Estados Unidos), à noite, telegrafou-me, falando sobre indiscrições do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores) e sobre o propósito do Governo americano de denunciar o tratado de comércio feito conosco, **aplicando ao Brasil o mesmo tratamento que à Alemanha**, em vista da mudança de política comercial. (Grifo do autor desta obra.)

1936

22 de julho – Tratei com o Ministro da Fazenda de vários assuntos administrativos e, principalmente, das complicações criadas com os Estados Unidos pelo convênio comercial com a Alemanha.

Parece dispensável alongar as citações destinadas a fundamentar os propósitos deste capítulo. Os registros de Getúlio Vargas em seu **Diário** confirmam que o estado de guerra de ingleses e americanos contra a Alemanha existia desde a ascensão de Hitler ao poder, em 30 de janeiro de 1933, intensificando-se, paulatinamente, à medida em que o nacional-socialismo conseguia transformar uma economia caótica em potência crescente. Por mais estranho que possa parecer, Hitler não procurava atritar-se com o Ocidente. Muito pelo contrário, buscou sempre o entendimento com ingleses, franceses e americanos, escrevendo em sua obra "**Mein Kampf**", e reafirmando em inúmeros discursos, que o adversário natural do nacional-socialismo era o marxismo soviético.

A 7 de fevereiro de 1945, na antevéspera da derrota final, Hitler afirmava (Martin BORMANN. **Testamento Político de Hitler**, p. 46):

> "Enquanto a Europa luta desesperadamente por afastar o perigo bolchevista, os Estados Unidos, guiados por Roosevelt, nada de melhor encontram para fazer senão colocar todo o seu fabuloso poderio material a serviço dos bárbaros asiáticos que pretendem destruí-la."

A 24 de fevereiro de 1945, o Führer alemão ditava para a posteridade (Martin BORMANN. **Testamento Político de Hitler**, p. 79/82):

> "A guerra com a América é um drama. Ilógica. Faltam-lhe bases reais. O acaso da história quis que, enquanto eu tomava o poder na Alemanha, Roosevelt, escolhido pelos judeus, assumisse o Governo dos Estados Unidos. Se não fossem os judeus e o seu homem de ação e manobra, tudo poderia ser diferente. Tudo deveria levar a Alemanha e os Estados Unidos, senão a se compreenderem e se simpatizarem, pelo menos a se apoiarem mutuamente, sem que fossem necessários esforços especiais. (...) A Alemanha nada esperava dos Estados Unidos e estes nada tinham a temer por parte da Alemanha. Tudo concorria para que coexistíssemos, cada um por si, em perfeita harmonia. O que deitou tudo a perder, desgraçadamente, foi o sionismo mundial, que escolheu aquele país para se instalar com o bastião mais forte. (...) Roosevelt poderia ter sido o maior Presidente dos Estados Unidos depois de Lincoln. Mas preferiu, ao invés de servir ao povo americano, prestar serviços à causa judaica.
>
> Cometeu, para isso, verdadeiras insanidades políticas, como a de aliar-se ao marxismo soviético. Abusou cinicamente da igno-

rância e ingenuidade do povo americano, levando-o a uma guerra absurda. Fê-lo ver o mundo através da ótica judaica, arrastando-o por trilha que lhes será fatal se não voltarem atrás no tempo."

A responsabilidade da comunidade judaica internacional pela Segunda Guerra Mundial é um dos temas tabus da época presente. Os historiadores comprometidos com a "verdade conveniente" colocam os judeus, invariavelmente, no papel de vítimas. Segundo eles, 6 milhões de judeus teriam sido imolados barbaramente pelo regime nacional-socialista, fato este que recebeu a denominação de Holocausto. Não se tem o propósito de discutir, aqui, este tema. Existem, hoje, dezenas de obras revisionistas, escritas por autores de diversas nacionalidades, inclusive brasileiros, reexaminando o Holocausto sob a ótica da ciência, da lógica e dos fatos novos surgidos nos últimos cinqüenta anos.

O que se pretendeu neste capítulo foi determinar as origens da Segunda Guerra Mundial e identificar os responsáveis por ela.

O **Diário de Getúlio Vargas**, além de comprovar sobejamente que ingleses e americanos começaram a guerrear a Alemanha, através de embargos econômicos, muitos anos antes de 1º de setembro de 1939, registra um episódio que muito bem se presta para encerramento desta abordagem inicial. O que Hitler afirmaria em 1945, pouco antes do desastre final, Getúlio soube-o, em fevereiro de 1939.

Eis o que registrou em seu **Diário**:

> **13 de fevereiro** – Atendi as audiências, entre elas, d. Rosalina (Rosalina Coelho Lisboa – Jornalista – Membro da delegação brasileira à VII Conferência Interamericana de Lima. **Estava alarmadíssima com o movimento comunista da América, que diz amparado pelo Governo americano e o judaísmo internacional**. (Grifo do autor desta obra.)

Em fins de novembro de 1935 (23 a 27), sob a liderança de Luís Carlos Prestes, mas organizada, subvencionada e dirigida por organismos e agentes externos, eclodiu uma intentona comunista, em Recife, Natal e no Rio de Janeiro, com o objetivo de derrubar o Governo Vargas e instituir o regime comunista no País. Mais de duas dezenas de brasileiros morreram em defesa do regime em vigor. Getúlio Vargas relata, em síntese, os fatos ocorridos na época, confirmando, inclusive a participação de agentes estrangeiros na frustrada intentona. Faz-se necessário, em razão do depoimento de d. Rosalina Coelho Lisboa, acima transcrito segundo as anotações de Getúlio,

lembrar aos esquecidos ou informar aos que não têm conhecimento da realidade, que a intentona comunista de 1935 teve como principal mentor o judeu-alemão Harry Berger (Arthur Ernest Ewert), assessorado por Baruch Zell, Zatis Janovisai, Rubens Goldberg, Moysés Kava, Waldemar Roterburg, Abrahão Rosemberg, Nicolau Martinoff, Moisi Lipes, Jayme Gandelsman, Carlos Garfunkel, Waldemar Gutinik, Henrique Jvilaski, José Weiss, Armando Gusiman, Joseph Fridman, e mais uma extensa nominata de agentes exportados para o Brasil, todos judeus. No meio deses agentes mais importantes havia, também, arraia miúda – como a judia-alemã Olga Benarios, amante de Luís Carlos Prestes. O papel de Olga está, aliás, muito bem explicado nas memórias de Harry Berger. Como o Cominern determinara que se entregasse ao brasileiro Luís Carlos Prestes a liderança da intentona, entendeu o astuto Berger (ou Arthur Ernest Ewert), que era preciso mantê-lo sob constante vigilância. A bela Olga tratou de seduzir o ex-oficial, fazendo-se amante do mesmo. Era ela o elo de ligação entre o chefe nominal e o chefe real. Presa que foi, depois do fracasso da intentona, e encontrando-se aqui sem passaporte – ou "sem lenço e sem documento", como diria o Caetano –, sem a predisposição de trabalhar ou desempenhar tarefa útil, mas com a intenção de dinamitar quartéis e assassinar políticos, outra alternativa não teve Getúlio senão a de trancafiá-la numa prisão. Fez, mais tarde, o que qualquer Governo faria em idêntica circunstância: extraditou-a para o país de origem. (É bem verdade que nem todos os governos agiriam assim. Stálin, por exemplo, teria optado por uma solução mais simples – o paredão!)

Pois esta Olga começa a ser imortalizada no Brasil. Ganhou um livro. Preparam-lhe, no momento, um filme. (Os Spielberg ou seus lugar-tenentes também andam por aqui!) A próxima investida dos cultores de Olga será reclamar sua entronização ao lado de Anita Garibaldi ou de Maria Quitéria!

Getúlio Vargas não ficou indiferente aos mentores da intentona comunista de novembro de 1935.

Eis o seguinte registro de **Diário** e sua correspondente nota de rodapé:

1938

6 de agosto – Chuva e frio. Não saí de casa. Aproveitei o tempo para trabalhar, examinando alguns assuntos de importância, como a regulamentação da lei sobre a entrada de estrangeiros. **Nota:** O Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, regulamentaria o Decreto nº 406, de 4 de maio de 1938, que fixara a políti-

ca de "**boas correntes migratórias**", proibindo o ingresso no país de estrangeiros portadores de deformações físicas ou mentais, **bem como daqueles considerados de conduta nociva à vida pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições. (Grifo do autor desta obra.)**

Dois anos depois, um registro de Getúlio em seu **Diário** esclarecia quem era considerado por ele e por seu Governo como "**pessoa de conduta nociva à vida pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições**":

1940

14 de dezembro – Convoquei o Ministério para a tarde. Tratou-se da imigração clandestina e abusiva que se fazia. Após as medidas propostas pelo Ministro da Justiça (Francisco Luís da Silva Campos) e muito discutirmos o assunto, assentei como medidas resultantes da palestra: 1º) proibir o visto consular nos passaportes de judeus; 2º) levantar o cadastro de todos os imigrantes que se achavam irregularmente no País; 3º) promover uma legislação mais severa sobre imigração. (Grifo do autor desta obra.)

Não se proibia o visto em passaportes de ingleses, americanos, alemães, poloneses, japoneses, italianos, franceses, belgas, ou de qualquer outra nacionalidade! A proibição tinha um único endereço! (Getúlio Vargas, o Ministro Francisco Campos e os demais presentes àquela reunião, certamente vão levar para a eternidade a pecha de anti-semitas!)

Não foram apenas os comunistas a atentar contra o Governo e o regime. Os integralistas, cuja ideologia se aproximava em muito ao nacional-socialismo alemão, também assaltaram a residência presidencial, fato que coloca em xeque o Governo de Hitler. Pelo menos é o que se pode imaginar à primeira vista. Getúlio Vargas põe uma pá de cal nas especulações:

20 de maio – Despacho com o Ministro da Viação e concedo várias audiências. Entre elas o Embaixador alemão, que vem pleitear uma declaração de que **nada se encontrou contra qualquer alemão no putsch integralista**. (Grifo do autor desta obra.)

Nos dias seguintes à audiência concedida ao Embaixador alemão, a imprensa do Rio de Janeiro inseriu diversas notas oficiais do Governo brasileiro, afirmando que, concluídas as investigações sobre

o putsch integralista de 11 de maio de 1938, presos todos os seus mentores e executores, **nada se apurara que pudesse incriminar alemães**.

Durante o período que antecedeu o rompimento de relações do Brasil com a Alemanha e os Países do Eixo (Itália e Japão), inúmeras anotações extremamente reveladoras foram registradas por Getúlio Vargas em seu **Diário**. Algumas foram apontadas e discutidas até aqui. A seguir, a título de complemento, são inseridas algumas outras de interesse aos propósitos desta abordagem inicial. O apêndice que se inicia aqui obedece a ordem cronológica dos registros.

1933

28 e 29 de novembro – Assino o decreto abolindo os pagamentos em ouro feitos obrigatoriamente no Brasil. Isto atinge principalmente as empresas de serviços públicos, Light e outras, para aliviar os ônus do Tesouro e as obrigações dos particulares, causando excelente efeito no público. A cláusula-ouro, constante dos contratos firmados com as concessionárias de serviços públicos (todas estrangeiras), estabelecia que o pagamento das tarifas se faria metade em papel-moeda e metade em ouro, ao câmbio médio do mês de consumo, assegurando uma estabilidade internacional aos ganhos das empresas. Foi extinta pelo Decreto 23.501 de 27 de novembro de 1933. (O recebimento em papel-moeda se destinava ao custeio de pessoal e encargos no Brasil. O montante em ouro era canalizado para fora do país.)

1933

13 de dezembro – Apesar das interrupções, à noite examino e despacho o expediente, e acompanho a marcha da Conferência de Montevidéu. Na VII Conferência Pan-Americana, realizada em Montevidéu, foi assinada a Convenção sobre direitos e deveres dos Estados, **definindo uma posição não-intervencionista para o continente. Esta orientação opunha-se à política de boa vizinhança até então implementada pelos Estados Unidos.** (Grifo do autor desta obra.)

1934

23 de agosto – Houve conflito entre os comunistas e a polícia. A polícia sente-se timorata e vacilante na repressão aos delitos,

pelas garantias dadas pela Constituição à atividade dos criminosos e o rigorismo dos juízes em favor da liberdade individual, mas contra a segurança social.

1934

16 e 17 de novembro – Nestes dias tratamos especialmente da política de comércio exterior. Os Estados Unidos querem fazer uma declaração pública de reafirmação dos princípios de liberdade comercial e de combate à política do "clearing", do regime de compensações de créditos, e pleiteia a adesão do Brasil, prometendo-nos todas as facilidades, se os acompanharmos, e recusa das mesmas se não os seguirmos. São as informações que nos transmite o Embaixador Oswaldo Aranha. Por outro lado, a Alemanha, a Itália e outros países iniciam junto a nós démarches para entendimentos que tenham por base o "clearing". Se recusarmos esses entendimentos, fechar-se-ão ao nosso comércio os mercados europeus que nos adquirem muitos produtos que os Estados Unidos não nos compram.

1935

10 de janeiro – Partiu a missão especial chefiada pelo Ministro da Fazenda. **Nota de Rodapé**: A Missão Sousa Costa iniciou, em Washington, a renegociação do pagamento dos atrasados comerciais, assinando, em 2 de fevereiro de 1934, um acordo que concederia aos Estados Unidos a "condição de nação mais favorecida" no comércio com o Brasil. Em sua segunda etapa, em Londres, obteria outros empréstimos para saldar antigas dívidas. Oswaldo (Oswaldo Aranha, então Embaixador nos Estados Unidos) ficou um tanto melindrado com a viagem, julgando que ela o diminuía. Nesse dia, recebi uma carta que me escrevera, discordando da orientação cambial seguida e dando uma entrevista que desorientou a opinião pública.

1935

22 a 24 de janeiro – A carta que recebi do nosso Embaixador no Japão me dá conta da preocupação atual daquele país em desenvolver suas relações comerciais com o Brasil.

1935

25 a 27 de janeiro – Os jornais estrangeiros e o "Diário Carioca" noticiam as negociações com a Itália para a construção de submarinos, feitas por intermédio do Ministro do Interior.

1935

20 de junho – O Embaixador inglês que foi despedir-se, informou-me do trabalho comunista no Brasil auxiliado pela Rússia, e que aqui se achavam o comitê russo, que estava em Montevidéu, e Luís Carlos Prestes. **Nota de Rodapé**: O alemão Arthur Ernst Ewert, conhecido como Harry Berger, o argentino Rodolfo Ghioldi, o belga Léon Vallée e o norte-americano Victor Alan Baron que haviam sidos enviados pela Internacioal Comunista para assessorar Luís Carlos Prestes em sua ação no Brasil.

1935

22 de outubro – Na ausência do Ministro do Exterior, que continua em São Paulo, tratei ontem com o Ministro Pimentel Brandão da resposta que deveríamos dar à Itália.**Nota de Rodapé**: A Liga das Nações condenou a invasão da Abissínia pela Itália, recomendando ainda o embargo de armas e a suspensão da importação de mercadorias italianas. O Brasil, a exemplo de outros países, manteria as negociações comerciais com a Itália.

1935

24 e 25 de novembro – A conspiração comunista explodiu em duas rebeliões: a do 21° Batalhão de Caçadores, em Natal, e a do 29° Batalhão de Caçadores, em Pernambuco. A primeira, após alguma resistência da polícia, dirigida pelo Comandante do 21° Batalhão de Caçadores, venceu, tomando conta da cidade. A outra encontrou tenaz resistência da polícia local e da parte fiel do 29°, e foi repelida no ataque a Recife, entrincheirando-se no quartel da Vila Militar.
Logo que o Governo teve conhecimento da rebelião, procurou enviar recursos para Recife, a fim de dominar primeiramente aquela capital, para depois acudir Natal. Seguiram forças federais da Paraíba e de Alagoas, aviões do Exército e da Marinha (ainda não existia a Aeronáutica) partiram daqui, bem como o general Rabelo que estava ausente da Região. Espera-se que até amanhã os rebeldes do Recife estejam dominados. (...) Na manhã de 25 reuni o Ministério e expus a situação, e o Ministro da Justiça leu a mensagem do Governo pedindo o estado de sítio. **Nota de Rodapé**: A mensagem de Vargas solicitando autorização para decretar o estado de sítio em todo o território nacional, pelo prazo de um mês, foi aprovada na Câmara por 172 votos contra 52.

1935

12 de dezembro – O Oswaldo escreveu-me de Washington muito alarmado com a Inglaterra, dizendo que esta vai agir ou já está agindo contra meu Governo para vingar-se da atitude que tomamos em relação à guerra ítalo-etíope. Previne que o caso é muito sério, e os centros através dos quais ela vai agir são a Argentina e o Uruguai. (...) Hoje recebi o Embaixador inglês, que veio trazer-me a visita do Comandante do cruzador "Dragon", de passagem pelo Rio de Janeiro, e notei-o muito curioso em fazer-me perguntas sobre as nossas transações com a Itália e a nossa atitude relativamente à Liga das Nações. Perguntas a que respondi sem subterfúgios, como quem está tranqüilo e dono da situação.

1936

4 e 5 de março – No dia 5 ocorreu a prisão de Luís Carlos Prestes, o chefe comunista. Foi um fato sensacional, de larga repercussão no país.

1936

26 e 27 de maio – Foi publicado nos jornais, provocando revolta na opinião pública, um telegrama de 60 deputados comunistas espanhóis, intimando-me a soltar o Prestes. Diariamente recebo de diversos países, exceto a Rússia, telegramas e cartas desse teor, parecendo haver uma campanha sistemática de descrédito do Brasil, espalhando a notícia de suplícios e crueldades sofridas pelos presos, instigada por comunistas do Brasil que, no exterior, se encarregam dessa propaganda.

1936

14 de agosto – Recebi ainda as despedidas do Sparano e senhora (Luís Sparano – Adido Comercial da Embaixada do Brasil em Roma – 1935-1941). Regressa para a Itália muito satisfeito com a assinatura do acordo e outras vantagens conseguidas para o Brasil no seu comércio com aquele país. **Nota de Rodapé**: Este "modus vivendi" comercial garantiu a exportação de produtos agropecuários brasileiros, em especial algodão, pelo sistema de liras compensadas entre o Banco do Brasil e o Instituto Nazionali di Cambi italiano.

1936

22 de dezembro – Encerra-se a Conferência de Buenos Aires, com bons resultados para os trabalhos. A atuação da delegação brasileira foi muito eficiente, impondo-se à confiança e estima dos americanos contra as dificuldades criadas pelo Saavedra (Carlos Lamas Saavedra – Ministro das Relações Estrangeiras da Argentina – 1932-1938) e, por fim, servindo de mediadora nas desavenças entre americanos e argentinos. **Nota de Rodapé**: Contornada a resistência do chanceler argentino, por considerar a proposta dos Estados Unidos uma ingerência na política latino-americana, foi assinado, ao final da Conferência da Paz, um protocolo de não-intervenção – formalizando o conceito de segurança continental.

1937

23 de janeiro – O dia foi todo consagrado a uma visita à fábrica de aviões da Marinha, na ilha do Governador, Foram em minha companhia os governadores de Minas Gerais e da Bahia. Visitamos as novas construções e as antigas oficinas onde estão sendo feitos 20 aviões-escola tipo alemão, havendo um engenheiro e vários operários desta nacionalidade ensinando o nosso pessoal. Assistimos a evolução de um avião desse tipo, vindo da Alemanha como modelo, e que foi manobrado com raro brilhantismo por um piloto da reserva da Marinha.

1938

31 de março – Entre os oficiais que recebi para despacho, veio o major Brasil, trazendo a exposição do Ministro da Guerra com cópia dos contratos de armamentos feitos com a Casa Krupp para aparelhamento completo do Exército. Isto constituiu fato auspicioso. O País fará uma grande despesa, necessária não só pela falta de aparelhamento que nos enfraquece, como pela inquietação e insegurança do momento internacional.

1938

1° a 4 de setembro – No dia 4 assisti ao desfile da mocidade. É o chamado **Dia da Raça**. **Nota de Rodapé**: O Dia da Raça – 4 de setembro – integrava as comemorações da Semana da Pá-

tria e era festejado com um desfile de escolares, soldados e desportistas.

1938

26 de setembro – Procurou-me o Oswaldo (Oswaldo Aranha – Ministro das Relações Exteriores) para transmitir a consulta de um telegrama do Presidente Roosevelt de apoio ao seu apelo de paz, e também para alguns chefes-de-Estado da Europa. Concordei somente quanto ao Presidente americano, dizendo que **o Brasil não desejava de qualquer forma imiscuir-se em assuntos europeus**. E assim telegrafamos apenas a Roosevelt. (Grifo do autor desta obra.)

Roosevelt pretendia que o Brasil e outros países pressionassem junto a Hitler, exigindo deste a não intervenção na Tchecoslováquia. Na época, uma crise provocada pelos tchecos (perseguição e massacre de alemães residentes na região de Sudetos), levou o Führer alemão a exigir liberdade de ação contra os provocadores. No dia 29, portanto três dias depois do registro de Vargas, chegou-se ao Acordo de Munich.

Getúlio Vargas registra:

1938

28 de setembro – A notícia da Conferência de Munich desanuviou os horizontes, carregados e apreensivos com as ameaças de guerra.

1938

29 de setembro – O fato mais importante do dia na ordem internacional foi o término da Conferência de Munich, que afastou o espectro da guerra. **Nota de Rodapé**: Reunindo Adolf Hitler, Benito Mussolini, Edward Deladier e Neville Chamberlain, a Conferência de Munich encerrou o ciclo de negociações empreendidas pela França e Grã-Bretanha com a Alemanha visando à paz.

1938

19 de outubro – Durante 50 minutos a fio, gaguejando francês, o Embaixador inglês massacrou-me os ouvidos argumentando contra os bancos de resseguros, a nacionalização das compa-

nhias de seguros, os bancos estrangeiros e o pagamento da dívida externa. Quanto aos primeiros assuntos, respondi-lhe de maneira clara e precisa que não lhe poderia dar qualquer esclarecimento, porque ainda não tinham vindo a mim, estavam sendo estudados pelas comissões técnicas. (...) Quanto à dívida externa, estava pronto a discutir ou examinar o assunto com qualquer representante dos portadores. Afirmei que tanto um como outro assunto deveriam ser tratados com o Ministro das Relações Exteriores. Apesar de repetir isto várias vezes, o homem insistia em matracar as mesmas coisas, ler papéis e notas confusas etc. Não tem a noção do tempo de que dispõe um Chefe-de-Estado, nem a educação de seu cargo.

1939

6 de janeiro – Disse-me o Oswaldo que fora chamado ao telefone por Sumner Welles, Subsecretário de Estado do Governo Americano, dizendo-lhe este que o Presidente Roosevelt pretendia enviar-me uma mensagem, convidando-me a enviá-lo (a ele, Oswaldo) a Washington para tratar dos assuntos abordados em sua carta. Respondeu-lhe que não mandasse a mensagem antes de ouvir-me, e veio consultar-me. Disse-lhe que poderia autorizá-lo a enviar-me a mensagem.

1939

9 de janeiro – Veio o telegrama do Presidente Roosevelt, pedindo que enviasse o Oswaldo para tratar dos assuntos pendentes com os Estados Unidos.

1939

26 de janeiro – Regressei ao Guanabara, onde despachei todo o expediente e recebi depois o Oswaldo, com quem tratei de sua missão em Washington. **Nota de Rodapé**: A chamada Missão Aranha seguiria para os Estados Unidos em 29 de janeiro, a convite de Roosevelt, com o objetivo de debater os problemas econômicos, políticos e militares entre os dois países, visando a colaboração brasileira em um plano de defesa continental.

1939

12 de fevereiro – Recebi um cifrado do Oswaldo sobre as conversações com Washington, com promessas muito lison-

jeiras: crédito para a libertação do câmbio, idem para a aquisição de materiais e formação de uma companhia com capital de 100 milhões de dólares, para o Banco Central e para fomentar a economia. Chamei o ministro da Fazenda (Artur de Sousa Costa), examinamos o assunto e formulamos uma resposta, pedindo maiores esclarecimentos.

1939

19 de fevereiro – À noite recebi o Ministro da Guerra (general Eurico Gaspar Dutra) e o general Góis (Pedro Aurélio de Góis Monteiro – Chefe do Estado-Maior do Exército), que mandara chamar. Dei-lhes conhecimento de um novo telegrama do Oswaldo que precisava de urgente resposta. Tratava-se de uma consulta do Governo americano sobre a vinda do Chefe do Estado-Maior do Exército americano, em visita ao nosso (Góis), para combinar os meios de cooperação e assistência. Discutido o assunto, opinaram que seria preferível a vinda de Oswaldo depois de ultimados os entendimentos que estava fazendo nos Estados Unidos. Concordei com essa sugestão, dando por terminada a conversa, que foi também assistida pelo general Pinto, Chefe da minha Casa Militar.

Em data de 12 de fevereiro, a intenção clara de suborno, de "compra" de adesão à causa americana; sete dias depois, a contrapartida: visita do Chefe de Estado-Maior, a fim de oficializar a retribuição brasileira aos 100 milhões de dólares ofertados por Roosevelt. Estratégia simples e muito efetiva em toda a história da humanidade. É conhecida, hoje em dia, pelo enunciado – "É dando que se recebe".

1939

7 de março – À noite, apareceu-me o Ministro da Fazenda, dando conta de sua palestra com o Oswaldo – que estava zangado e não queria mais fazer declaração em conjunto, porque não fora autorizado a assumir compromisso sobre a renovação dos pagamentos da dívida externa. Reafirmei que, em nome do Governo, ele não poderia assumir compromissos nesse sentido.

1939

8 de março – Quase fracassou a Missão Oswaldo, porque este pretendia um compromisso do Governo brasileiro de retomar o

pagamento das dívidas, e eu me recusava a assumir tal compromisso, não só pela incerteza de poder cumprí-lo, como pela repercussão política do ato no Brasil.

Percebe-se, através dessas anotações de Getúlio Vargas, que a dimensão histórica de Oswaldo Aranha está a merecer urgente revisão. Este personagem, criador de inúmeros atritos com o Presidente, como se deduz claramente dos registros no **Diário**, só permaneceu na esfera de Governo por influência de laços familiares. Quem ler a íntegra do **Diário de Getúlio Vargas**. perceberá, sem grande esforço de raciocínio, que as "pedras no sapato do Presidente" foram, sem sombra de dúvida, Oswaldo Aranha e Flores da Cunha. Este, por ambição de poder, aquele por defender, invariavelmente, interesses exógenos, colocando os do País em plano secundário. Sua "consagração maior" – segundo os historiadores "oficiais" – foi ter presidido a II Assembléia Geral Ordinária da ONU, em que foi aprovada a criação do Estado de Israel, isto já no Governo de Eurico Gaspar Dutra (14 de maio de 1948). Durante o período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, isto é, quando se travava a guerra de natureza não-convencional, Oswaldo Aranha se mostrou defensor intransigente dos interesses americanos e judeus, contribuindo decisivamente para que o Brasil rompesse relações com o Eixo. A própria enciclopédia **Delta Universal** afirma que ele representava, no Governo de Vargas, **a tendência de aproximação com os Estados Unidos**. (Vol. 2, p.611)

Para que esta observação acerca de Oswaldo Aranha não fique destituída de subsídios, é interessante que o próprio Getúlio Vargas se manifeste a respeito:

1935

> **4 de abril** – "O Jornal" publicou uma entrevista do Oswaldo lançando a candidatura do Armando à futura sucessão presidencial, atacando a Lei de Segurança, defendendo sua administração financeira e esgrimindo remoques e cutiladas contra pretendidos inimigos ocultos na sombra. (Na época, Oswaldo Aranha desempenhava o cargo de Embaixador nos Estados Unidos. Seus cargos no Governo Vargas foram os seguintes: Presidente Interino do Rio Grande do Sul – 1930; Ministro da Justiça – 1930-1931; Ministro da Fazenda – 1931-1934; Embaixador do Brasil nos Estados Unidos: 1934-1937; Ministro das Relações Exteriores – 1938-1944.)

Mais ou menos um ano antes, quando Oswaldo desempenhava o cargo de Ministro da Fazenda, o Presidente registrara:

1934

18 de março – O Oswaldo diz em carta que me enviou pelo Rubem, que os aumentos resultam de despesas autorizadas por mim ou de reformas assinadas ultimamente. Esquece, porém, de confessar que, em todas, ele, como Ministro da Fazenda, foi ouvido e concordou. **E esquece os dinheiros que mandou entregar pelo Banco do Brasil, sem abertura de crédito, nem autorização minha, por conta do crédito para reprimir a rebelião em São Paulo, e que até agora não foi encerrado, nem se prestou conta do mesmo.** (Grifo do autor desta obra.)

1934

25 de julho – Recebi o general Góis (Pedro Aurélio de Góis Monteiro, na época desempenhando o cargo de Inspetor do 2º Grupo de Regiões Militares – 1933-1934). Não tratou de assuntos relativos ao exército, mas conversou sobre assuntos de natureza pessoal e contou-me que Oswaldo o procurara para dizer que, por exigência do Flores da Cunha, eu lhe dera o bilhete-azul, mandando-o para a Embaixada de Washington. Disse ao Góis que era mentira: a Embaixada fora solicitada pelo próprio Oswaldo e pela sua senhora, d. Vindinha.

1934

26 de julho – Carta de Oswaldo Aranha recusando-se a seguir para Washington, por motivos de divergência política com o meu governo.

1935

14 de dezembro – O Ministro do Exterior (José Carlos de Macedo Soares – 1934-1936) mostrou-se favorável ao negócio com a Itália (aquisição de submarinos). Ficou o Ministro da Fazenda (Artur de Sousa Costa – 1934-1945) de elaborar uma proposta de financiamento modificando as da Itália, julgadas inconvenientes. Quanto à irritação inglesa, dei conhecimento da carta alarmadíssima do nosso Embaixador em Washington (Oswaldo Aranha) e li a palestra do Embaixador inglês aqui, que não me deu essa impressão. O Ministro do Exterior contestou as informações do Embaixador Oswaldo Aranha.

1937

10 e 11 de janeiro – Conversas **moles** com o Oswaldo sobre o caso do Rio Grande. Ele parece um pouco inclinado a aparar o Flores. Sonha, talvez, com a possibilidade de ser candidato, etc... (Grifo é de Getúlio.)

1937

15 de janeiro – À noite, jantaram comigo o Oswaldo e a mulher. Sente-se que ambos têm alguma esperança na possibilidade de uma candidatura presidencial.

1937

28 de março – Churrasco em Itaipava na chácara do desembargador Armando de Alencar, aniversário deste, mas oferecido ao Oswaldo Aranha. Este, de regresso, passou no Rio Negro (residência e local de despachos de Getúlio Vargas, em Petrópolis), onde me comunicou que, no dia seguinte, partia para Porto Alegre. Como sempre, falou muito sobre as vantagens da conciliação com o Flores, etc... Concluí que ele estava a serviço do Flores, com a esperança de ser candidato à Presidência da República: 1º) **procura ocultar-me, disfarçar, negar ou justificar tudo o que sabe do Flores contra mim;** 2º) **os termos dos telegramas cifrados que trocam e dos quais tenho conhecimento são muito diferentes do que me informa;** 3º) **seguiu junto com João Carlos e com passagem paga pelo Governo do Rio Grande.** (O grifo é do autor desta obra.)

1937

24 de dezembro – Após o jantar, recebi o Oswaldo. Após muitos rodeios, restrições e ataques ao Ministro da Justiça (Francisco Luís da Silva Campos – 9 de novembro de 1937 a 17 de julho de 1942), disse-me que não voltaria mais para Washington nem poderia ocupar outra função pública, porque estava em desacordo com a Constituição. Afirmou que não criará, porém, qualquer dificuldade ao meu Governo nem terá atividades políticas. Tenho a impressão de que essa atitude não é sincera e que ele, com seu espírito versátil e irriquieto, irá incomodar. (Grifo do autor desta obra.)

1938

3 de janeiro – Recebi também o Oswaldo com um advogado dos judeus, que foi pleitear para que não fossem expulsos os que haviam entrado como turistas e excederam o prazo de permanência, deixando-se ficar no País. Prometi examinar o assunto.

1938

27 de junho – O Oswaldo pediu demissão. Afirma estar solidário comigo, reprova o ato do irmão, mas não pode deligar-se das injunções de família que lhe criam uma situação de constrangimento. (O referido irmão de Oswaldo Aranha participara do putsh integralista.)

A intenção de Oswaldo Aranha é clara. trata-se de uma chantagem emocional contra Vargas. "Se meu irmão for mantido preso, saio do Governo; se for solto, permaneço no Governo."

Essas ameaças de demissão foram uma constante na carreira de Oswaldo Aranha. Não se percebe em sua conduta a preocupação de servir ao Presidente (o que deveria acontecer já que desempenhava cargos de confiança), mas ao interesse próprio ou de seus "apadrinhados". Foi intransigente defensor do pagamento da dívida externa, mesmo que isto significasse a sangria do País e o sacrifício dos brasileiros.

Além disto, como comprova o registro de 3 de janeiro de 1938, costumava interferir junto a Getúlio Vargas em defesa de determinada etnia, justamente aquela que movia guerra declarada contra a Alemanha. Os judeus, que fervilhavam em torno de Roosevelt e Stálin, tinham também no Brasil um porta-voz dos mais eficientes. Chegaram a ingressar no Brasil, durante o ano de 1940 e início de 1941, 975 judeus "convertidos", a pedido do Vaticano. Logo se constatou que as "conversões" não passavam de engodo, o que levou Getúlio Vargas a decretar a proibição da entrada destes no País. Na verdade os "cris-tãos-novos" do período colonial e Imperial repetiam a façanha em pleno século XX.

1939

25 de maio – Despacho com os ministros militares. Recebo a missão militar americana, que comparece acompanhada pelo

Embaixador, o comandante do cruzador que os trouxe e outros oficiais. **Nota de Rodapé:** A visita ao Brasil da missão chefiada pelo general George Marshall resultou das negociações mantidas pela Missão Aranha e representou o início do processo de colaboração militar entre os dois países.

1939

9 de junho – Recebi, por último, o Oswaldo. Este veio solicitar sua exoneração do cargo de Ministro do Exterior alegando estar com a vida complicada, cheio de dívidas, de compromissos assumidos por terceiros, cada vez se endividava mais, não podia viver com o que ganhava no Ministério, os filhos estavam grandes, suas despesas aumentavam, etc... Procurei dissuadi-lo, insistiu. Prometi-lhe que depois falaríamos. Penso que as suas ponderações sejam exatas, mas que esse não seja o único motivo. Haverá também alguma razão política ou várias pequenas acumuladas. Creio que uma delas será o Código Administrativo, que ele combateu junto com alguns interventores e que o Maciel procurou secundar pelo seu jornal. Enfim, é um outro caso.

Este registro parece merecer um comentário à margem. Talvez Getúlio tenha esquecido, no momento, de apor às suas anotações a observação com que agraciou, por duas vezes, o jornalista Assis Chateaubriand...

Em episódio anterior, a condição sine qua non para que permanecesse no Governo fora a soltura do irmão que atentara contra a vida do Presidente. Agora, a condição era dinheiro. Nas entrelinhas fica clara a insinuação: se for compensado, fico; se continuar "ganhando pouco" saio... A verdade é que o político de "**espírito versátil e irrequieto**" – como o qualificou Vargas, no registro de 24 de dezembro de 1937 – continuou no Governo, sem que este tivesse providenciado melhoria de salário ou ganho-extra. Será que as aperturas do Ministro chegaram ao conhecimento daqueles que desejavam sua permanência junto a Vargas? Na época, Roosevelt e seu "staff" favorável à guerra estavam pactuando até mesmo com o diabo (por exemplo: aliança com a União Soviética) para derrotar a Alemanha nacional-socialista. Arrastar o Brasil para a guerra fazia parte de seus planos, não pelo poderio militar do País, mas pela importância estratégica que seu território (ou parte dele) oferecia. Oswaldo Aranha era um aliado de que os americanos e seus tutores não podiam prescindir. Quem sabe não o tenham "convencido" a ficar?

A marcha dos acontecimentos demonstra, inequivocamente, que a partir do episódio relatado por Getúlio Vargas em 9 de junho de

1939, o Ministro das Relações Exteriores, que já vinha trabalhando com afinco para arrastar o Brasil à guerra, redobrou os seus esforços.

Convém, aqui, transcrever trechos da obra de John W. F. Dulles – **Getúlio Vargas – Biografia Política**":

"Em telegrama que enviou a Hull e Welles, Júlio de Mesquita Filho qualificou de "insultuoso" um discurso pronunciado por Oswaldo Aranha no "Washington Press Club, alegando que ele não tinha o direito de **elogiar a democracia americana** ou de **denunciar as ditaduras nazista e fascista** já que servia a um Governo que abolira as liberdades públicas." (p. 204)

"Do ponto de vista de Oswaldo Aranha, assim como dos Estados Unidos, crescente comércio teuto-brasileiro, realizado em marcos de compensação, e que era estimulado pelo diretor de câmbio do Banco do Brasil, estava em conflito com o espírito do Acordo Comercial entre o Brasil e os Estados Unidos. De 1933 a 1938, a Alemanha tornou-se o principal comprador de algodão e o segundo mais importante de cacau e de café. A Alemanha dobrou sua participação na exportação brasileira. Embora o Brasil fizesse algumas encomendas de carvão e de outros equipamentos, o saldo de marcos compensados em seu favor crescia sempre. Em, maio de 1938, este saldo chegou a 50 milhões de marcos." **Nota de Rodapé:** Comunicação do Embaixador dos Estados Unidos, em 27 de maio de 1938 (p. 207/208).

"Oswaldo Aranha – que o Encaregado de Negócios da Alemanha no Rio chamava "**serviçal dos americanos**" – partiu em janeiro de 1939 (com destino a Washington) na companhia de alguns técnicos em assuntos financeiros." (p. 213) "O Governo alemão procurou desmoralizar a viagem de Aranha, qualificando-a de "prestação de contas" a Roosevelt." (p. 213)

"Oswaldo Aranha, recebido em Washington por Hull e Wells, declarava por sua vez, que **todos os povos pacíficos têm de temer a Alemanha.**" (p. 214) (Grifo do autor desta obra.)

"No curso das negociações, que levaram um mês, o Ministro das Relações Exteriores telegrafou para Vargas, **sugerindo que seria útil para sua missão se o Brasil cooperasse militarmente com os Estados Unidos**. (p. 214) (Grifo do autor desta obra.)

Em janeiro de 1939 os Estados Unidos se encontravam em guerra com que país? Ou se preparava para uma guerra que eles próprios estavam engendrando? O Brasil estava sendo convidado a cooperar com os Estados Unidos para o enfrentamento de qual inimigo?

Eis o que escreve Dulles a respeito da "cooperação militar" do Brasil para com os Estados Unidos:

> "Em Petrópolis, Getúlio conversou com Dutra, cuja reação ao telegrama **não foi entusiástica**, e com Góis, que estava em preparativos de uma viagem para a Europa. Dutra lembrou que o Exército brasileiro tinha recebido assistência de uma missão francesa, e que os americanos nada poderiam ensinar que tivesse utilidade para o preparo militar do País, a não ser no concernente à defesa costeira." (p. 214)
> "No Brasil, os acordos de Washington foram interpretados como um serviço prestado aos exploradores americanos. Onde estavam todos os aviões, cruzadores e peças de artilharia de costa que se esperava receber? Houve um desapontamento geral, sobretudo nos círculos militares. Quando Aranha chegou de volta ao País, nenhum dos Ministros militares foi recebê-lo. (...) Gustavo Capanema (Ministro da Educação) criticou abertamente o Ministro das Relações Exteriores; Francisco Campos (Ministro da Justiça) fez um comentário extremamente sarcástico sobre a missão de Oswaldo Aranha nos Estados Unidos." (p. 215)

O correspondente do "Correio da Manhã", em São Paulo, escreveu (edição de 9 de abril de 1939):

> "Temos hoje um intercâmbio comercial muito efetivo com inúmeros países europeus, e não podemos abandoná-lo em troca de promessas vagas."

Oswaldo Aranha – como Getúlio afirma em seu **Diário** – tomava decisões à revelia do Presidente. Eis o que escreve Dulles:

> "Aranha, menos vacilante do que o Ministro da Fazenda (Artur de Sousa Costa), concordara com o reinício das negociações da dívida externa sem estar convencido de que o Governo cumpriria a promessa." (p. 215)

Não teriam sido os Niemeyer, os Linch e os Lazzard & Brothers – agora beneficiados pela decisão unilateral do Ministro das Relações Exteriores – os responsáveis pela permanência de Oswaldo Aranha no Governo, apesar das alegações registradas por Getúlio Vargas em 9 de junho de 1939?

A reação ao "entreguismo" de Oswaldo Aranha não se fez esperar. Às opiniões de Eurico Dutra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Gus-

tavo Capanema, Francisco Campos e de dezenas de jornalistas, juntou-se a da grande maioria dos brasileiros. Dulles assim registra o que sucedeu na época:

> "Oswaldo Aranha foi de tal maneira criticado que quase sofreu um colapso nervoso, e teve de se ausentar da capital por um mês, a fim de se recuperar. Mas em junho já estava de volta, ameaçando renunciar se Getúlio o forçasse a assinar uma carta sobre a questão da dívida externa, preparada pelo Ministro da Fazenda." (p. 216)

Sabe o leitor onde Dulles buscou essa informação?

Ele identifica a fonte através de uma nota de rodapé (p. 216): "Departamento de Estado dos Estados Unidos, Foreign Relations of the U. S., V, p. 357 e 360". "É isso mesmo, os Estados Unidos não só acompanhavam as futricas internas do Governo brasileiro, como as anotavam nos órgãos oficiais do Foreign Relations!

Em outubro de 1939, foi assinada a Declaração do Panamá pelos representantes das repúblicas americanas, e que incorporava a idéia de Roosevelt de que **os beligerantes deviam limitar as operações de guerra a uma distância de trezentas milhas das costas americanas**.

Essa Declaração foi violada pelos ingleses em pelo menos duas oportunidades: a mais conhecida foi a batalha entre uma esquadra britânica e o encouraçado de bolso alemão Admiral Graf Spee, que terminou com a destruição deste ao largo de Montevidéu; mas houve, também, em fevereiro de 1940, o afundamento de um cargueiro a quinze milhas da costa brasileira. (Cf. Dulles. Op. cit. p. 221) Com referência a este último acontecimento, as relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha, que o bloqueio inglês já tinha tornado difíceis, se distanciaram ainda mais. (Cf. Dulles. Op. cit. p. 221)

Em viagem ao sul do Brasil, em março de 1939, Getúlio Vargas lembrou aos descendentes de alemães que sua lealdade era para com o Brasil, declarando que o País "não é inglês nem alemão", e enfatizando a necessidade de preservar uma estrita neutralidade, acrescentou que se o Brasil interviesse em qualquer controvérsia, só o faria de comum acordo com as outras nações americanas. (Cf. Afonso Arinos de Melo Franco "**Um Estadista da República**" – III, p. 1591)

A 11 de junho de 1940, Getúlio Vargas discursou a bordo do Minas Gerais. Eis o que registra em seu **Diário**:

> 1940
>
> **11 de junho** – Comemorativo de Riachuelo, foi todo dedicado à Marinha. Não houve despachos, nem audiência. Saí, pela ma-

nhã, acompanhado pelo Ministro da Marinha (Vice-Almirante Henrique Aristides Guimarães - 1935-1945). Fomos à Escola Naval assistir ao compromisso dos novos alunos. Daí seguimos no rebocador Rio Branco para passar revista à Esquadra, assistir ao desfile, ao ataque simulado da aviação sobre um navio e, a bordo do Minas Gerais, almoçamos, havendo troca de discursos. Voltei para terra, visitando, no Arsenal, as novas construções de contratorpedeiros, o Regimento de Fuzileiros Navais e o novo hospital da Marinha.

O discurso de Getúlio Vargas, proferido a bordo do Minas Gerais, cinco dias antes da tomada de Paris pelas tropas alemãs, teve grande repercussão internacional. Eis o trecho mais importante:

"(...) Atravessamos nós, a Humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de tudo quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, e sim o início, tumultuoso e fecundo de uma nova era. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína... A economia equilibrada não comporta mais o monopólio do conforto e dos benefícios da civilização por classes privilegiadas... Por isso mesmo, o Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras, para dar ao povo tudo quanto seja necessário ao seu engrandecimento como coletividade. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem."

O texto deste discurso, publicado integralmente pela imprensa, foi recebido com apreensão pelo Governo americano. O jornal "Crítica", de Buenos Aires, sustentado por capital judaico, estampou a seguinte manchete: "Vargas com linguagem fascista, justifica a agressão dos bárbaros".

Para Alzira, filha do Presidente, segundo entrevista concedida em setembro de 1963 para a revista **"Fatos & Fotos"**, "o objetivo de Getúlio fora o de forçar os Estados Unidos a completar os acordos para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda".

Dulles (Op. cit. p. 223) entende que "Vargas via os acontecimentos internacionais confirmarem, dramaticamente, o conceito fundamental do Estado Novo, isto é, o de que a democracia em sua

essência de liberalismos exagerados, de "laissez-faire", e o capitalismo selvagem, estavam com seus dias contados."

O Embaixador americano Jefferson Caffery afirmou em conversa com o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. "que os norte-americanos *devotavam muita estima ao Brasil, e que estavam* 'consternados' com o conteúdo do discurso de Vargas". (Lourival Coutinho. **O General Góis Depõe**, p. 368)

Getúlio escrevia, a respeito, em seu Diário:

1940

12 de junho – Fervem os comentários em torno do discurso de ontem: os alemães embandeiraram, os ingleses atacaram, os americanos manifestaram-se consternados. Internamente, acusaram-me de germanófilo. Vou publicar uma nota explicativa.

1940

13 de junho – Continua a repercussão do discurso do dia 11, a despertar comentários no exterior, atacado por uns, louvado por outros, tido por fascista, adepto dos regimes totalitários, etc... Amanhã, os jornais publicarão uma nota, através do Departamento de Imprensa e Propaganda, e redigida por mim, procurando o verdadeiro sentido do mesmo. **Nota de Rodapé:** O comunicado enfatizaria a manutenção da política externa de solidariedade americana na defesa continental e de neutralidade em relação aos conflitos europeus, afirmando que o pronunciamento de Vargas objetivara alertar a Nação para as transformações que se operavam no mundo, exigindo o fortalecimento econômico e militar do Estado brasileiro.

Oswaldo Aranha tratou de orientar os jornais brasileiros, assessorado por Lourival Fontes (diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda –) DIP –) 1939-1942), no sentido de reduzir o impacto do pronunciamento de Vargas perante o Governo americano. Afinal de contas, era ele o fiador das relações entre o Brasil e os Estados Unidos. O discurso foi interpretado como "um chamado de atenção ao povo brasileiro" visando prepará-lo "para a transformação por que estava passando o mundo, que justificava a necessidade de fortalecer o Estado, tanto econômica como militarmente". (Registro no Departamento de Estado dos Estados Unidos, Foreign Relations of the U.S. –) 1940, V, p. 623)

Cerca de quinze dias depois do referido discurso, Getúlio comentava que "no Brasil ele proibia a imprensa de tecer críticas aos Es-

tados Unidos e ao Governo Roosevelt, mantendo estrita neutralidade, enquanto a imprensa americana atacava-o, referindo-se a ele e às Forças Armadas brasileiras como instrumentos do totalitarismo europeu". (Cf. telegrama do Embaixador Jefferson Caffery, datado de 28 de março de 1940, ao Secretário de Estado dos Estados Unidos.)

Dulles (Op. cit. p. 224) afirma que "Oswaldo Aranha tentou explicar a liberdade de imprensa que havia nos Estados Unidos, mas alguns generais brasileiros, irritados, chegaram a considerar a possibilidade de acionar judicialmente os jornais ofensores".

E assim foram transcorrendo os acontecimentos até 1º de setembro de 1939, dia em que a Alemanha, segundo a versão "oficial", *invadiu a Polônia, ou, segundo a versão alemã*, esta teria revidado a uma série de provocações e atos de barbarismo contra minorias germânicas residentes na Polônia. Tendo a Inglaterra e a França declarado guerra à Alemanha, teve "início oficial" a Segunda Guerra Mundial. Getúlio Vargas anotou a respeito:

1939

> **3 de setembro** – A Inglaterra e a França *entraram na guerra* contra a Alemanha. Assinei o decreto com as regras de neutralidade a adotar e o decreto de neutralidade na guerra entre a Alemanha e a Polônia. **Nota de Rodapé:** O Decreto-Lei nº 1.568, de 2 de setembro, fixou as regras de neutralidade a serem observadas em todo o território nacional no caso de guerra entre potências estrangeiras não-americanas. Sua aplicação à guerra entre Alemanha e Polônia foi estabelecida pelo Decreto nº 4.621, de 4 de setembro. Os decretos nº 4.623 e 4.624 estenderiam a medida em relação ao estado de guerra entre Alemanha e Grã-Bretanha, e Alemanha e França, respectivamente.

Getúlio Vargas continuava com o firme propósito de manter o Brasil afastado do conflito europeu. A neutralidade era economicamente benéfica ao País, que acumulava saldos em sua balança comercial, desafogando as finanças do Estado, e principalmente porque, livrando-se da agiotagem internacional, aplicava aqui mesmo os recursos obtidos.

Mas o Brasil gozava de soberania apenas nominal. Os rumos de seu destino não eram traçados dentro de suas fronteiras geográficas. Desde a ascensão de Hitler ao poder, ao redor de Roosevelt se movia a camarilha de Hopkins (aliciado pelo Dr. Steiner) e dos judeus Wise, Morgenthau, Frankfurter, Rosenman, Baruch e Untermeyer, que queriam salvar o marxismo soviético e aniquilar a Alemanha. Evidente-

mente que essa meta era impopular e carecia de apoio tanto da opinião pública dos Estados Unidos quanto das nações que compunham o continente americano. Para resolver este problema, uma grande máquina propagandística foi posta em ação. Funcionários da Casa Branca ajudaram nessa tarefa, subornando jornais, revistas e escritores não judeus. (Muitos destes subornos foram investigados e comprovados pelo Senado em 1953.)

Este movimento subterrâneo, destinado a conduzir os Estados Unidos e a América para a guerra, usou de inúmeras técnicas de propaganda, todas elas sustentadas na distorção dos fatos, no suborno, nas ameaças, na pressão. Os alquimistas da mentira concentraram sua ação em quatro pontos fundamentais:

1º) Ocultaram a evidência de que a Alemanha marcharia contra a União Soviética, levando o Ocidente a lutar, enganado, em benefício do marxismo;

2º) Difundiram a falsa impressão de que a Alemanha atacaria o Ocidente, e não apenas a União Soviética;

3º) Criaram a idéia de que a luta entre nazistas e israelitas era uma violência de Hitler, sem outro fundamento senão a aversão contra um conglomerado religioso; assim se ocultava o fato de que essa comunidade não era somente uma seita religiosa, mas também um núcleo político com influência internacional;

4º) Traçaram uma imagem de uma Alemanha contrária à religião, e desta maneira facilitaram a que o mundo cristão se deixasse arrastar para uma luta em favor do bolchevismo ateu.

Cada um desses quatro pontos se analisado a fundo demandaria centenas de páginas, fugindo ao propósito desta obra. Mas cabe lembrar, no que se refere ao último deles, que Stálin, com quem os americanos se aliariam, havia assassinado centenas de milhares de sacerdotes, monges e freiras durante o "expurgo ideológico" a que submeteu a União Soviética. Enquanto isto, na Alemanha nazista, de 1933 a 1939, em contraste com o que ocorre na maioria dos países ocidentais, o Estado destinava, anualmente, centenas de milhões de marcos para as Igrejas: 130 milhões em 1933; 170 milhões em 1934; 250 milhões em 1935; 320 milhões em 1936; 400 milhões em 1937; 500 milhões em 1938; 650 milhões em 1939. Qual o Estado que subvenciona uma instituição à qual pretende dizimar?

Para os que pretendem invocar a tese de que "Roosevelt desconhecia o que se passava na União Soviética", convém lembrar que William C. Bullit publicou, em 1937, a obra "**A Ameaça Mundial**", em que acusava Stálin de ter fechado 10 mil igrejas e aniquilado definitivamente o espírito de resistência da maioria do povo soviético, através

do assassinato de centenas de milhares de sacerdotes. Segundo Bullit, não restaram vivos senão uns poucos ligados a Stálin.

Com respeito ao Brasil, cujo litoral nordestino era de fundamental importância estratégica para a pretendida invasão do norte africano, a mentira difundida foi a de que Hitler poderia atacar e ocupar aquela região. Neste caso, os americanos ofereciam seus préstimos para anteciparem-se aos alemães, instalando, ali, bases e aquartelamentos.

Sem dúvida, a invasão do Nordeste brasileiro por parte de tropas alemãs era uma possibilidade bastante viável! Hitler perdera a possibilidade de vencer os ingleses, logo depois da derrota da França, cancelando a Operação Leão Marinho (Seelöwe), por achar arriscado atravessar o Canal da Mancha, e agora, com sua Marinha bastante reduzida, com a campanha do leste exigindo a mobilização de grandes recursos em homens e armamentos, se lançaria a uma aventura que exigia atravessar o Atlântico! Como iria abastecer o contingente mandado para o Brasil, se a operação porventura tivesse êxito?

A 11 de setembro de 1939, dez dias depois do "início oficial da guerra", Getúlio registra em seu **Diário**:

1939

> **11 de setembro** – Embora as preocupações causadas pela guerra e os problemas que ela cria não sejam tranqüilizadores, não se deve ser pessimista quanto à marcha dos negócios públicos. O mesmo não posso dizer na vida particular. Primeiramente, a doença dos dois filhos menores; depois, o desastre de automóvel de Alzira e Amaral (em lua de mel no Canadá). A Darcy (esposa de Getúlio) segue para assistí-los e também adoece e é recolhida a um hospital. O filho mais velho, em Berlin, não deseja sair. (Lutero estudava, na época, em Universidade berlinense.) (Grifo do autor desta obra.)

A neutralidade brasileira é mais uma vez reafirmada alguns dias depois:

1939

> **15 de setembro** – Fui visitar meu pai e, de regresso, recebi os Ministros Faro e Macedo Soares, ouvi e aprovei as instruções para a Conferência do Panamá, assinei o projeto do Código de Processo Civil e várias medidas referentes ao interesse do País e decorrentes do estado de guerra na Europa. **Nota de Rodapé**:

Na I Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, instalada em 23 de setembro de 1939, na cidade do Panamá, a delegação brasileira, chefiada pelo Embaixador Carlos Martins, sustentaria o direito de neutralidade continental, propondo medidas para a defesa territorial, do comércio e da navegação. Em 3 de outubro, seria aprovada a Declaração do Panamá, instituindo a chamada "zona neutra".

1939

3 de outubro – Recebi os Ministros da Fazenda e da Guerra para tratarmos do pagamento à Alemanha de uma prestação proveniente do contrato de material de artilharia.

1939

16 de outubro – Recebo uma consulta do Governo argentino sobre um telegrama dos países americanos apoiando a reunião dos países escandinavos para a defesa dos neutros no Báltico. Opino que o Brasil não deseja imiscuir-se em assuntos políticos estranhos ao continente americano.

1939

17 de dezembro – Estava no jogo de golf, quando me apareceu o Oswaldo para consultar sobre a situação criada pelo cruzador alemão Graf Spee, que não queria sair, nem ser internado. Respondi-lhe que não devíamos estar com a preocupação de fazermos coisa diferente da Argentina, mas de darmos nosso apoio ao Uruguai e consultarmos a Argentina se estava disposta a fazer o mesmo. E assim fizemos, mas **a questão se resolveu pela saída do navio alemão, que preferiu vencer-se a si próprio a ser vencido pelo inimigo**. **Nota de Rodapé**: Tendo o Governo uruguaio limitado a 72 horas a permanência do Admiral Graf Spee no porto de Montevidéu, para executar reparos e reabastecer, e em face da presença da esquadra britânica junto à foz do rio da Prata, o comandante alemão ordenou o desembarque da tripulação, e afastado-se do porto, afundou o navio no dia 17.

1940

9 de abril – A Inglaterra, desrespeitando a neutralidade da Noruega, minou as águas territoriais daquele país. A Alemanha, em revide, ocupou a Dinamarca e a Noruega. A guerra alastra-se.

1940

21 de maio – As notícias sobre a guerra apresentam-se sob o aspecto de uma verdadeira derrocada para os Aliados. (...) O que ressalta evidente é a imprevidência das chamadas democracias liberais. O Ministro do Exterior (Oswaldo Aranha) veio trazer um pedido do Governo americano para que eu telegrafasse a Mussolini fazendo-lhe uma apelo para evitar que a guerra se generalize. Escusei-me. Mantive sempre o propósito de não intervir na política européia e, além disso, não creio na eficácia dessa démarche.

1940

22 de maio – A atenção pública continua atenta à guerra européia, que continua com uma feição francamente desfavorável aos Aliados.

1940

31 de maio – Pouco antes de recolher-me, recebo um cifrado de nosso Embaixador em Washington, informando que o Governo americano estava pronto a financiar nosso programa siderúrgico. Foi uma notícia feliz, que me encheu de satisfação. É um teor de vida para o Brasil: a riqueza e o poder...**Nota de Rodapé**: As negociações com o Eximbank e o Governo americano visando ao financiamento da indústria siderúrgica nacional envolviam, em contrapartida, **o interesse dos Estados Unidos em instalar bases navais e aéreas em território brasileiro**. (Grifo do autor desta obra.)

Há uma coincidência histórica (seria coincidência?) nesta data. No dia 31 de maio de 1940, no exato momento em que era oferecida ao Brasil a "isca" da instalação de uma indústria siderúrgica, na Europa os ingleses eram encurralados pelos alemães em Dunquerque. Fechava-se a tenaz sobre o que restava do exército inglês. Ante a debacle de seus aliados europeus, os americanos, ciosos de que teriam de prosseguir a guerra, não perdiam tempo em conquistar (ou comprar) novos apoios. Não há dúvida que a derrocada dos exércitos francês e inglês, durante a campanha relâm-

pago de maio de 1940, foi acontecimento decisivo para a repentina decisão americana de agraciar o Brasil com uma usina siderúrgica.

1940

1º de junho – Recebi o Oswaldo, que veio mostrar-me um telegrama de Washington dando a resposta de Roosevelt a Mussolini (apelando pelo cessar de armas), pela qual poder-se-ia concluir que os Estados Unidos entrariam na guerra em favor dos Aliados.

1940

4 de junho – Às 18,30 hs reuni no Guanabara, a pedido do Ministro do Exterior (Oswaldo Aranha), este e mais os Ministros da Guerra (Eurico Gaspar Dutra), da Justiça (Francisco Luís da Silva Campos) e da Marinha (Henrique Aristides Guilhem), e os Chefes do Estado-Maior do Exército e da Marinha. O do Exterior expôs a situação internacional. Esta foi discutida, bem como a atitude do Brasil, mesmo na possibilidade de os Estados Unidos entrarem na guerra a favor dos Aliados. Todos opinaram no sentido de o Brasil armar-se e da manutenção da neutralidade. Só tínhamos o compromisso de entrar na guerra no caso de agressão a um país americano.

Como já foi visto, em 11 de junho, portanto uma semana após a reunião acima relatada, Getúlio proferiria o polêmico discurso a bordo do Minas Gerais. Entrementes, enquanto a maioria da Nação apoiava o Presidente e sua posição perante os acontecimentos internacionais, alguns elementos começavam a esboçar pensamento e ações contrários:

1940

15 e 16 de junho – Os espíritos estiveram preocupados com os acontecimentos internacionais. A França chegou ao fim de sua resistência e tende a capitular. Houve aqui uma missa pela vitória dos Aliados, e depois uma tentativa de meeting no mesmo sentido e sob o pretexto de homenagem ao Presidente Roosevelt. A polícia impediu. Era uma violação da neutralidade, **havendo a instigação de elementos estrangeiros.** (Grifo do autor desta obra).

1940

8 de julho – Se eu fosse relatar tudo o que se passa comigo nesse prazo de 24 horas, as preocupações criadas pela situação de guerra na Europa, sua repercussão em nossa vida, as múltiplas ocupações administrativas num vasto País cheio de problemas a resolver, encheria, de cada vez, muitas páginas destes cadernos. Limito-me, por isso, a uma simples anotação sumária dos fatos.

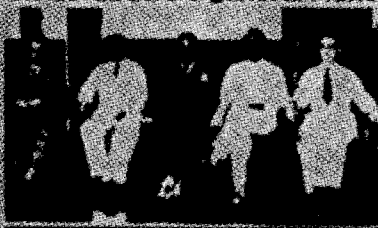
Com a anotação a seguir encerra-se este capítulo, cujo enfoque se deteve nos antecedentes da guerra convencional. O registro de Getúlio Vargas é bastante sugestivo sobre os acontecimentos que viriam nos dias futuros:

1940

25 de agosto – Pela manhã, cerimônia comemorativa do Dia do Soldado junto ao monumento de Caxias, patrono do Exército. (...) À noite, recebi o general Góis, que me informou das prementes démarches do Comandante Miller, chefe da Missão Militar Americana, para sua ida aos Estados Unidos e para que o Brasil se defina na questão da guerra. **Este País se prepara para entrar na guerra contra a Alemanha e quer que o Brasil o acompanhe**. (Grifo do autor desta obra.)

Getúlio Vargas - Rio de Janeiro - 1930

INTENTONA COMUNISTA - 1935. Levante comunista em Natal (Rio Grande do Norte), que se alastra por Recife (Pernambuco) e Rio de Janeiro. (Souza Cruz - 80 anos) — A revolta começa em Natal inesperadamente deflagrada por sargentos, cabos e soldados.

Luiz Carlos Prestes depõe após a intentona fracassada.

Oficiais e praças insurretos do 30 RI, em atitude de zombaria, deixam, presos, o quartel de sua unidade.

Na fazenda dos Guinle, Lutero e Getulinho, na extrema esquerda. Alzirinha, na extrema direita. Ao centro, Darci e Getúlio. Acima de Darci está José Américo, e acima de Getúlio, Juraci Magalhães.

O GLOBO

MOSCOU CONFESSA!

O orgão official do Komintern confirma que foram os communistas que fizeram a rebellião no Brasil

QUARTEL GENERAL DO COMMUNISMO NA AMERICA DO SUL!

Por que o governo do Uruguay rompeu relações com a U. R. S. S.

Entregues os passaportes ao pessoal da legação moscovita

"Um estadista em perspectiva que se perdeu..."

CURIOSO INCIDENTE NA CAMARA EM TORNO DO REAJUSTAMENTO DO FUNCCIONALISMO CIVIL

A CORTE SUPREMA SERÁ DIVIDIDA EM CAMARAS DE COMPETENCIA CUMULATIVA

E SERÃO CREADOS MAIS DOUS LOGARES DE MINISTROS

O reajustamento dos civis

Bloqueado pelos gelos

O "KRASSIN", RETIDO AO LARGO DA SAKHALINA, PEDE SOCCORRO

Sexta-feira 27 de dezembro de 1935.

EDIÇÃO DAS 10 HORAS

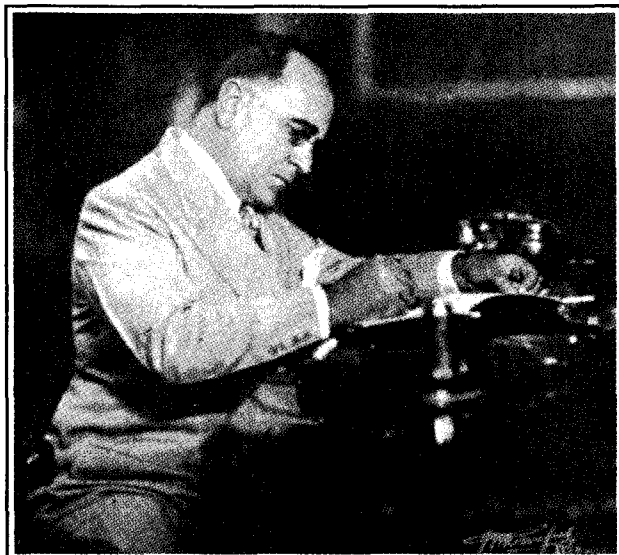
7 O GLOBO 7

Depois da rendição

O GLOBO visita o quartel do 3º R. I. logo apó a occupação pelas tropas governamentae

A extincção do fogo e a obra do canhoneio — Ouvindo os que assistiran aos combates no theatro das operações — O panico das familias — Oito hora dentro de um poço — Refugiados na caixa dagua — Onde a luta assumiu mai tragicos aspectos — Impressões dos vencidos

Dois aspectos da rendição dos amotinados. Em cima, o Capitão Agildo Barata e seus companheiros sorriem à objetiva depois do trágico combate da Praia Vermelha, que tantas vítimas fez.

(Foto gentilmente cedida pelo Dr. Roberto Marinho para obra publicada pela Bibliex.)

O Presidente Vargas em sua mesa de trabalho

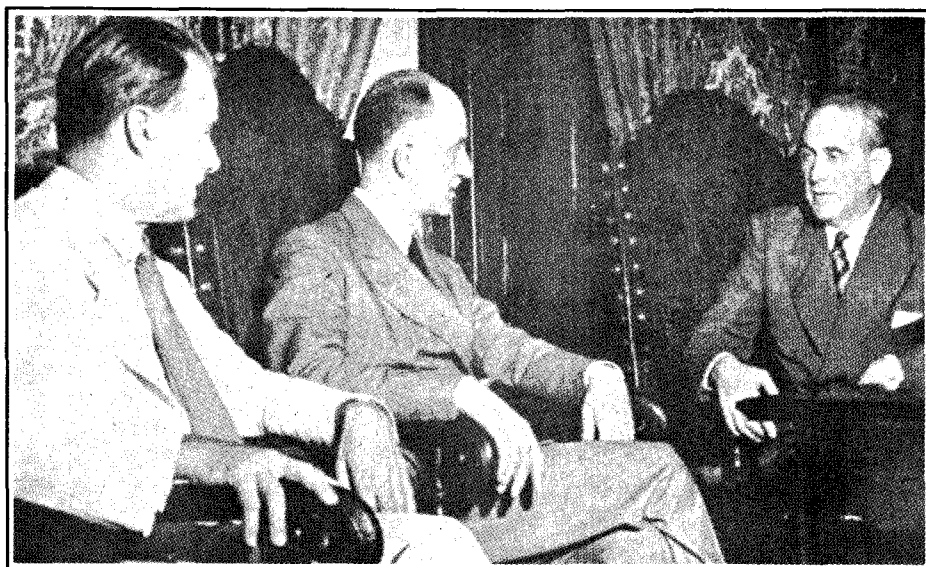
Lutero Vargas, filho do Presidente

Oswaldo Aranha — Ministro das Relações Exteriores (1938/1944)..

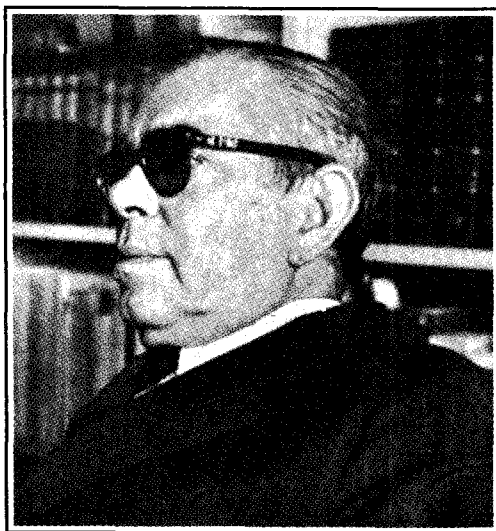
Gen. Pedro Aurélio de Góis Monteiro - Chefe do Estado-Maior do Exército (1937 - 1943).

Eurico Gaspar Dutra - Ministro da Guerra (1936 - 1945).

Osvaldo Aranha, Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

Vargas e sua filha Alzira (1941 ou 1942).

Embaixador Jefferson Caffery, Subsecretário de Estado, Sumner Welles e Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Janeiro de 1942, Rio.

Góis Monteiro, Gustavo Capanema e Getúlio Vargas

Francisco Campos

Filinto Müller

II – O ROMPIMENTO DA NEUTRALIDADE BRASILEIRA

Paira consenso, hoje, em relação ao "milagre de Dunquerque". A retirada dos 340.000 soldados cercados no bolsão situado no litoral francês do mar do Norte, nos estertores da campanha relâmpago de 1940, não se deveu a um toque da Providência, mas pura e simplesmente a magnanimidade ou a um erro estratégico de Hitler. As pontas-de-lança de Rundstedt poderiam ter fechado o anel de aço, impedindo o aceso dos retirantes às praias de embarque. Hitler deteve o avanço dos blindados do general Rundstedt, permitindo que 225.000 soldados ingleses e 115.000 de outras nacionalidades (principalmente franceses) embarcassem na frota de salvamento.

Por que o Führer alemão procedeu assim, se a destruição ou aprisionamento desse enorme contigente, teria permitido que suas tropas desfilassem, como fizeram sob o Arco do Triunfo, também em Trafalgar Square?

Hitler respondeu a essa pergunta em depoimento prestado em abril de 1945, sob os escombros do prédio da Chancelaria, poucos dias antes de cometer suicídio. Afirmou a Martin Bormann, quando ditava seu testamento político, que fora magnânimo para com os ingleses na tentativa de poder chegar a um acordo com Churchill. A retirada de Dunquerque permitiria a Inglaterra sentar-se numa mesa de negociações de cabeça erguida, sem os constrangimentos de uma derrota total. Confessou ter cometido um erro, "pois não levara em consideração o grau de comprometimento de Churchill com o judaísmo internacional, o grande mentor da guerra contra o nacional-socialismo".

As intenções de firmar a paz com a Inglaterra foram externadas na época. Hitler proferiu inúmeros discursos de apelo neste sentido. Mas não havia qualquer possibilidade de chegar-se a um acordo, pelos motivos que se verá adiante, inclusive através do "mea culpa" de Sir Hartley Shawcross.

Sem sombra de dúvida, a guerra de Hitler com o Ocidente – ou seja, a "guerra que Hitler não queria" – poderia ter terminado em junho de 1940. Consolidada a paz com o Ocidente, como ele procurou afanosamente realizar, teria obtido a tão desejada liberdade de ação para enfrentar o bolchevismo, inimigo natural do nacional-socialismo. Fracassaram, todavia, todas as tentativas nesse sentido. Entre elas, in-

clui-se o vôo de Rudolf Hess – segundo nome na hierarquia nacional-socialista – para a Inglaterra.

Nesta altura dos acontecimentos, nem Hitler e nem os países do Ocidente colhiam vantagens. A negativa de paz por parte da Inglaterra, com o aval dos Estados Unidos, beneficiava a um único opositor de Hitler: o marxismo soviético. Através do pacto firmado com a Alemanha, às vésperas do desencadeamento da guerra contra a Polônia, o ardiloso Stálin era o único a conseguir vantagem: adiava o seu confronto com a Alemanha, que todos sabiam inevitável, e conquistava o apoio dos Estados Unidos, cuja ideologia era o oposto do comunismo. As razões de tão aberrante conluio só tem uma explicação: acima dos interesses das nações envolvidas no conflito internacional, pairavam as aspirações de uma entidade supranacional. Uma entidade que se enquistara junto aos governos, dominando-os e impondo seus interesses acima dos objetivos nacionais.

Se a guerra, a partir de junho de 1940, tivesse ficado restrita entre a Alemanha e a União Soviética, esta teria que lutar sozinha e estaria fatalmente perdida. Mas este não era o objetivo dos manipuladores do teatro de marionetes.

Tal como ocorria em torno do Governo americano, também gravitava no círculo de poder soviético um número apreciável de judeus. Tinham sido eles os mentores da revolução de 1917, tanto no plano teórico quanto no prático. No plano teórico (ideológico), as idéias foram tomadas de Karl Marx (Kissel Mordekay), Frederik Engels, Karl Kautsky, Ferdinand Lassale, Eduard Bernstein, Jacob Lastrow, Max Hirsch, Edgar Löening, Wirschauer, Babel, Schatz, David Ricardo e outros. O primeiro Governo comunista instituído na União Soviética (1918), integrava em seu primeiro escalão 447 judeus para um total de 554 membros; ou seja, 81% de seu efetivo era constituído por israelitas. Podem ser citados, dentre eles, Vladimir Ilich Ulianov (Lénin), Léon Trotzky (Lew Davidnovich Bronstein), Djugashvili-Kochba (Stálin), Chicherin, Zinoviev (Apfelbaum), Kohen, Samuel Kaufman, Steimberg, Pfeninstein, Larin, Kukorsky, Spitzberg, Urisky, Rosenthal, Krasikov, Rudnik, Krochmal, Pfeierman, Minnor, Lewin, Rosenfeld, etc... Os judeus constituíam maioria absoluta nos seguintes órgãos do primeiro Governo comunista da União Soviética: Comissariado do Interior, Comissariado dos Assuntos Exteriores, Comissariado Soviético da Economia, Comissariado da Justiça, Comissariado do Ensino Público, Comissariado do Exército, Comissariado de Higiene, Soviete Econômico Superior Popular, Soviete dos Soldados e Trabalhadores de Moscou, Comitê Central do Partido Comunista, etc... No início da década de 1940 este quadro não mudara. Haviam trocado muitos nomes, mas não a origem étnica dos detentores dos cargos. Alega-se

que Stálin era anti-semita, e que exterminou muitos judeus. Ocorre que o principal executor do "programa profilático" de Stálin se chamava Lawrenty Beria, e era também judeu. Para cada judeu assassinado, inúmeros outros apareciam para substituí-lo.

Assim, às vésperas do conflito mundial, tanto o regime comunista da União Soviética como a "democracia capitalista-liberal" dos Estados Unidos, **estavam sob domínio judaico**. Nos Estados Unidos – como alardeavam os periódicos da época (New York Morning Freiheit, por exemplo) – Roosevelt exercia a presidência de direito e Bernard M. Baruch, a de fato. Além dessa "eminência parda", gravitavam em torno do Presidente: o Juiz Samuel Roseman (conselheiro oficial de Roosevelt), o professor Felix Frankfurter (conselheiro-chefe de Assuntos Legais), Henry Morgenthau, Benjamin N. Cardozo, Gerald Shwope, E. A. Filene, Charles W. Taussig, Nathan Margold, Charles E. Wyzanski Jr., Leo Wolman, Rose Schneiderman, Isador Lubin Jr., Sol A. Rosemblatt, E. A. Goldenweiser, Jerome Frank, Mordechai Ezekiel, Herbert Feis, Henry Morgenthau Jr., David E. Lilienthal, Sidney Hillman, L. N. Landau, L. A. Steinhardt, Albert E. Taussig, Alexander Sachs, Maurice Karp, Robert Freshner, Robert Strauss, Donald Richberg, J. I. Strauss, Ferdinand Pecora, Samuel Untermayer, James M. Landis, etc...

O fato de pulurarem tantos judeus junto aos governos da União Soviética e dos Estados Unidos explica a "aliança espúria" entre capitalismo e comunismo. E explica, também, o porquê de não ter se chegado à paz em junho de 1940. Não haveria qualquer possibilidade de paz com o Ocidente, porque esta paz significaria a derrota do comunismo no leste europeu.

O mundo inteiro tinha conhecimento do que se passava na União Soviética. Para a consolidação do regime implantado a partir do assassinato do czar e de toda a família real (crime executado por agentes judeus), foram também eliminados sumariamente: 28 bispos e arcebispos; 6.776 sacerdotes, 6.575 professores; 8.500 médicos; 54.850 oficiais das forças armadas; 260.000 graduados e praças; 150.000 oficiais da polícia; 48.000 gendarmes; 355.000 intelectuais; 198.000 trabalhadores urbanos e 915.000 camponeses. (Esses números seriam drasticamente aumentados no pós-guerra, quando Alexandre Soljenítsyn e outros milhares de dissidentes revelaram a verdadeira amplitude do genocídio soviético.)

Alexandre Soljenítsyn – o renomado autor de "O Primeiro Círculo" e de "Arquipélago Gulag" – depois de 20 anos de exílio, retornou à Rússia no final de maio de 1994. Desde o Alaska, no extremo meridional daquele antigo território russo (hoje um dos Estados norte-americanos), atravessou o estreito de Bering e voltou à antiga Pátria.

Soljenitsyn, prêmio Nobel de Literatura, dirigiu-se para a região de Kolyma, mais propriamente para a cidade de Magadan, onde com-

partilhara as agruras do Gulag com outros vários milhões de compatriotas. Seu crime: ter denunciado os assassinos em massa cometidos pela NKVD, pelo KGB, pela GPU, pela KRA e por uma dezena de outros órgãos de repressão criados pelos comunistas que tomaram o poder em 1917. Os comunistas da antiga União Soviética revelaram-se apaixonados pelas siglas. GULAG significava "Glávnoie Upravliênie Láguerei" (Administração Geral dos Campos). Como os campos soviéticos multiplicaram-se por centenas, distribuídos pela imensidão da Sibéria gelada, Soljenitsyn os denominou de "Arquipélago Gulag".

Apenas na região de Kolyma teriam morrido pela inanição, maus tratos e esgotamento, cerca de três milhões de prisioneiros do sistema carcerário do Gulag. Em Kolyma havia tão-somente uma dezena de "ilhas", menos de um décimo da área total do Arquipélago. Qual teria sido o total de mortos? Algumas fontes se reportam a muitos milhões; outras, mais reservadas, afirmam que o número teria sido menor. As cifras reais, provavelmente, jamais serão conhecidas pela humanidade, pois entre as habilidades soviéticas inclui-se o esmero na destruição de provas indesejáveis e no forjamento das convenientes.

O massacre de Katyn, a montagem das câmaras de gás em Auschwitz-Birkenau e Majdanek, a destruição das instalações dos campos de Treblynka, Sobibor, Chelmno e Belzec (justamente os únicos campos atualmente considerados como centros de extermínio), são hoje em dia fatos conhecidos. É certo que no período que antecedeu a guerra convencional isto não poderia chegar ao conhecimento do Governo americano, porque eram acontecimentos que estavam reservados ao futuro. Mas o genocídio que vinha sendo sistemática e implacavelmente realizado por Stálin não constituía segredo. As embaixadas americana e inglesa mantinham os governos de seus países muito bem informados sobre o que se passava dentro da União Soviética.

Em contrapartida, as informações provindas da Alemanha davam conta de que o Governo nacional-socialista liderado por Adolf Hitler operava "milagres" que fugiam à compreensão das grandes democracias capitalistas. A revista **Veja** – Ano 29, nº 3, edição de 17 de janeiro de 1996 (p. 10) – publicou entrevista concedida por Eurípedes Alcântara. A revelação feita pelo entrevistado – **"A única experiência moderna de pleno emprego foi a da Alemanha nazista"** – era, dentre outros, o pomo de discórdia. O Ocidente, títere dos interesses do capitalismo e do comunismo internacionais, não podia admitir que um novo sistema político-econômico, sustentado nas idéias nacional-socialistas, ganhasse corpo e se espalhasse pelo mundo. Não podia permitir o surgimento de uma "nova Alemanha" recheada de indústrias, repleta de auto-estradas, com moeda estável (depois de uma experiência inflacionária nunca experimentada antes por qualquer

economia), cheia de canteiros de obras, com o desemprego abolido, com o povo unido em torno do Governo, servindo de exemplo ao mundo.

Ao invés de inclinar-se para a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos preferiram estender as mãos a Stálin e ao marxismo soviético. Cerraram os olhos e fizeram ouvidos moucos aos crimes de Stálin sob o beneplácito ou a interferência direta de Zdanov (Liphshitz), Lawrenty Beria, Lazar Kaganovich, Georgi Malenkov, Nikita Salomón Khruschev, Nicolai Bulganine, Anastas Iosifovich Mikoyan, Kruglov, Alexander Kosygin, Nicolas Schvernick, Andrés Andreievich Andreiev, P. K. Ponomarenko, P. F. Yudin, Mihail Pervukin, N. Schatalin, K. P. Gorschenin, D. Ustinov (Zambinovich), V. Merkulov, A. Zasyadko, Cherburg, Milstein, Ferentz Kiss, Potschrebitscher, Ilya Ehrenburg, Rosália Goldenberg, Mark Spivak, Ana E. Kaluger, Kalinin, Maxin Maximovitch Litvinoff, Andrés Iannarevich Vishinsky, Jacob Malik, Valerian Zorin, Andrés Gromiko, Alexander Panyskin, Zamhinovich (Ustinovo), Almirante Radionovich, Constantin Oumansky, Manuilsky, Madame Kolontay, D. Solod, etc..., e mais um elevado número de funcionários superiores do Comissariado Soviético da Economia, do Comissariado do Exército, do Comissariado da Segurança de Moscou, de Leningrado, de Kiev, de Stalingrado e de mais três dezenas de cidades soviéticas com mais de 300 mil habitantes, do Comissariado da Imprensa, do Comissariado para a Acomodação de Refugiados, do Comissariado de Assuntos Exteriores, todos JUDEUS.

Pois, aliando-se a Stálin – o maior genocida deste século, e provavelmente de todos os tempos – os Estados Unidos arrastariam consigo o Brasil, que se viu obrigado a lutar contra a Alemanha, sua aliada comercial, e em favor do estado que o agredira através do patrocínio de uma intentona. O desconhecimento das origens da intentona de 1935 não pode ser alegado. A imprensa da época noticiou fartamente que a revolução, dirigida pela Embaixada Soviética em Montevidéu, fora decidida, em Moscou, pela Internacional Comunista. E sabia-se, também, que o comunismo ceifara, no México, a vida de 20.000 mártires católicos e, na Argentina, em janeiro de 1919, cerca de 1.500 pessoas, das quais 800 em Buenos Aires. (Tanto no México como na Argentina, tal como ocorreria no Brasil mais tarde, os cabeças do movimento eram judeus. O levante bolchevista chileno de 1931 e a rebelião bolchevista uruguaia de 1932, para não fugir à regra, foram planejados e chefiados por descendentes da semente de Abraão.)

Desde o ano de 1933 (quando a guerra não passava pela cabeça de Hitler, recém-guindado ao poder, e que se preocupava apenas em retirar a Alemanha do caos econômico, herança do Tratado de Versalhes), como se pôde inferir do depoimento de Getúlio Vargas (28

novembro de 1934), já o Presidente Roosevelt se preocupava em aplainar caminho para a guerra. Embora mantendo-se neutro nas aparências, o Governo norte-americano, constituído basicamente por judeus, ansiava pela chegada do momento de acertar contas com a nova ordem nacional-socialista, cuja visão econômica contrariava o capitalismo, as práticas monetaristas e a ciranda financeira. Hitler desprezou o dólar, a libra esterlina e outras unidades monetárias que faziam a felicidade dos especuladores. Optou pela troca pura e simples de mercadorias. Por exemplo: recebia do Brasil alimentos, matérias-primas e outros produtos de que a Alemanha carecia, e enviava em troca instrumentos óticos, tornos, frezas, retíficas e maquinário em geral.

Para Roosevelt e seus assessores a guerra era uma certeza, mas, para empreendê-la, era preciso antes dobrar a oposição pacifista e convencer o povo americano de que o sacrifício que lhe seria exigido era justo.

Até setembro de 1939, quando para gáudio dos belicistas a guerra afinal se tornou realidade, a máquina de propaganda, com toda sua grandeza e reconhecida eficiência não tinha conseguido demover os pacifistas e tampouco mexer com os brios do povo norte-americano.

Muito pelo contrário, o próprio embaixador dos Estados Unidos na Grã-Bretanha, Joseph Kennedy (pai de John Fitzgerald Kennedy) aconselhou Roosevelt a chegar a um acordo com Hitler, em vez de envolver-se numa guerra que ele julgava absurda. Políticos de renome, cardeais católicos, líderes protestantes e grande parte do povo norte-americano cerraram fileiras no sentido de manter os Estados Unidos e a América afastados do conflito. Nada disso foi suficiente para demover o Presidente e seus assessores diretos. Durante a segunda semana de junho de 1940, sem dar atenção aos protestos do Estado-Maior do Exército, Roosevelt ordenou a entrega de 20% das reservas de artilharia do Exército dos Estados Unidos à Inglaterra, apesar da legislação de neutralidade encontrar-se em pleno vigor.

Em um país que ainda está em plena paz, dá-se um acontecimento surpreendente e que acabou sendo decisivo para a sorte da guerra: o Congresso, atendendo às pressões dos belicistas, vota a Lei de Empréstimos e Arrendamentos, abrindo o parque industrial dos Estados Unidos às forças que combatem Hitler e o nacional-socialismo. A Inglaterra seria maciçamente abastecida agora. A União Soviética receberia sua parte a partir de meados do ano seguinte.

O projeto que redundou na Lei de Empréstimos e Arrendamentos foi redigido por um advogado de nome Cox, **que na verdade se chamava Cohen**, e que era membro dos serviços jurídicos do Departamento do Tesouro. Tal projeto concede ao Governo estadunidense a

faculdade de vender, transferir, trocar, alugar, emprestar ou simplesmente doar, seja de que modo for, qualquer instrumento de defesa que lhe pareça apropriado, a toda nação cuja defesa se julgue vital para os Estados Unidos. Segundo inúmeros historiadores, um senador do Texas fez a seguinte pergunta a Cox: "– Se é que compreendi bem, a Lei de Empréstimos e Arrendamentos permite transferir-se para a Inglaterra ou para a União Soviética, sem ônus de qualquer espécie, o encouraçado "Texas"?" Cox respondeu: "Exatamente. A Lei permite isso."

A aprovação da Lei de Empréstimos e Arrendamentos não foi de nenhum modo tranqüila. Contra ela uniram-se os pacifistas, os isolacionistas e os anti-rooseveltistas, enfim, todos aqueles que entendiam que os Estados Unidos deveriam manter-se neutros em relação ao conflito europeu.

Dois cardeais católicos – O'Connel e Dougherty – juntaram-se à Igreja dos Quakers para impedir que os Estados Unidos se encaminhassem para a guerra. O general e homem de negócios Robert E. Wood, presidente das grandes lojas Sears and Roebuck, funda o Comitê América First e angaria fundos para combater a Lei ("Bill HR-1776"). O chefe parlamentar da resistência é um senador de Montana, Burton K. Wheeler, mas o líder de maior expressão do movimento é o coronel Charles Lindbergh: heroi nacional por ter sido o 1º americano a atravessar o Atlântico de avião. Suas constantes visitas à Alemanha, o contato com o dinamismo e a filosofia do Partido Nacional Socialista haviam-no convencido de que Hitler e seu Governo nada tinham a ver com o que era espalhado pelos quatro cantos do mundo pela maciça propaganda judaica. Para demonstrá-lo, Lindbergh escreveu "Wave of the Future", sustentando que os Estados Unidos e a América deveriam proteger-se em seu território, só intervindo em caso de ameaça direta.

Intervencionistas e isolacionistas se alternavam diante das comissões competentes das duas Assembléias. De um lado, as lideranças de Knudesn, Stimson, Knock e Dorothy Thompson; de outro, Lindbergh, Johnson, Wheeler, O'Connel, Dougherty e Hoover.

De início, os defensores da Lei de Empréstimos e Arrendamentos eram minoritários, mas, com o decorrer do tempo, através de pressões e suborno foram aumentando o número de aderentes. A 18 de fevereiro de 1940, uma primeira votação na Câmara deu à HR-1776 um total de 260 votos contra 165. No Senado, a aprovação seria confirmada, em 11 de março, por 60 votos contra 31.

É grande a repercussão pelo mundo inteiro. Todas as grandes cidades do Império Britânico se embandeiram com as cores dos Estados Unidos. Charles De Gaulle, que está passando o fim de semana em Chequers, é despertado, de madrugada, por uma "espécie de dra-

gão vermelho e dourado": é Churchill, vestido com um roupão chinês, que lhe invade o quarto dançando de alegria. (Cf. Charles DE GAULLE. **Mémoires**, p. 214)

Os Estados Unidos oficializavam a opção de seu Governo influenciado por Baruch, Frankfurter, Roseman (que escrevia os discursos de Roosevelt), Hillman, Dubinski, La Guardia, Hiss e muitos outros judeus, sem uma declaração de guerra formal à Alemanha e seus aliados, mas através de uma atitude que deixava clara suas intenções futuras. Não havia apoio popular para a entrada do país na guerra. Por isso, bastava, por uns tempos, suprir lautamente as necessidades estratégicas de seus aliados. Mais tarde, no devido tempo, a massa popular seria convencida a participar do conflito.

O Japão estava propenso, durante o segundo semestre de 1941, a atacar a União Soviética, o que certamente representaria uma substancial ajuda para o esforço alemão. A espionagem internacional, todavia, está atenta. Informa os Governos e estes, por sua vez, movimentam as pedras no tabuleiro.

O Japão e os Estados Unidos encontram-se em fase de negociações diplomáticas. Se o Governo nipônico tivesse podido chegar a um acordo com os norte-americanos, é fora de dúvida que teria se voltado contra a União Soviética, com a qual mantinha disputas territoriais há algum tempo. Em 1904, o Japão declarara guerra à Rússia em disputa pela Coréia e pela Manchúria. Em 1905, pelo Tratado de Portsmouth, a Rússia reconhecera a supremacia do Japão sobre a Coréia e cedera aos nipônicos a península de Liao-Tung. Em 1938 e 1939, soldados japoneses tinham entrado em choque com tropas soviéticas na fronteira entre a Manchúria e a Sibéria. Apesar da assinatura de um tratado de não-agressão, ambas as nações foram forçadas a concentrar numerosos contingentes ao longo da fronteira. É evidente que um ataque japonês na fronteira entre a Sibéria e a Manchúria, no final de 1941, teria imobilizado ali tropas soviéticas de grande vulto, aliviando a pressão contra as forças alemãs que se acercavam de Moscou.

O Imperador Hirohito ansiava por firmar um acordo com os Estados Unidos. Insistiu, diversas vezes, para que todas as saídas diplomáticas fossem exploradas ao extremo antes do recurso das armas. Mas não interessava às "forças ocultas" que os Estdos Unidos chegasse a um acordo com o Japão. Para eles, o importante era aliviar a União Soviética de um novo encargo bélico, possibilitando-lhe concentrar forças contra o Exército alemão.

No início de outubro de 1941, apesar do forçado atraso no início da Operação Barbarossa, as tropas alemãs chegaram a vislumbrar a possibilidade de tomar Moscou antes da chegada do inverno.

Ocorre, porém, que a luta não se travava apenas nas estepes russas às portas da capital soviética. As intrigas de bastidores eram de tanta importância quanto os combates. Richard Sorge, um espião de nacionalidade alemã, recrutado pelo lobby judaico-bolchevista, mantinha os soviéticos perfeitamente informados acerca das tratativas diplomáticas entre o Japão e os Estados Unidos. Foi através dele que o Kremlin se certificou de que os japoneses, forçados pelo impasse diplomático, tinham abdicado de atacar a União Soviética, optando por uma guerra com os Estados Unidos. Exatamente a 15 de outubro, o Governo soviético teve a certeza de que poderia remover tropas da Sibéria, na fronteira com a Manchúria, reforçando a defesa da capital fortemente ameaçada. Graças a decisão japonesa de atacar ao Sul, nada menos do que 21 grandes unidades do Extremo Oriente foram removidas para a zona de Moscou.

Richard Sorge informou o Kremlin sobre o planejado ataque nipônico a Pearl Harbor, precisando com absoluta exatidão a data-hora do ataque à base norte-americana do Pacífico. E Moscou transmitiu, por sua vez, todos os detalhes do ataque aero-naval ao Governo dos Estados Unidos.

Eis que se apresenta a oportunidade ardentemente esperada por Roosevelt e seu "staff".

Na noite de 6 para 7 de dezembro de 1941, SEM RECEBER QUALQUER INFORMAÇÃO sobre o ataque iminente, a guarnição de Pearl Harbor foi "COVARDEMENTE ATACADA" pelas esquadrilhas japonesas.

Roosevelt e seu "staff" tinham agora um bom motivo para mexer com o brio dos norte-americanos e levá-los à guerra.

As perdas materiais em aviões, vasos de guerra e instalações de terra eram irrelevantes. O parque industrial norte-americano tinha condições de suprir logo tudo o que fora destruído. É conveniente não esquecer, todavia, que para alimentar a propaganda belicista e para levar o povo de seu país à guerra, o Governo dos Estados Unidos sacrificou milhares de vidas.

Winnant e Harriman, que acompanhavam Churchill na madrugada de 6 para 7 de dezembro, relatam o que se passou do outro lado do Atlântico (citado por Raymond CARTIER – **A Segunda Guerra Mundial**):

> "Num canto, o rádio difunde em surdina um boletim de informações. Ninguém presta atenção. De repente, a voz do locutor pronuncia um nome insólito em meio ao de campos de batalhas familiares: Havaí...
> – Ouvi bem? – pergunta Churchill. Os japoneses bombardearam a frota americana do Pacífico?

Winant não tinha ouvido nada. Harriman pensava em ter ouvido falar em aeronaves japonesas. O mordomo de Churchill, vindo de outro local, confirma:
– Todos os que estavam na copa ouviram bem: os japoneses atacaram a base americana de Pearl Harbor.
Como um louco, Churchill se precipita para seu escritório. Chama Roosevelt ao telefone. A voz transatlântica do Presidente lhe confirma a "agressão infame".
– Estamos agora no mesmo barco para o que der e vier – diz Roosevelt.
– Sim, estamos no mesmo barco – confirma Churchill, pulando de contentamento." (Vol. I, p. 280)

Em território estadunidense, a oposição ao Presidente está paralisada. O "ataque de surpresa", a "infâmia nipônica", o "ato covarde" derrubam as últimas barreiras do pacifismo. No senado, a decisão de entrar na guerra é aprovada pela unanimidade dos oitenta e um presentes. Na Câmara, a única que não consegue convencer-se e que resiste ainda, é Jeannette Rankin, deputada pelo Estado de Montana. Em face aos últimos acontecimentos, mesmo os líderes da facção pacifista – Hoover, Lindbergh, Landon, Lewis e Wheeler – colocam-se à disposição do Presidente.

Baldados os esforços da propaganda através do cinema, do jornais, das rádios e até mesmo da televisão nascente, a solução Pearl Harbour veio resolver o problema.

No Brasil, alguns órgãos de imprensa procuram influir na formação de opinião pública. Getúlio Vargas registra em seu **Diário**:

1941

19 de janeiro – A Alzira mandou procurar-me por causa de uma intimação do general Góis para que fosse suspenso o "Correio da Manhã", como exemplo, porque era o órgão leader da propaganda britânica. (...) Fui procurado pelo Ministro da Guerra (general Eurico Gaspar Dutra). Mostrou-me uma carta do general Góis pedindo demissão do cargo de Chefe do Estado-Maior se não fossem adotadas as medidas que propunha, e disse-me que, com o "Correio da Manhã" ou "Diário Carioca", era preciso dar uma lição, um exemplo. Mostrei-lhe que não havia razão para essa medida tão direta à vista das providências que estavam sendo estudadas. Ficou de entender-se com o Lourival (Lourival Fontes – Diretor do Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda (DIP) – 1939-1942) sobre as providências a

tomar. Recebi, depois o Lourival, a quem aconselhei que se entendesse com o Ministro, para examinarem o assunto.

1941

20 de janeiro – Assinei o decreto criando o Ministério da Aeronáutica e nomeando o Salgado (Joaquim Pedro Salgado Filho – Ministro da Aeronáutica – 1941-1945) para Ministro. O "Diário Carioca" amanheceu ocupado por tropas do Exército e foi suspenso por 48 horas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. A caldeira que ameaçava explodir encontrou a sua válvula de escape.

Antes desse episódio, comprovante de que os métodos de persuasão propagandística não se limitavam aos Estados Unidos, mas se espalhavam pelos países que representavam interesse potencial para os belicistas, Getúlio Vargas registrou um acontecimento que merece citação aqui. Essa anotação demonstra que sua afinidade para com a Alemanha não se limitava às esferas oficiais. Transcendi-as e chegava a um relacionamento familiar:

1940

18 de setembro – Conheci hoje a noiva de Lutero, uma moça alemã que ele conheceu naquele país e tomou-se de amor por ela, mandando buscá-la com o nosso conhecimento. (Refere-se a Ingeborg Haeff.) Preferia que se casasse com brasileira, mas, em assuntos dessa natureza, a oposição pode trazer a infelicidade. E tive boa impressão da futura nora.

1940

21 de setembro – Ontem casou-se o Lutero. O religioso, na igreja, e o civil, em casa.

Nessa mesma época, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro preparava-se para uma viagem aos Estados Unidos. Getúlio registra:

1940

20 de setembro – Recebi, às 18 horas, o Ministro da Guerra, que me veio trazer um questionário um tanto impertinente apresentado pelo representante militar americano ao general Góis.

21 de setembro – Às 18:30 horas, recebi os Ministros da Guerra, Marinha e Exterior, e o Chefe do Estado-Maior do Exército. Examinamos a resposta do último ao questionário do representante militar americano e o critério a seguir na sua viagem para o exterior. **Nota de Rodapé**: O general Góis Monteiro preparava-se para participar da reunião dos chefes de estado-maior dos países americanos, a se realizar em outubro, em Washington. **Durante o evento, seria alvo de atenção especial do Presidente Roosevelt, interessado em efetivar os planos de cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos.** (Grifo do autor desta obra.)

Jefferson Caffery mantinha o Governo americano muito bem informado de tudo o que se passava no Brasil. No dia 23 de setembro de 1940, telegrafou ao Secretário de Estado dos Estados Unidos (John W. F. Dulles – **Getúlio Vargas – Biografia Política**, p. 224), dando conta de que "os uruguaios haviam aberto a cancela e passado para o lado nazista", e que "alguns observadores temiam que o mesmo pudesse acontecer em relação ao Brasil".

William A. M. Burden (**The Struggle for Airways in Latin America**, p. 69) diz que os alemães tinham grande penetração na aviação comercial, onde desfrutavam de bastante prestígio. A empresa "Condor", subsidiada pela matriz – a "Deutsche Lufthansa" – possuía mais de vinte e cinco aeronaves de fabricação alemã, tripuladas por pilotos alemães. Suas rotas cobriam, segundo Burden, **"inclusive a área estratégica do Nordeste"**. (O Nordeste possuía **área estratégica** em proveito de quem: do Brasil ou dos Estados Unidos?) De acordo com a referida fonte, algumas companhias nacionais, como a VASP e a VARIG, utilizavam equipamento germânico e as oficinas de manutenção da "Condor" prestavam-lhes assistência técnica. Além disso, a única conexão aérea direta entre a América do Sul e a Europa era feita pela LATI, empresa italiana. Até mesmo Oswaldo Aranha, notório germanófobo, entendia como de grande utilidade os serviços prestados ao Brasil, no concernente à aviação, por alemães e italianos. (Cf. John W. F. Dulles. Op. cit. p. 225)

Burden (Op. cit. p. 69) não vê com bons olhos a atividade da LATI na América do Sul:

> "A LATI transportava malas diplomáticas alemãs e italianas, material de propaganda, mica, diamantes, platina, substâncias quí-

micas; e também funcionários dos governos do Eixo, e espiões. Transmitia-se também informações sobre o deslocamento de navios aliados; tanto a LATI como a "Condor" auxiliavam os navios do Eixo a vencer o bloqueio aliado."

Não era apenas o autor de **"The Struggle for Airways in Latin America"** que olhava enviesado para as atividades da "Condor" e da LATI no continente latino-americano. John W. F. Dulles (Op. cit. p. 225) afirma que "os Estados Unidos procuraram, então, expandir as atividades da Panair do Brasil, subsidiária da "Pan American Airways"; quando a VASP perdeu um de seus aviões, Washington ofereceu a venda de aviões à companhia em troca de sua **desgermanização**.

Dulles diz que, no Rio de Janeiro, as autoridades consideravam exageradas as informações de que havia uma "penetração nazista quase inacreditável" no País, e de que era grande o "perigo da Quinta-Coluna". (Op. cit. p. 225) Queixa-se o referido autor que Filinto Müller preocupava-se em deter os comunistas ao invés de procurar os "espiões nazistas". (Em realidade, cem comunistas haviam sido presos em dezembro de 1939; outros cinqüenta, em abril de 1940. Em novembro de 1940, Luís Carlos Prestes foi julgado pela segunda vez, acusado de estar implicado no brutal assassínio de Elza Fernandes, uma jovem desertora das hostes comunistas, que delatara seus antigos companheiros. Fora encontrada uma carta de Prestes a correligionários, em tom de dura crítica, "por deixar os sentimentos prevalecer sobre o seu dever, que era matar a informante". (Cf. Pedro Lafayette. **Os crimes do Partido Comunista**, p. 41, e Heitor Moniz. **Comunismo**, p. 115-118.)

John W. F. Dulles (Op. cit. p. 226) afirma:

> "Durante o segundo semestre de 1940, as negociações ralativas à cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos punham constantemente em evidência a insistência com que os brasileiros solicitavam armas aos Estados Unidos, e o pensamento americano de que **o Nordeste seria melhor protegido com o estacionamento de forças norte-americanas na região**." (Grifo do autor desta obra.)

É claro que um desembarque de tropas alemãs no litoral nordestino brasileiro no curso do segundo semestre de 1940, era tão provável quanto o envio de uma nave tripulada à Lua durante aquela década. E mais improvável se tornaria ainda depois de 22 de junho de 1941, quando os alemães concentraram seu esforço de guerra, maciçamente, na campanha contra a União Soviética. A partir daquele momento, se um resquício de risco havia – na mente dos americanos, este desapareceu por completo. Nem por isso a tecla deixou de ser to-

cada. O Nordeste brasileiro era de suma importância para a estratégia americana, não porque os alemães pudessem ali realizar um desembarque, mas porque o aeroporto de Natal era o trampolim necessário ao apoio logístico das tropas que seriam desembarcadas no continente africano.

Entrementes, o Brasil, valendo-se de sua posição de neutralidade, continuava a comerciar com a Alemanha, sem atemorizar-se ante as pressões:

1940

4 de novembro – No Guanabara, vieram falar-me o Ministro da Guerra, sobre a oposição dos ingleses a que continuássemos a transportar o material bélico recebido da Alemanha, por um contrato anterior à guerra, e o Ministro da Fazenda, sobre vários assuntos de sua pasta.

De acordo com Dulles (Op. cit. p. 226), "os chefes militares brasileiros continuavam a considerar a Alemanha como a melhor fonte de equipamento moderno para combate".

Em telegrama do Embaixador Caffery ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, datado de 10 de outubro de 1940, era informado que "os militares brasileiros agradeciam os presentes recebidos dos americanos – caixas de uísque e de cigarros "Lucky Strike" –, mas esclareciam que nem presentes e nem palavras amáveis podiam substituir o armamento que a Alemanha oferecia ao Brasil". (Cf. John W. F. Dulles. Op. cit. p. 226)

O Exército dos Estados Unidos teria recebido uma lista de armamentos considerados necessários pelos brasileiros, no valor global de US$ 180 milhões (o dólar da época valia aproximadamente 25 vezes o seu valor atual). Mas os Estados Unidos, devido às exigências do seu próprio programa de mobilização e aos compromissos para com a Inglaterra, não se mostravam inclinados a atender ao pedido brasileiro.

A ameaça inglesa, registrada por Getúlio Vargas em 4 de novembro, materializou-se poucos dias depois:

1940

22 de novembro – Recebo o Oswaldo, que me comunica haver o governo inglês apreendido o "Siqueira Campos", que partira de Lisboa trazendo parte do nosso material de artilharia vindo da Alemanha. **Nota de Rodapé** O bloqueio marítimo decretado pela Inglaterra provocou um incidente diplomático com o Brasil, envolvendo a apreensão do "Siqueira Campos", que transportava material bélico alemão adquirido ainda em 1938. As exigên-

cias impostas para a liberação do navio, bem como o confisco, em 26 de novembro, pelas autoridades inglesas, da carga do "Buarque", em viagem para os Estados Unidos, aprofundaram a crise entre os dois países.

23 a 28 de novembro – No dia 23 recebi, no Guanabara, os Ministros da Guerra e Exterior. Vieram falar-me sobre a apreensão do "Siqueira Campos", que trazia nosso material de guerra, pelos ingleses, que o levaram para Gibraltar. Tomei conhecimento das démarches até agora feitas e aprovei-as.

1940

2 de dezembro – Um navio armado inglês retira passageiros alemães de um navio brasileiro, transportados de um para outro porto brasileiro. **Nota de Rodapé:** Em 1º de dezembro, o paquete "Itapé" foi interceptado pelo cruzador inglês "Carnavon Castle" a apenas 18 milhas do litoral fluminense, sendo ocupado por um contingente armado que retirou à força, 25 passageiros de nacionalidade alemã.

Estes dois atos típicos de pirataria, comuns à índole inglesa, poderiam – e deveriam – ter levado o Governo brasileiro ao rompimento de relações com o agressor. O desrespeito aos neutros era uma constante por parte da marinha inglesa: um navio de bandeira francesa fora capturado no litoral de Santa Catarina; outro navio brasileiro teve sua carga apreendida em Trinidad. (Cf. John W. F. Dulles. Op. cit. p. 227)

A apreensão do "Siqueira Campos" foi, dentre os atos de pirataria inglesa contra o Brasil, o episódio que mais despertou a indignação nacional. O referido barco, carregado com armas e munições, e com 400 pessoas a bordo, foi capturado pelos ingleses em Lisboa, e levado sob escolta para Gibraltar. Em face à pressão diplomática do Brasil e dos Estados Unidos – estes temerosos de que o Brasil passasse de uma vez por todas para o lado oposto –, os britânicos insistiam que a venda de armas ao Brasil propiciaria à Alemanha fundos em moeda brasileira, que "seriam utilizados para financiar atividades subversivas, e que qualquer evasão do bloqueio ajudaria a propaganda alemã, fortaleceria a facção germanófila do Exército brasileiro, e constituiria precedente que poderia provocar encomendas por outros países da América Latina". (Cf. John W. F. Dulles. Op. cit. p. 228)

Depois de marchas e contramarchas, cedendo principalmente às pressões do Governo americano, os ingleses concordaram em liberar o "Siqueira Campos", desde que algumas exigências fossem aten-

didas. Entre elas, incluía-se a "imobilização de todos os navios inimigos em portos brasileiros". Os ingleses "exigiam" também que o Brasil "proibisse" as operações da LATI em território brasileiro.

Evidentemente a proposta britânica aumentou o ressentimento já existente. Getúlio Vargas convocou reunião do ministério para considerar medidas de revide à agressão da soberania nacional. Essas medidas, conforme proposição do Presidente, poderiam afetar os bens britânicos existentes no País. Era tal a pressão dos militares – esclarece John W. F. Dulles (Op. cit. p. 228) – que "**Oswaldo Aranha achava possível o rompimento de relações**".

Em Washington, o Departamento de Estado também se alarmou com a atitude britânica, capaz de arruinar de uma vez por todas o esforço empreendido pelos Estados Unidos em cooptar o Brasil para a esfera dos Aliados. Finalmente, a 15 de dezembro de 1940, depois que o sentimento antibritânico dos brasileiros chegara a um ponto crítico, e após intensa negociação diplomática em Washington, o "Siqueira Campos" foi liberado.

Falando a chefes militares, em 31 de dezembro, Vargas declarou, a propósito do incidente, que "as nossas aquisições junto à Alemanha não são vultosas; correspondem ao mínimo das necessidades e foram pagas com recursos produzidos pelo nosso trabalho, e que seria uma violência aos nossos direitos querer impedir que venham às nossas mãos". (Getúlio Vargas. **A Nova Política do Brasil**. Vol. VIII, p. 241)

Houve uma nova crise quando os ingleses pretenderam que o "Bagé" descarregasse em Lisboa um carregamento de armas da Krupp. Esse material – segundo os militares – incluía peças de reposição e acessórios necessários à manutenção do equipamento importado anteriormente.

Desta vez, Oswaldo Aranha (Ministro das Relações Exteriores) tomou partido dos britânicos. Discordando do ponto de vista do Presidente, de Dutra (Ministro da Guerra) e de Pedro Aurélio de Góis Monteiro (Chefe do Estado-Maior do Exército), recusou-se a reabrir a questão. Alegou que os militares brasileiros, quando do episódio "Siqueira Campos", tinham se comprometido a não mais embarcar armas da Alemanha. Eurico Dutra negou que tivesse assumido qualquer compromisso, e apresentou seu pedido de demissão.

Enquanto isso, Góis ameaçava tomar represálias contra as empresas britânicas que operavam no País. Acusou – segundo John W. F. Dulles (Op. cit. p. 229) – Oswaldo Aranha de "**fazer o jogo dos ingleses**". (Grifo do autor desta obra.)

Oswaldo Aranha procurou contemporizar, afirmando que esperava que o novo problema pudesse ser resolvido "através dos conta-

tos que mantinha em Washington". O próprio general Góis Monteiro pediu, confidencialmente, ao general Marshall, que intervisse no sentido de obter uma solução satisfatória.

Nesse ínterim, Getúlio Vargas tentava demover o Ministro da Guerra de confirmar sua renúncia. Suas anotações referentes a esse período são as seguintes:

1940

3 de dezembro – Pela manhã, solenidade de compromisso dos novos aspirantes da Escola Militar. Regressando, trouxe o Ministro da Guerra, o general Góis e o general Pinto (Francisco José Pinto – Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República – 1935-1942), com os quais conversei no Guanabara sobre os incidentes com a Inglaterra.

1940

4 de dezembro – Recebi o Ministro do Exterior, que veio dar conta das démarches feitas no dia para resolver o incidente com a Inglaterra. Estava com esperança de conseguir solução satisfatória no dia seguinte, devido à intervenção americana. (Estas anotações se referem ao incidente envolvendo o "Siqueira Campos". – Nota do autor desta obra.)

1940

5 de dezembro – Continua o impasse da questão inglesa.

1940

6 de dezembro – Recebo o Ministro do Exterior, que me dá conta da primeira resposta do governo inglês para a entrega do "Siqueira Campos", mediante várias condições de vantagens materiais para eles que reputo inaceitáveis.

1940

7 de dezembro – Foi um dia movimentado. Pela manhã, compareci com o Ministro da Guerra à sede do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva, onde, na qualidade de paraninfo da turma de oficiais da reserva, pronunciei um discurso com re-

ferências de caráter político internacional. (Getúlio Vargas, na oportunidade, assegurou que o Brasil não toleraria a interferência de qualquer Governo estrangeiro em assuntos internos do País, assegurando que defenderia a soberania nacional até as últimas conseqüências. – Nota do autor desta obra.)

1940

13 de dezembro – A questão inglesa está se agravando por falta de satisfações de providências da Inglaterra, que ainda não liberou o "Siqueira Campos".

1940

15 de dezembro – Fui procurado pelo Ministro do Exterior, que me informou da solução do caso inglês. Fora liberado o "Siqueira Campos", com todos os seus passageiros e carga, e seriam dadas explicações satisfatórias aos outros incidentes menores. Enfim, já era um alívio e uma alta emoção. **Eu estava resolvido a uma atitude extrema para desagravar o País, mas não desejava tomá-la; compreendia os prejuízos que poderia acarretar e preferia uma solução pacífica**. (Grifo do autor desta obra.)

1940

21 de dezembro – Recebi o Ministro da Guerra, que desejava falar-me com urgência. Veio pedir demissão do cargo, desesperançado de continuar recebendo o armamento do Exército, da encomenda alemã, devido à oposição inglesa. Nada esperava dos Estados Unidos. Procurei fazê-lo desistir do propósito.

1940

22 de dezembro – Recebi o general Góis, com quem falei sobre o pedido de exoneração do Ministro da Guerra e seus motivos.

1940

31 de dezembro – Compareci ao almoço oferecido pelas classes armadas no Automóvel Club. O discurso que então pronunciei teve muita repercussão; favorável para uns, para outros, contrária. **Nota de Rodapé** *Em seu pronunciamento, Vargas*

exaltou a integração entre as Forças Armadas na grande obra de renovação nacional, relembrando as vitórias contra o reacionarismo e as conspirações extremistas.

1941

8 de janeiro – Antes dos despachos, recebi o Ministro do Exterior. Entre este (Oswaldo Aranha) e o da Guerra (Eurico Gaspar Dutra) tem havido divergência e troca de correspondência que pode levar a uma crise. O primeiro quer que se descarregue o material bélico do "Bagé" em Lisboa, aguardando melhor ocasião para transportá-lo ao Brasil. O segundo, insiste em que se deva trazê-lo. **Nota de Rodapé: O parecer o Itamarati, de aguardar a retomada de negociações com a Inglaterra, prevaleceu sobre a posição do general Eurico Dutra, de que pressionasse o Governo britânico mesmo sob o risco de rompimento das relações diplomáticas**. A liberação do material bélico adquirido pelo Brasil na Alemanha só se daria em junho, mediante a interferência dos Estados Unidos. (Grifo do autor desta obra.)

1941

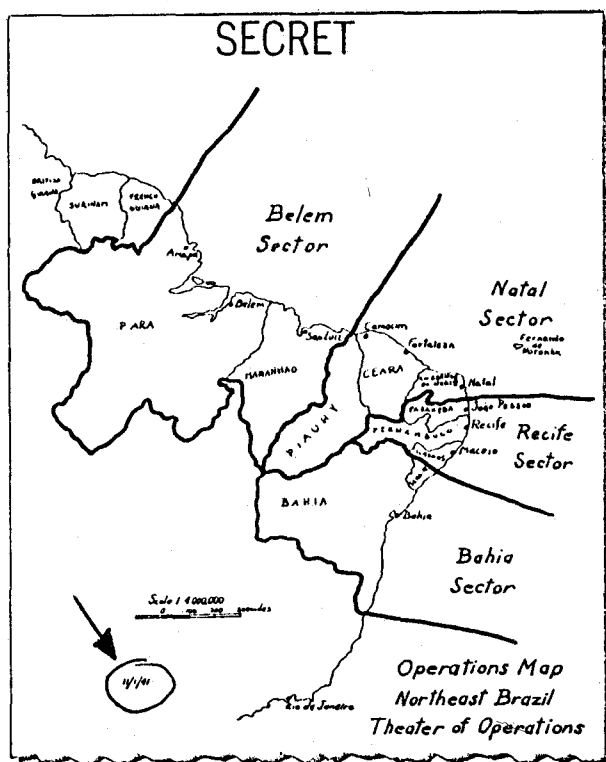
10 de janeiro – Recebo o general Góis. Agravara-se a crise oriunda da divergência entre os ministros do Exterior e da Guerra. Este havia se retirado para casa, pretextando doença, mas com o propósito de abandonar o Ministério. Após conversar com o general Góis, acabou desistindo. (...) Entre as audiências, recebi também o Lourival, a quem dei instruções para orientar a imprensa no sentido de reserva em relação à Inglaterra, por causa de sua atitude de intransigência quanto à entrega de nossos armamentos, evitando derramados elogios de uma simpatia muito suspeita de certos órgãos.

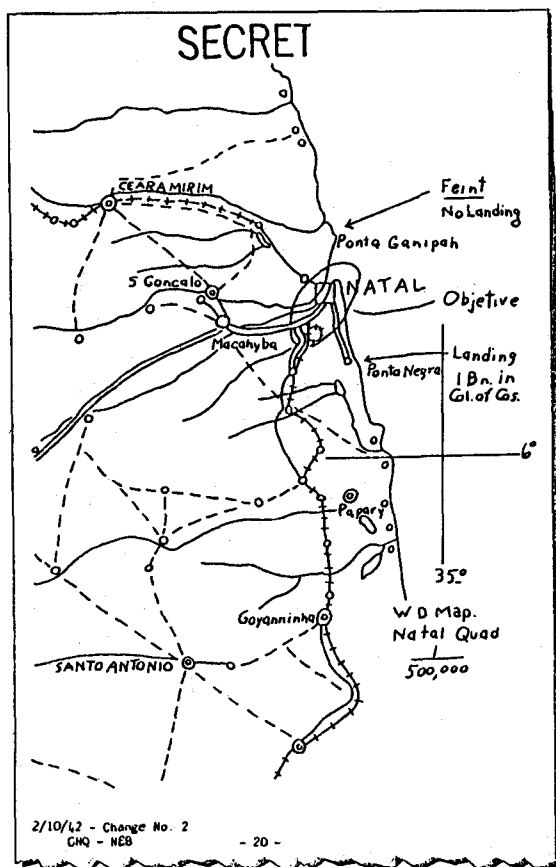
Esta anotação de Getúlio Vargas é datada de 10 de janeiro de 1941. Nem sequer desconfiava o Presidente do Brasil que naquele exato instante, o Governo americano tramava a invasão do território brasileiro! É isto mesmo! Onze meses antes do ataque nipônico a Pearl Harbour, e da declaração de guerra dos Estados Unidos ao Japão, Alemanha e Itália (7 de dezembro de 1941), os estrategistas militares daquele país, elaboravam planos, com o aval de Roosevelt, para a **invasão do Nordeste brasileiro!**

Há pouco mais de três anos atrás, exatamente no mês de maio de 1993, poucos órgãos da imprensa brasileira noticiaram um fato que, por sua gravidade, merecia ampla e farta divulgação. Na verdade, de uma imprensa comprometida, dominada, submetida, outra coisa não se poderia esperar. Um punhado de pessoas, não mais que isto, ficou sa-

bendo que o Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, através de um documento secreto de 57 páginas, elaborara um plano de ocupação de dez estados brasileiros, no caso do Brasil **"insistir em manter uma posição de neutralidade na Segunda Guerra Mundial"**. O objetivo claro da agressão em vista, conforme se depreende facilmente dos mapas a seguir, era assegurar a posse e livre utilização do aeroporto de Natal, imprescindível à montagem de uma ponte-aérea com Dakar, na África Ocidental, a fim de apoiar a invasão do norte daquele continente, e a partir dali, preparar-se para a transposição do Mediterrâneo. A autonomia de vôo das aeronaves da época exigia essa providência, sob pena de alto índice de perda de vidas e material expostos à contingência de rotas muito longas.

Dividir para melhor atacar

Em sua versão original elaborada em 1941, o mapa da invasão do brasil pelos Estados Unidos previa um ataque rápido, violento e simultâneo em quatro "setores estratégicos"": Belém, Natal, Recife e Salvador. Para a operação de ataque e ocupação, o governo americano admitia mandar para o Brasil até 100 mil combatentes (ISTOË/1234-26/5/93)

Não é apenas nas "Repúblicas das Bananas" que os Estados Unidos interferem, apesar de suas exortações à liberdade e respeito à soberania dos povos. A data constante do mapa dapágina anterior (borda inferior esquerda) é bastante elucidativa: os Estados Unidos entraram oficialmente em guerra no mês de **dezembro de 1941**; mas em **janeiro daquele ano**, confirmando a afirmativa revisionista de que muito antes do ataque nipônico a Pearl Harbour, Rooselvelt já tinha decidido mergulhar os Estados Unidos no conflito europeu, o Estado-Maior do Exército norte-americano tinha concluído seu plano de **invasão do território brasileiro**!

As datas dos mapas recentemente retirados dos arquivos secretos do Pentágono, comprovam que, embora ultimados em outubro de 1942, desde o mês de janeiro de 1941 os estrategistas americanos traçavam os planos de invasão do Brasil.

A capital do Nordeste ocupado

Este é o mapa da invasão feito pelas Forçãs Armadas dos Estados Unidos, antes do Brasil romper com a Alemenha, Itália e Japão em fevereiro de 1942. Caso o Brasil insistisse em manter sua neutralidade na guerra, os americanos simulariam um ataque em Ponta Ganipah, mas invadiriam e ocupariam a cidade de Natal.

(ISTOË/1234-26/5/93)

Enquanto isto, desconhecendo o que ocorria nos Estados Unidos, Vargas tentava assegurar ao Brasil o direito de manter-se neutro num conflito que não lhe dizia respeito. Num conflito em que apenas um dos lados causava problemas ao Brasil, tanto é assim que – como confessara no registro de 8 de janeiro de 1941 – estivera a ponto de ordenar um rompimento de relações diplomáticas.

No auge da crise entre o Brasil e a Inglaterra, o general Góis Monteiro encaminhou um ofício a Lourival Fontes, diretor do DIP, instruindo-o a convocar todos os proprietários de jornal, para saber "quais estavam em favor do Brasil", e "quais em favor da Inglaterra". (Cf. John W. F. Dulles. Op. cit. p. 229)

O incidente relatado por Getúlio Vargas em 19 e 20 de janeiro de 1941, envolvendo periódicos cariocas, resultou de uma publicação de uma matéria paga da Comissão das Indústrias Britânicas (19 de janeiro), que reproduzia um comentário favorável à Inglaterra feito por Oswaldo Aranha, em novembro do ano anterior. ("Correio da Manhã") Na mesma data, outro jornal – o "Diário Carioca", de José Eduardo de Macedo Soares, proclamava a necessidade de que as forças civis, lideradas por Oswaldo Aranha, se agrupassem em torno do Presidente. A matéria foi interpretada como advertência aos militares para que não intervissem nas decisões políticas do Presidente.

Góis Monteiro e Eurico Dutra analisaram a situação e concluíram que o "Correio da Manhã" deveria ser fechado por tempo indeterminado, e que o "Diário da Manhã" suspenso temporariamente. Getúlio, a fim de não indispor-se com Oswaldo Aranha, instruiu Lourival Fontes a não tomar qualquer atitude contra o "Correio da Manhã", aplicando apenas uma curta suspensão ao "Diário Carioca" (sob a alegação de que a matéria publicada poderia ser interpretada de modo a criar dissensão entre o Presidente e as Forças Armadas.

Dulles comenta a respeito do episódio (Op. cit. p. 230):

> "De modo geral, quem saiu ganhando foi Oswaldo Aranha, e que perdeu foram os militares. (...) Dutra se decidiu a tentar tirar Lourival Fontes da chefia do DIP e a substituí-lo por um major do Exército que tinha sido integralista e passava por germanófilo."

1941

11 de fevereiro – Despacho com o Ministro do Exterior que se diz aborrecido por algumas ligeiras críticas que eu teria feito à Inglaterra. Neutralidade unilateral.

1941

18 de fevereiro – Audiências com os embaixadores da Argentina e dos Estados Unidos. Ambos queriam informar-se sobre a atitude do Brasil no conflito europeu. A ambos procurei tranqüilizar sobre a constância de nossa amizade e **manutenção da neutralidade, desde que a América não fosse agredida**. (Grifo do autor desta obra.)

1941

23 de fevereiro – Acompanhado pelo nosso Ministro do Exterior (Oswaldo Aranha) e pelo Embaixador americano (Jefferson Caffery), além de outros convidados, compareceu o sr. Farley, ex-diretor dos Correios e Telégrafos dos Estados Unidos e grande eleitor de Roosevelt. Trazia uma carta deste em termos muito amáveis e reiterando o convite para visitar os Estados Unidos na próxima primavera. (Cerca de trinta dias antes, o promitente anfitrião tinha ordenado o planejamento da invasão do Nordeste brasileiro. Será que mostraria esses planos a Getúlio? – Nota do autor desta obra.)

1941

10 de março – À noite procurou-me o Ministro da Guerra, para dar-me conhecimento de uma carta do general Amaro Bittencourt, dos Estados Unidos, manifestando a suspeita de que as demoras ou obstáculos que estava encontrando em sua missão de adquirir material bélico deviam provir da desconfiança dos americanos sobre ele, Ministro da Guerra, e o general Góis, tidos como germanófilos.

1941

20 de março – Estou examinando com o Governo americano a possibilidade de negociarmos créditos para a aquisição de material bélico pelo pagamento em minerais estratégicos que os americanos precisam e nós produzimos. (O Projeto Manhattan começara em 1939, e já naquele ano os cientistas haviam conseguido cindir átomos de urânio, bombardeando-os com nêutrons. A areia monazítica brasileira era importante matéria-prima para o projeto da bomba atômica. Nota do Autor.)

1941

24 de março – O Oswaldo está recalcitrando em assinar o decreto restringindo a imigração para o Brasil. Nova crise? (Como já foi visto, em 14 de dezembro de 1940, Getúlio Vargas decidira: 1º) proibir o visto consular nos passaportes de judeus; 2º) levantar o cadastro de todos os imigrantes que se achavam irregularmente no Brasil; 3º) promover uma legislação mais severa sobre a imigração.) (Nota do autor desta obra.)

1941

26 de março – Assunto principal: negociações com o Governo americano para aquisição de material bélico em troca de minérios.

1941

1º de abril – Despachos com os ministros da Agricultura e Exterior. O último, além dos assuntos de serviço, mostrou-se muito contra o chefe de Polícia, afirmando que este estava a serviço da Alemanha e praticando atos de parcialidade. Também atacou o Ministro da Guerra.

1941

3 de abril – Recebi, pela manhã, o general Góis, com quem estive examinando a contraproposta americana, feita pelo general Marshall, para o acordo militar defensivo entre o Brasil e os Estados Unidos. Ficamos assentes nos pontos aceitáveis. (...) À noite, estive conversando com o Amaral (Ernani do Amaral Peixoto – Interventor do Estado do Rio de Janeiro – 1937 – 1945, genro de Vargas) e a Alzira (Alzira Sarmanho Vargas/Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio), que seguem para os Estados Unidos. **Nota de Rodapé**: O casal Amaral Peixoto levaria carta de Vargas, endereçada ao Presidente Roosevelt, confirmando o sentimento de solidariedade americana desenvolvido pelos governos dos dois países, mas declinando do convite para visitar os Estados Unidos, à espera de ocasião mais propícia.

1941

8 de abril – Recebi o Embaixador argentino. Quis ouvir-me sobre a atitude a tomar na questão dos navios alemães e italianos

em nossos portos ante o que estavam fazendo os Estados Unidos e alguns outros países americanos. A Argentina nada havia resolvido. Respondi-lhe que nós não fôramos consultados pelo Governo dos Estados Unidos antes de tomar essa atitude, e os motivos alegados pelos americanos – estragos dos navios e sabotagem por parte da tripulação – não se verificaram aqui. Prometi-lhe que, se nossa atitude se modificasse, avisaria o Governo argentino.

1941

25 de maio – Ao anoitecer, recebi a visita do Ministro do Exterior, que me veio comunicar o aborrecimento dos americanos com a atitude do general Góis na questão das bases aéreas no Nordeste. **Nota de Rodapé:** O general Góis Monteiro opunha-se à instalação de bases aéreas norte-americanas no Nordeste, bem como ao recebimento de tropas do Exército e Marinha dos Estados Unidos, considerando que a efetivação dessas medidas representaria uma ameaça ao Governo brasileiro.

Lourival Coutinho, em "**O General Góis Depõe**", esclarece o ponto de vista do Chefe de Estado-Maior do Exército sobre a ocupação americana do Nordeste: Góis entendia que os brasileiros não aceitariam um ato subserviente do Governo do País, forçando a sua queda. Aliás, Roosevelt também estava ciente de que os americanos não reagiriam diferente em caso dos Estados Unidos meterem-se numa guerra extra-continental. Por enquanto o máximo que podia dar era apoio em material. As freqüentes pesquisas de opinião atestavam, invariavelmente, que mais de 80% dos americanos eram contrários à participação dos Estados Unidos no conflito europeu, mesmo que a Inglaterra fosse vencida.

Roosevelt encontrou a fórmula mágica que "mexeu com o brio dos americanos". Com referência ao Brasil, três eram as alternativas a considerar:

1º) a boa vontade do Governo brasileiro para com os estrategistas americanos;

2º) a criação de um motivo capaz, como nos Estados Unidos, de "mexer com o brio dos brasileiros";

3º) o emprego do plano de ocupação montado pelo Pentágono, mesmo que ao custo de dezenas de milhares de vidas.

1941

29 de maio – Audiência com o Embaixador do Japão. Foi tratar de imigração. Terminado o assunto que motivara o pedido de audiência, abordou-me sobre a atitude do Brasil no caso de os Estados Unidos entrarem na guerra européia! Perguntei-lhe, antes de responder, qual seria a atitude do Japão no caso de guerra entre os Estados Unidos e a Alemanha. Respondeu-me que, ante os compromissos assumidos com o Eixo, o Japão deveria também entrar. Respondi-lhe, então, que o Brasil fazia parte de um bloco continental ligado, pelas declarações dos Congressos de Havana e Panamá, a compromissos de solidariedade na defesa dos países da América. Qualquer país americano que fosse atacado, nós seríamos solidários, a menos que esse país fosse o agressor.

1941

10 de junho – Recebemos comunicação da entrega, ao Brasil, da primeira encomenda de material bélico por conta da nova Lei de Empréstimo e Arrendamento. **Nota de Rodapé:** O "Land and Lease Act", de 11 de março de 1941, dispunha sobre a venda, empréstimo ou arrendamento, a preço subsidiado, de qualquer artigo de defesa ou informação e material estratégico aos **países vítimas de agressão**.

No caso do principal beneficiário do "Lend and Lease Act" – a Inglaterra, convém não esquecer que este país **não foi agredido pela Alemanha. Seu Governo declarou guerra à Alemanha**, tomando a iniciativa pelo conflito, e voltando às costas a todas as tentativas de paz por parte do Governo alemão.

Já se fez referência a esta tentativa frustrada de parte de Adolf Hitler. Mas, na contingência de ter-se voltado ao assunto, é interessante transcrever um trecho de discurso de Hitler proferido na Ópera Kroll, em 19 de julho de 1940 (Raymond Cartier. **A Segunda Guerra Mundial**. Vol. I, p. 154):

> "Sinto-me obrigado pela consciência a lançar mais um apelo à razão da Inglaterra. Acho que posso fazê-lo, pois não sou um vencido, mas um vencedor que nada tem a pedir. Não vejo absolutamente razão para continuar esta luta; deploro as vítimas por ela causadas e gostaria de poupá-las. Herr Churchill talvez encontre neste apelo uma prova de minha dúvida no desenlace final. Mas libertei minha consciência..."

Os Estados Unidos não estão em guerra no sentido formal, mas isto ocorre (como vinha ocorrendo desde 1933) no sentido material. Getúlio registra:

1941

16 de junho – O Governo americano toma severas medidas contra a Alemanha.

1941

24 de junho – Uma complicação: fora concedida permissão para um certo número de aviões americanos, por solicitação do Embaixador daquele país, **sobrevoar** o nosso território, em viagens para África. Esses aviões foram detidos em Belém, por ordem do Ministro da Guerra, como **ingleses**. Estão se fazendo démarches para apurar a verdade.

1941

25 de junho – No Guanabara, à noite, recebi os ministros da Aeronáutica e do Exterior, que me informaram ter sido satisfatoriamente resolvida a passagem dos aviões, que eram americanos. (Claro! Deixavam os Estados Unidos adornados com a sigla "USAF". Horas depois de chegarem ao destino, mudavam a sigla de identificação para "RAF"! – Nota do autor desta obras.)

1941

12 de julho – À noite, recebi o Oswaldo, que veio tratar do programa da minha viagem a Mato Grosso, Paraguai, Bolívia. Recebi depois o Embaixador americano, que me entregou uma curiosa mensagem do Presidente Roosevelt, que era no fundo um **convite de colaboração para a guerra com a Alemanha**. Prometi estudar o documento para depois responder. **Nota de Rodapé:** Roosevelt consultava Vargas sobre a possibilidade de cooperação militar brasileira na ocupação das bases existentes na Guiana Holandesa e na defesa de Portugal, no caso de ameaça alemã aos arquipélagos de Cabo Verde e Açores. (Grifo do autor desta obra.)

1941

16 de julho – Aproveitei uma exposição do Ministro da Guerra propondo a criação de uma comissão de oficiais brasileiros, presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, para cooperar

com a Comissão Militar Americana no estudo dos problemas referentes à cooperação militar entre os dois países para a defesa do continente americano. Nota de Rodapé: Em 24 de julho, seria assinado o acordo regulando as atividades da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Oficiais de Estado-Maior para elaborar os planos de defesa do Norte e do Nordeste do País. O Decreto-Lei nº 3.462, de 25 de julho, dando concessão à Panair do Brasil para construir, ampliar e aparelhar os aeroportos de Salvador ao Amapá,apoiaria a decisão de consolidar uma rota aérea que permitisse alcançar à África. Este foi o expediente encontrado pelo Brasil e pelos Estados Unidos para instalação de bases militares, **sem comprometer a posição de não-beligerância assumida pelos dois países**. (Grifo do autor desta obra.)

No que concerne ao Brasil, como se depreende das posições, medidas e comportamento mantidos até aqui, pode-se afirmar que o estado de neutralidade, ou de não-beligerância, era rigorosamente observado. Getúlio Vargas, através do DIP, procurava, inclusive, evitar manifestações da imprensa a favor de qualquer um dos lados envolvidos no conflito europeu. No extremo Meridional do Brasil, onde as colônias alemãs eram numerosas, certamente que o fator étnico gerou movimentos em prol do nazismo e da causa germânica. O Governo brasileiro coibiu esses movimento. Líderes foram presos e ativistas deportados com base no Estatuto dos Estrangeiros.

Mas, com respeito aos Estados Unidos, a neutralidade era uma balela, expressão do mais refinado cinismo, mantida apenas no aspecto formal até a promulgação do "Lend and Lease Act", ocasião em que todas as possíveis dúvidas existentes sobre a futura participação dos Estados Unidos no conflito europeu foram desfeitas.

A intenção do Governo americano de levar o Brasil à guerra não se traduziu apenas na promoção de encontros de estados-maiores:

1941

14 de agosto – O Ministro da Guerra falou-me sobre a cooperação americana e os planos que alimentavam de ocupação de nosso território, revelados numa carta do general Lehman Miller ao Governo e apanhada na censura pelo chefe de Polícia, que lhe mostrara. **Nota de Rodapé**: No relatório de 8 de agosto, endereçado ao Departamento de Guerra, Lehman Miller mencionava o plano norte-americano de ocupação do Nordeste, sob o pretexto de participação nas manobras brasileiras. Sugeria que

se retardasse o pedido de permissão para o envio de tropas até que se tornasse absolutamente inadiável, realizando-se, nesse interregno, os preparativos à sua instalação. Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro deveria ser pressionado a adotar medidas de natureza psicológica visando à aceitação da presença norte-americana no Brasil.

Este registro de Getúlio vem reafirmar que muito antes do ataque japonês a Pearl Harbour, o Pentágono já tinha decidido participar do conflito europeu, e montado sua estratégia de desembarque de tropas no Norte da África. Em agosto de 1941 os exércitos alemães estavam a meio caminho de Moscou, e várias centenas de milhares de soldados soviéticos tinham caído prisioneiros. Os generais von Bock, Rundstedt e Leeb avançavam paulatinamente, cumprindo os objetivos fixados para o verão e outono de 1941. Com a Inglaterra paralisada e com a União Soviética, ao que tudo indicava, às portas de uma derrota, Roosevelt e seu staff chegaram à conclusão de que não poderiam postergar por mais tempo a entrada oficial dos Estados Unidos na guerra.

Havia, porém, um forte entrave às pretensões de Roosevelt e de seus assessores: os americanos, em sua maioria absoluta, não se mostravam dispostos a tirar castanhas do fogo em favor da "mãe" Inglaterra e, muito mais ainda, dos bolchevistas. Por mais que fosse provocado, através de embargos, bloqueios, artigos da imprensa, intervenções junto aos neutros e toda uma sorte de atos incompatíveis com o estado de neutralidade, por parte dos Estados Unidos, Hitler não tomava qualquer atitude de represália. Em outras palavras, não dava motivos para que o povo americano lhe devotasse repulsa.

O grande dilema do Governo americano era encontrar um motivo forte para justificar uma declaração de guerra. Neste particular, a "rede de intrigas" apelou para a estratégia de chegar ao alvo principal por caminhos transversos.

O Gallup, em 3 de junho de 1941, para desgosto dos belicistas americanos, comprovara mais uma vez que 83% da população estadunidense eram contra a entrada do país na guerra. O senador Barkley – da ala favorável à neutralidade – afirmara que se a Alemanha tivesse de atacar os Estados Unidos, as entregas de armas feitas por aquele país à Inglaterra teriam fornecido um bom motivo para isso. A ala favorável à guerra acusou Charles Lindbergh de ser "o Quisling dos Estados Unidos", esquecendo que apenas 17% da população do país pensavam diferente dele.

Mais tarde, quando as tropas alemãs invadiram a União Soviética, mais se acentuou o repúdio dos americanos à participação no conflito europeu. Roosevelt dissera: "Um tratado de paz com a Alemanha

dará o controle dos países ocupados a Hitler e corresponderia ao reconhecimento do nazismo e à probabilidade de uma nova guerra. Queremos garantir a liberdade, inclusive a liberdade religiosa, para todas as nações e para cada indivíduo."

Ora, como defender a liberdade religiosa – perguntavam os americanos – aliando-se justamente com aqueles que mais a negavam? Embora a imprensa americana, cada vez mais comprometida com o Governo soviético, procurasse mascarar a realidade, todos tomavam conhecimento das atrocidades cometidas pelos bandos de Stálin. À média em que as tropas alemãs avançavam, vinham fotografias, documentários, relatos das barbáries cometidas contra os ministros e fiéis dos cultos e práticas que constituiam o "ópio do povo".

Não tendo conseguido provocar Hitler o suficiente para que este chegasse a uma declaração de guerra, Roosevelt começou a agir contra outro integrante do Eixo – o Japão. Este mantinha sério litígio com a União Soviética na região da Manchúria, e considerava a possibilidade de recomeçar as hostilidades após o período de trégua que se prolongava desde 1905. Se o Japão tivesse atacado a União Soviética nos últimos meses de 1941, certamente que o destino da guerra poderia ter mudado de rumo. Foram as tropas soviéticas, imobilizadas na região da Manchúria, removidas para Moscou, em dezembro de 1941, em razão da decisão japonesa de mover guerra contra os Estados Unidos, e não contra a União Soviética, que impediram os alemães de tomar a capital russa antes do inverno de 1941/ 1942.

Para atrair os japoneses contra os Estados Unidos, Roosevelt acentuou as provocações diplomáticas contra aquele país, urdindo tramas e ardis até que os nipônicos não tiveram outra alternativa senão atacar Pearl Harbour.

Antes de cumprir os desígnios daqueles que moviam a guerra contra a Alemanha, o astuto Presidente americano precisou garantir a sua reeleição. Para isso, não podia contrariar a esmagadora maioria de seus eleitores, que era favorável a não-intervenção. Discursando em Filadélfia, em 1940, em plena campanha pró-eleição, afirmava:

> "Eu digo e repito a vocês, pais e mães... digo e repito... os seus filhos não serão mandados para morrer em terra estranha, **a não ser que sejamos atacados**".

Era exatamente o que afirmava Getúlio Vargas, mas com a diferença de que o Presidente brasileiro tinha a sinceridade como aval do que dizia, e seu colega americano, ao contrário, mentia deslavadamente.

O contra-Almirante Robert A. Theobald, ex-comandante da frota de torpedeiros americanos estacionada em Pearl Harbour, no final da

guerra desmascarou Roosevelt através do livro "**O Verdadeiro Segredo de Pearl Harbour**", revelando em detalhes como o Presidente e seus assessores prepararam e provocaram o ataque que lhes daria sustentação popular para a declaração de guerra contra os países do Eixo. Em 26 de novembro de 1941, Roosevelt encaminhou uma nota tão insultosa ao Governo japonês, não deixando-lhe outra alternativa senão atacar a frota americana estacionda em Pearl Harbour. Tratou-se de uma medida de auto-defesa, porque a nota americana deixava transparecer, claramente, nas entrelinhas, que os Estados Unidos estava às vésperas de uma declaração de guerra. Diz o autor de **"O Verdadeiro Segredo de Pearl Harbour** (p. 35):

> "O Presidente Roosevelt, propositada e irrevogavelmente, desencadeou a guerra para os Estados Unidos. A tentativa japonesa de atender às exigências e evitar a pressão para entrar na guerra fracassou. A partir de 26 de novembro de 1941, não havia dúvida: o Japão teria de entregar-se ou lutar. Para os governantes do Império do Sol Nascente, não havia possibilidade de escolha de outra alternativa senão a guerra."

Com referência a omissão deliberada do Governo americano acerca do ataque japonês a Pearl Harbour, além do importante depoimento do Contra-Almirante Robert A. Theobald, muitos outros têm surgido no pós-guerra, comprovando que Roosevelt e sua assessoria "fabricaram" um motivo para justificar a entrada dos Estados Unidos no conflito.

Paul Johnson, em obra recentemente publicada pela Biblioteca do Exército (Bibliex) – "**Tempos Modernos – O Mundo dos Anos 20 aos 80**" (p. 329), afirma:

> "O Embaixador Graw relata a 27 de janeiro de 1941 (portanto, mais de dez meses antes do ataque japonês): **Há um falatório geral pela cidade, segundo o qual os japoneses, caso rompam com os Estudos Unidos, estão planejando arrasar de surpresa Pearl Harbour. No círculo de Governo, ninguém prestou atenção.**" (Grifo do autor desta obra.)

Historiando o episódio Pearl Harbour, afirma Paul Johnson (Op. cit. p. 330):

> "Embora os resultados do bombardeio japonês parecessem espetaculares na época (porque superestimados pela imprensa e pelo Governo americanos), **foram insignificantes**. Cerca de 18

navios de guerra foram afundados ou seriamente danificados. Mas a maior parte em águas não profundas. Eles foram içados, reparados e quase todos voltaram à ativa a tempo de participar de operações maiores; as perdas de homens treinados foram comparativamente pequenas. Por uma questão de sorte (sorte ou providência de quem sabia o que estava para acontecer?), os porta-aviões estavam em mar aberto na hora do ataque, e o comandante da força japonesa, almirante Nagumo, tinha pouco combustível para procurá-los; assim eles escaparam. Os bombardeiros japoneses não conseguiram destruir nem os tanques de armazenamento de petróleo naval, nem as bases do submarinos; portanto tanto os submarinos como os porta-aviões – que agora eram as armas-chave na guerra naval – puderam se reabastecer e operar imediatamente."

Mas para efeitos de propaganda, o bombardeio da base americana do Havaí foi "um maná caído dos céus". Diz Paul Johnson (Op. cit. p. 390): "**A América despertou imediatamente unida, furiosa e determinada a declarar guerra total, com toda a força de nação ultrajada.**" (Grifo do autor desta obra.)

Convém lembrar que o Havaí, descoberto pelo navegador britânico James Cook, em 1778, tornou-se possessão dos Estados Unidos, em 1898, e território em 1900. Somente a **21 de agosto de 1959** passou a constituir o 50º Estado norte-americano. À luz do direito internacional, quando do ataque nipônico, em 7 de dezembro de 1941, o arquipélago polinésio não podia ser considerado "território americano".

Durante o período que antecedeu o ataque do almirante Nagumo a Pearl Harbour, Roosevelt e sua assessoria continuavam a ludibriar tanto em âmbito interno quanto externo. Getúlio Vargas registra:

1941

20 de agosto – À noite, procura-me o Oswaldo, narrando sua palestra com o Embaixador americano, a quem dera conhecimento do nosso ponto de vista contrário à ocupação do nosso território. **Este negara que seu Governo tivesse tais propósitos, e atribuía essa suposição à má interpretação dos negociadores militares**. (Grifo do autor desta obra.)

Nessa época, preocupados em suprir a Inglaterra e o novo aliado – a União Soviética, os Estados Unidos não honravam os compromissos assumidos com o Brasil:

1941

23 de agosto – Ao anoitecer, recebo o Ministro da Fazenda, o general Góis e o Oswaldo. Este, muito exaltado pela proibição da venda de gasolina feita pelos americanos. **Atribui isto ao germanofilismo do Ministro da Guerra e do Chefe do Estado-Maior do Exército**. (Grifo do autor desta obra. – O "germanofilismo" de Dutra e Góis consistia na negativa de ocupação do Nordeste por tropas americanas.)

1941

22 de setembro – Regresso ao Guanabara. Aí recebo o Ministro da Fazenda e depois o general Góis. Este dá-me conta da marcha dos trabalhos da Comissão Mista de Oficiais Americanos e Brasileiros por ele presidida. **A questão está chegando ao seu ponto álgido: os americanos querem construir bases navais e aéreas em nosso território e ocupá-las com tropas suas**. (Grifo do autor desta obra. – Convém lembrar que, conforme registro de Getúlio em 20 de agosto de 1941, portanto um mês antes, o Embaixador Jefferson Caffery negara a intenção do Governo americano em ocupar território brasileiro!)

1941

15 de outubro – Recebo o Ministro da Aeronáutica e o Embaixador americano. Este veio trazer-me um telegrama de seu Governo, dizendo que vai dirigir-se ao Brasil, juntamente com a rainha Guilhermina, pedindo colaboração deste na defesa da Guiana Holandesa. (Quem estava ameaçando a colônia da rainha Guilhermina que, coincidentemente, fazia fronteira com o Brasil?)

1941

17 de outubro – Acentua-se a vitória alemã sobre a Rússia. Isto se reflete na situação interna: liberais e comunistas, que andavam arrogantes e espalhando boatos, se retraem; integralistas, animados com o manifesto de Plínio Salgado aconselhando apoio ao Governo, procuram organizar-se.

1941

27 de outubro – Regresso ao Guanabara. Às 19 horas, recebo o Ministro da Guerra, que havia pedido para falar-me. Contou-me a palestra que tivera com o general Miller, recém-chegado dos Estados Unidos, onde fora chamado. **Disse-lhe que os nossos armamentos não podiam vir tão cedo, que não confiavam no nosso Exército, tido como germanófilo, e que precisavam desembarcar tropas no Nordeste para defender-nos de um ataque alemão. Isso dá ao caso um aspecto grave, porque não é uma colaboração, é uma violência**. (Grifo do autor desta obra.)

1941

29 de outubro – Regresso ao Guanabara. Às 19 horas recebo o Ministro da Guerra e o general Góis, que dão conhecimento das novas palestras com o general Miller, **suas insistências nos propósitos de desembarque no Nordeste e de retirar-se, dando por findo sua missão, se não for atendido**. (Grifo do autor desta obra.)

Getúlio Vargas demonstra ser um estadista que confia na palavra das pessoas, que não crê em falsidade e mistificações, pois registra a seguir:

1941

29 de outubro – (...) Embora todos concordem na oposição a essas medidas, **manifesto-lhes minhas dúvidas de que esses propósitos sejam também os do Governo americano, porque este nunca se manifestou a mim nem me fez qualquer solicitação nesse sentido**, e que no dia seguintes ia receber o Embaixador Caffery. (Grifo do autor desta obra.)

1941

30 de outubro – Audiências, entre estas o Embaixador americano, que me pondera sobre vários assuntos de interesse comum a serem resolvidos e, **interpelado por mim, nega o propósito de seu Governo de desembarque de tropas em nosso território**. (Grifo do autor desta obra.)

1941

6 de novembro – Recebo o pedido de demissão do Ministro da Guerra, com o propósito de não criar dificuldades, por acusação

de germanófilo. Recusei, dizendo-lhe que confiava nele e que não admitia que elementos estranhos interviessem na formação do Governo.

1941

13 de novembro – Logo após o almoço, recebi, ainda no Guanabara, enviado pelo Embaixador americano, o Sr. Xanthaky, adido à embaixada britânica, que me trouxe vários recados e notas escritas – um documento secreto do diretor da LATI, na Itália, ao seu representante aqui, acusando recebimento de informações e concitando-o a entender-se com os **verdes** (integralistas) para promover minha deposição do Governo por um golpe de violência, e duas outras exposições sobre atividades subversivas da Condor e da LATI –, e propondo os meios de acabar com as linhas de transportes aéreos controladas pelo Eixo. **Nota de Rodapé**: O documento, **forjado** pelo Serviço Secreto inglês, visava ao cancelamento, pelo Governo brasileiro, da licença para o exercício das atividades da companhia italiana LATI, responsável pela ligação entre o Brasil e algumas nações européias. O plano tinha por objetivo eliminar uma das últimas brechas ao bloqueio econômico e das comunicações entre o Ocidente e a Europa). Prometi-lhe examinar o assunto e dar solução.

A respeito deste episódio, John W. F. Dullen, autor de "**Getúlio Vargas – Biografia Política**" (p. 234), esclarece:

"Quando o Governo americano sugeriu que fosse negado combustível para as operações da LATI, o Ministro da Aeronática insistiu em que esta providência só fosse tomada depois que a "Pan American Airways" inaugurasse um serviço regular para Lisboa e para a África portuguesa. Entrementes, o serviço de inteligência britânico **forjava** uma carta, com a assinatura **falsificada** do Presidente da LATI, em Roma. A falsificação foi tão cuidadosa e a "descoberta" da carta tão bem montada que a embaixada americana a considerou autêntica, enviando-a a Vargas. O documento, datado de 30 de outubro de 1941, entre outras coisas, dizia: 'Não pode haver dúvida de que o gordinho está no bolso dos americanos, e que só a ação violenta por parte dos nossos amigos verdes pode salvar o país. Os brasileiros podem ser uma nação de macacos, mas são macacos que dançam para quem sabe manejar os cordões...' (...)"

1941

17 de novembro – Regressando ao Guanabara, recebi o chefe de Polícia a quem entreguei a denúncia sobre a LATI.

1941

7 de dezembro – Tive a comunicação de que o Japão declarara guerra aos Estados Unidos, atacando as bases deste nas Filipinas e no Havaí. **Nota de Rodapé**: O ataque da aviação naval japonesa às bases de Pearl Harbour, no Havaí, e de Cavite e Corregidor, nas Filipinas, determinaria a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

1941

9 de dezembro – A nota publicada na imprensa causou boa impressão pública. Definiu a atitude de solidariedade para com os Estados Unidos, que era desejo da maioria, e **afastou o perigo de entrada na guerra**. (Grifo do autor desta obra.)

Nessa época, crescia vertiginosamente o interesse dos Estados Unidos pelo Brasil. Os americanos – conforme John W. F. Dulles (Op. cit. p. 231) – tendiam a achar que "o ditador brasileiro gozava de grande respeito e perguntavam: 'Que pensa, e que pretenderá ele?' Um jornalista, através de relatório enviado de Buenos Aires, em 25 de novembro de 1941, ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, garantia que 'Vargas era quase idolatrado pela esmagadora maioria dos brasileiros'."

Para estreitar a "campanha de boa vizinhança" entre o Brasil e os Estados Unidos, o Governo americano usou de inúmeros artifícios. Walt Disney e Orson Welles, os "gênios do cinema da época", foram despachados para o Brasil com a finalidade de visitarem o Presidente e produzirem filmes propagandísticos (Orson Welles recebeu a missão de vir ao Brasil de **David Rockfeller**, acionista majoritário da RKO. Ele aqui produziu o documentário "Nem tudo é Verdade", que vem sendo seguidamente exibido pela NET. Walt Disney criou o "Zé Carioca".)

Harold Callender, em artigo publicado em "The New York Times" (1º de agosto de 1941), afirmava que "por temperamento, Getúlio preferia não se definir, e aparentemente nada o perturbava; fazia, assim, contraste com Oswaldo Aranha, alto, inquieto, nervoso, loquaz e imaginoso, que gostava de discutir e tinha queda para as abstrações difíceis."

1941

21 de dezembro – À noite recebi o Oswaldo. Disse-me que o Governo americano não nos daria auxílio, porque não confiava em elementos do meu Governo, que eu deveria substituí-los. Respondi-lhe que não tinha motivos para desconfiar de meus auxiliares, que o tratamento e facilidades que estávamos dando aos americanos não autorizavam essas desconfianças, e que **eu não substituiria esses auxiliares por imposições estranhas.** Retrucou-me que justificava meu modo de pensar, mas a verdade é que eles não confiavam. (Grifo do autor desta obra.)

Getúlio Vargas pôs fim ao diálogo acima referido, com um recado bem claro, transmitido em alto e bom tom ao costumeiro leva-e-traz: "**Pois então que nos deixem em paz!**"

1941

24 de dezembro – À noite, no Guanabara, recebi os Ministros do Exterior e Fazenda, com quem tratei das providências para o tráfego dos navios adquiridos da Alemanha.

1941

29 de dezembro – Às 19 horas, recebo o Embaixador inglês, que me procurou para fazer declarações de boa amizade do Governo de seu país.

1941

30 de dezembro – Despachos com a Agricultura e o Exterior. Oswaldo apresenta-me o projeto americano da Conferência, onde consta a proposta de rompimento de relações de todas as nações americanas com as potência do Eixo. **Nota de Rodapé**: A III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas para debater a nova situação criada pelo ataque japonês aos Estados Unidos e buscar uma base de acordo sobre as medidas de cooperação militar necessárias à segurança continental, realizar-se-ia no Rio de Janeiro, entre 15 e 28 de janeiro de 1942.

1941

31 de dezembro – Nesta aparente alegria, encerrou-se 1941, cheio de apreensões. Penso muito menos em mim do que no Brasil.

1942

3 de janeiro – À tarde compareci ao Catete, instalando, no Conselho de Segurança Nacional, sob a minha presidência, a primeira reunião dos chefes de Estado-Maior do Exército, Marinha e Aeronáutica. Tratamos de várias medidas necessárias à defesa do País e estabelecemos o método de trabalho.

1942

6 de janeiro – Despacho com a Agricultura e o Exterior. Com este, recebi também o Embaixador Rodrigues Alves, que veio para secretariar a Conferência. **Nota de Rodapé**: Promoviamse os preparativos para a instalação da III Conferência de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas. Citada por Vargas em seu **Diário** apenas como Conferência, ou Conferência Pan-Americana, Conferência dos Países Americanos, Conferência Interamericana e Reunião dos Chanceleres.

1942

9 de janeiro – Recebo o Oswaldo. Pediu-me para ver o discurso que devo pronunciar na Conferência, para ele moldar o seu.

1942

10 de janeiro – À tarde, houve reunião do Conselho de Segurança Nacional, presidida por mim, no Catete, onde se tratou da situação internacional, da atitude do Brasil, das necessidades de sua defesa, e da próxima reunião para a Conferência dos Países Americanos.

1942

12 de janeiro – Chegada de várias delegações americanas à Conferência. À tarde, recebo o Sr. Sumner Welles, chefe da delegação americana, que me traz uma carta do Presidente Roosevelt, reiterando o convite para ir aos Estados Unidos e tratando de outros assuntos. **Das minhas conversas, do que observo, fico apreensivo. Parece-me que os americanos querem nos arrastar à guerra, sem que isso seja de utilidade para nós, nem para eles.** (Grifo do autor desta obra.)

Para o Brasil certamente que a entrada na guerra era em tudo e por tudo inconveniente. Getúlio tinha consciência de quanto a neutralidade estava sendo benéfica à economia brasileira. Conveniência havia apenas para os Estados Unidos. Como já foi visto, sua estratégia contava com a utilização de aeroportos brasileiros. Sem o emprego destes, seria impossível o translado e abastecimento de tropas do outro lado do Atlântico. A delegação americana à Conferência do Rio de Janeiro trazia uma missão principal: pouco importava o rompimento de relações com o Eixo dos outros países americanos. Se isto fosse conseguido, os Estados Unidos teriam obtido uma vitória política. Importava, isto sim, arrastar o Brasil para a guerra, e obter o consentimento de seu Governo para a ocupação do Nordeste e a utilização de seus aeroportos estratégicos, circunstância que, muito mais do que significado político, traria resultados práticos imediatos.

Desde meados de 1940, quando da queda da França e da retirada de Dunquerque, o Pentágono começara a montar a operação "Torch" (desembarque americano no Norte da África), e o plano logístico desta operação baseava-se na utilização dos aeroportos brasileiros. Entendiam os estrategistas americanos que seria menos oneroso (em material e em vidas) ocupar o Nordeste brasileiro à força das armas, do que buscar outra alternativa logística para "Torch". Daí o planejamento de janeiro de 1941 (já mostrado em páginas anteriores).

É de estranhar que Getúlio Vargas (vide registro de 12 de janeiro de 1942) continuasse a não entender o porquê dos americanos insistirem em levar o Brasil a um rompimento com os países do Eixo. A insistência dos Estados Unidos em "desembarcar tropas no Nordeste brasileiro, para defendê-lo de uma **invasão alemã**", era constante, conforme o próprio ex-Presidente registra em seu **Diário**. Por que, sendo um estadista de larga visão como era, não atinou para o que se escondia por trás do intento de Roosevelt e de sua camarilha?

1942

13 de janeiro – Pela manhã, recebi o Oswaldo, com quem estive tratando sobre a Conferência e as conseqüências prováveis de nossa atitude. (Parece que as pressões americanas, lideradas pelo Oswaldo começavam a surtir efeito. É o que se deduz do registro de Getúlio, a seguir.) O chefe de Polícia avisou-me, por intermédio do Benjamim, que o general Góis ia pedir exoneração do cargo de Chefe do Estado-Maior, e que, também o acompanharia. Pouco depois, o Ministro da Guerra mandava mostrar-me uma carta que recebera do general Góis manifestando esse propósito. Disse ao Benjamim (irmão do Presidente)

que fosse ao Ministro da Guerra devolver-lhe a carta. Voltou depois dizendo que o mesmo iria falar ao general Góis e, no próximo despacho, me informaria do resultado.

1942

14 de janeiro – Regresso ao Guanabara, onde recebo o Ministro do Exterior da Argentina, Guiñazú, que fez um apelo para evitar o rompimento de relações com os países do Eixo, pleiteado pelos Estados Unidos. Respondi-lhe que o Brasil é o dono da casa, terá uma atitude conciliadora, não podendo colocar-se nessa atitude extremada de opositor, e remeto-o para o Sr. Sumner Welles.

1942

15 de janeiro – Dia da instalação da Conferência, não dei audiências. Apenas despachei com os Ministros da Marinha e da Guerra, e com o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda. Às 15 horas, recebi os cumprimentos de todos os delegados das nações americanas. Regressei ao Guanabara, e de lá segui para o Palácio Tiradentes, onde se realizou a solene instalação da Conferência – discursos, manifestações populares, etc. **O Ministro da Guerra, prevenido de que talvez passasse o rompimento de relações com os países do Eixo que os Estados Unidos pleiteavam, pediu sua demissão, dizendo que pretendia acompanhar o general Góis; que pedira também por outros motivos; que pretendiam nos arrastar à guerra, e que o Exército era contrário à guerra.** **Nota de Rodapé**: A posição do alto comando do Exército fundamentava-se em duas justificativas: as Forças Armadas não se encontravam devidamente aparelhadas para assegurar a defesa do território brasileiro, na eventualidade de conseqüências decorrentes do rompimento; e os Estados Unidos não haviam efetivado o envio de material bélico a que se comprometeram nas negociações sobre a cooperação militar entre os dois países. (Grifo do autor desta obra.)

1942

16 de janeiro – Audiência com o Ministro Rossetti, do Chile. Manifesta-se muito alarmado com o **rompimento das relações**

com os países do Eixo, cujas conseqüências serão a guerra. Ao escurecer, recebo o Oswaldo, com quem converso sobre essas coisas. Penso sobre a marcha dos acontecimentos. **A maioria dos países americanos que adotarem essas soluções de declarar guerra ou romper relações não o terão feito espontaneamente. Foram coagidos pela pressão americana.** (Grifo do autor desta obra.)

1942

17 de janeiro – Quando assistíamos ao salto de obstáculos na pista de exposição (Exposição de Flores e Frutas de Petrópolis), o Sr. Sumner pediu-me para marcar-lhe uma hora, pois precisava muito conversar comigo. Designei-lhe a próxima segunda-feira. A festa foi promovida pelo casal Amaral Peixoto, ou antes, pela interventoria fluminense, e não foram convidados todos os congressistas presentes na Conferência, mas apenas os que eram de suas relações. **Nota de Rodapé**: Contrariando a orientação do Itamarati de que fossem convidados apenas os representantes à Conferência, Ernani do Amaral Floriano – genro de Getúlio, insistira na presença do Embaixador da Inglaterra, excluindo a delegação argentina.

1942

18 de janeiro – Regressando do Guanabara, recebi o Ministro argentino Guiñazú, que propôs uma fórmula conciliatória para apoiar os Estados Unidos. **Oswaldo, que estava presente, combateu muito essa fórmula. Eu reputei-a digna de exame e disse-lhe que deveria procurar o Sr. Sumner Welles**. (Grifo do autor desta obra.)

1942

19 de janeiro – Recebi o Sr. Sumner Welles, com quem tive franco e longo entendimento sobre a Conferência e a atitude do Brasil. Em resumo, disse-lhe que a força das circunstâncias (o fato de o Brasil sediar o encontro) colocara o País numa posição de árbitro. Eu não queria me valer das circunstâncias para pedir vantagens, mas para pesar bem as minhas responsabilidades e não arriscar meu País sem garantias de segurança. E a principal destas era a entrega de material bélico, que até agora o Governo americano protelara. Deu-me as mais completas garantias, falou-me num telegrama que passara ao Presi-

dente Roosevelt, cuja resposta aguardava. Entreguei-lhe, conforme pedira, a lista completa de nossos pedidos. Conversamos sobre a atitude da Argentina e a necessidade de atraí-la. **Disse-me que se a Argentina não viesse, cortar-lhe-iam todos os recursos, e que seu próprio Governo não se manteria. Narrou-me os adiantamentos em dinheiro feitos pelo Japão a certos homens políticos do Chile, inclusive o próprio Ministro do Exterior – Rossetti. Disse-me que este assunto era de natureza capital para os Estados Unidos, e que ele jogava nisso sua própria posição. Respondi-lhe que ele poderia contar com o Brasil, mas que, nessa decisão, eu jogava a minha vida, porque não sobreviveria a um desastre para a minha Pátria**. (...) Durante a festa (recepção realizada no Palácio Guanabara às delegações integrantes da III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas), ainda aproximou-se de mim o Sr. Sumner Welles, que me perguntou se deveria falar com o Ministro argentino hoje, ou deveria deixar para amanhã. Disse-lhe que falasse hoje mesmo. Ele agradeceu e retirou-se. Chegou-se, depois, o Ministro argentino. Apesar de estarmos em meio à festa, este procurou tratar do assunto. Conversamos um pouco. Afinal, eu lhe disse que a amizade argentino-brasileira era, para mim, parte integrante de um programa de governo. Que eu fora criado na fronteira argentina. Acostumara-me ao conhecimento do seu povo e observara que a tendência natural dos dois povos, argentino e brasileiro, era de conhecer-se e estimar-se. Quando havia desconfianças ou suscetibilidades, a culpa não era dos povos, e sim dos governos. Ele agradeceu e retirou-se. Foi conferenciar com Sumner Welles. (Grifo do autor desta obra.)

1942

20 de janeiro – Regresso ao Guanabara e vou trabalhar no mirante. Aí recebo a comunicação de Welles, por intermédio do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), da resposta do Presidente Rosevelt sobre a remessa do material bélico. **Nota de Rodapé**: Na mensagem ao Governo brasileiro, **o Presidente norte-americano assegurava o envio imediato das remessas de equipamento militar, justificando o atraso pela falta de alguns dos itens solicitados.** Durante o despacho do Oswaldo, este informou-me sobre o texto da proposta a apresentar na Conferência sobre a tese do rompimento de relações. Pareceu-me aceitável a fórmula. (Grifo do autor desta obra.)

1942

21 de janeiro – Recebi a comunicação do Oswaldo de que a fórmula (brasileira) fora examinada e aceita pelo Sunmer Welles e o Guiñazú.

1942

22 de janeiro – De regresso ao Guanabara, procurou-me o Oswaldo, dizendo que o Presidente da Argentina recusara a fórmula proposta por seu Ministro. Foi sugerida uma e transmitida. Foi adiada a votação da proposta de rompimento, enquanto se aguarda a resposta do Presidente da Argentina. **Nota de Rodapé**: O Presidente Ramón Castilhos desautorizou o Ministro Guiñazú a aprovar qualquer fórmula que contemplasse a resolução de rompimento com o Eixo. A Oposição da Argentina, aliada ao Chile, à proposta norte-americana, impediria a unanimidade pretendida pelos Estados unidos.

1942

25 de janeiro – O Ministro da Guerra envia-me um comentário à lista de material bélico americano que o Sr. Sunmer Welles comunicara mandar brevemente. Diz ele que esse material, estranho à nossa encomenda, de pouco adianta. Pela manhã, o Ministro da Guerra vem pessoalmente a palácio e deixa-me uma carta, remetendo outra ao general Góis, **dizendo ambos, a propósito da ruptura de relações com os países do Eixo, que os militares brasileiros não foram ouvidos sobre as conseqüências desse ato, e que o Brasil não estava preparado para a guerra**. Já à noite, recebo uma carta do **Oswaldo** falando sobre a **pressão americana para o rompimento imediato por parte do Brasil, e o apelo que o Presidente Roosevelt me faz, por intermédio de Sunmer Welles, com quem se comunicou. Termina o Oswaldo propondo-me encerrar a Conferência declarando rotas as relações do Brasil com os países do Eixo. Nada respondo. Não posso resolver precipitadamente. Além dos motivos já referidos, há a circunstância da posição da Argentina, que será provavelmente um foco de reação contra os norte-americanos e um centro de intrigas. Penso que vou passar a noite sob esta perspectiva pouco agradável.** (Grifo do autor desta obra.)

Esta última anotação de Getúlio Vargas comprova que até a ante-véspera do encerramento da III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, o Presidente não havia tomado uma decisão sobre o pretendido rompimento com os países do Eixo. De um lado, a oposição dos chefes militares e de alguns ministros, aliada a inexistência de motivos para seguir a imposição norte-americana, levava-o a continuar considerando a possibilidade de seguir o exemplo do Chile e da Argentina, cujos governos não arredavam pé da manutenção da neutralidade e, conseqüentemente, do não rompimento de relações com os países do Eixo. Por outro lado, o Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Jefferson Caffery, o plenipotenciário Sumner Welles e boa parte da imprensa comprometida com os Aliados, pressionavam o Presidente a dizer "amém" à proposta norte-americana.

Historiando os acontecimentos daquela época decisiva para os destinos das nações americanas, John W. F. Dulles (Op. cit. p. 235) diz que "a chancelaria norte-americana se preparou para a Conferência do Rio de Janeiro, procurando influir para que as repúblicas latino-americanas se decidissem a romper relações com os países do Eixo."

O Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Jefferson Caffery, através da mensagem nº 2.090, datada de 17 de dezembro de 1941, alertara o Governo americano sobre o que Getúlio lhe dissera: "Algumas vezes nossos amigos americanos querem que eu ande depressa demais; preciso, então, me defender; espero estar completamente livre para agir quando os Chanceleres chegarem ao Rio, no mês que vem."

Além do Brasil, que não queria curvar-se à "sugestão" norte-americana, a Argentina e o Chile também se mostravam rebeldes.

A nação andina, com um Governo provisório, e às vésperas de eleições presidenciais, preocupava-se com a vulnerabilidade de sua longa linha litorânea. Além disto, o Chile mantinha excelentes relações comerciais com a Alemanha (a exemplo do Brasil e da Argentina), considerando inoportuno, sob o ponto de vista econômico, o rompimento de relações pretendido pelos Estados Unidos.

O novo Presidente da Argentina, Ramón Castilho, tendia em favor do Eixo de forma mais clara do que o Brasil e o Chile. Embora os signatários argentinos da Ata de Havana (1940) tivessem admitido que "um ataque do Eixo a qualquer membro daquele acordo fosse um ato de agressão contra todos os demais", a Argentina alegava que o ataque a Pearl Harbour, ocorrido em pleno oceano Pacífico, em território que nada tinha a ver com os Estados Unidos, não constituía um ataque às Américas. Era este, aliás, também o ponto de vista de chilenos e brasileiros.

O Departamento de Estado dos Estados Unidos – "Foreign Relations of the U.S.", 1942, V, p. 17, registra a seguinte opinião de um

almirante argentino: "É preciso não esquecer que um quinto de nossa população é originária dos países do Eixo, especialmente da Itália e da Alemanha."

Havia uma diferença fundamental entre o que se passava no Brasil em relação ao Chile e a Argentina: nestes dois últimos países, os ministros das Relações Exteriores estavam perfeitamente afinados com os seus presidentes; no Brasil, o Ministro das Relações Exteriores não representava os interesses do seu País, mas os de Washington!

Eis o que escreve John W. F. Dulles em sua obra por diversas vezes citada (**Getúlio Vargas – Biografia Política**, p. 235):

> **"No Brasil, Oswaldo Aranha pediu a Caffery para comunicar a Sunmer Welles que estaria inteiramente a seu lado na Conferência, em todos os assuntos..."**

Os militares brasileiros se opunham ao rompimento de relações, pretendido pelo Governo americano, não por serem germanófilos, como pretendia Oswaldo Aranha, mas por razões óbvias, Eurico Dutra e Pedro Américo de Góis Monteiro, às vésperas do rompimento, declararam por escrito ao Presidente Getúlio Vargas (John W. F. Dulles, Op. cit. p. 235):

> **"O rompimento de relações diplomáticas significa, imediata e inevitavelmente, o estado de beligerância. Consideramos nosso dever reiterar que as Forças Armadas brasileiras não estão suficientemente preparadas e equipadas para defender o País."**

Armado com esta opinião conjunta do Ministério da Guerra e da Chefia do Estado-Maior do Exército, Eurico Dutra preparou um memorando recomendando que o Brasil adiasse o rompimento com os países do Eixo, pelo menos "até que logremos recursos e eficiência que nos possibilitem uma leal cooperação com os Estados Unidos." (José Caó . **Dutra**, p. 127)

O Ministério da Guerra preveniu ao Presidente:

> **"A falta de equipamento moderno de artilharia costeira e antiaérea, nossa Marinha de Guerra insuficiente e desaparelhada, colocarão nossa Marinha Mercante à mercê de ataques, que por certo hão de acontecer..."**

Certamente por levar em conta essas advertências de parte do Ministro da Guerra e do Chefe do Estado-Maior do Exército, Getúlio anotara, em 25 de janeiro de 1942, "**penso que vou passar a noite sob esta perspectiva pouco agradável**".

O Presidente tinha que dar a última palavra numa questão de suma importância para a vida do País, sem consultar a Nação, à revelia da opinião pública, deixando-se levar pelo que estava ao alcance de seus olhos. No Rio de Janeiro, a imprensa cumprira sua parte, cedendo às pressões dos grandes anunciantes da época – Shell, Atlantic, Esso, Light and Power, etc. e tal – canalizando a opinião pública em favor da causa Aliada. Algumas manifestações de rua levaram o Presidente a pensar que a maioria dos brasileiros externava opinião idêntica a dos cariocas. Mas nem aos cariocas se apresentou o problema crucial decorrente do rompimento de relações pretendido pelos Estados Unidos: os brasileiros estavam concordes em expor a Marinha Mercante brasileira aos riscos advindos da medida? Riscos muito bem detectados por Dutra e Góis?

Certamente que os brasileiros, em sua grande maioria, não levaram em conta essa circunstância. E quando o **absolutamente previsível ocorreu**, tal como sucedera nos Estados Unidos, quedaram-se todos perplexos, surpresos, ante um novo ataque, para os desavisados ou mal-informados, tão "traiçoeiro" e "inesperado" quanto o bombardeio nipônico a Pearl Harbour.

A fórmula refeita pelo Itamarati, discutida com o chanceler argentino Guiñazú, entre os dias 22 e 23 de janeiro, satisfazia tanto o Governo de Ramón Castilho quanto ao Chile, porque "recomendava" o rompimento de relações diplomáticas, transferindo à decisão soberana de cada Governo as alternativas de declará-lo ou não.

De conformidade com John W. F. Dulles (Op. cit. p. 238), "quando o Secretário Hull tomou conhecimento do assunto em Washington, achou que tinha havido uma grave "rendição" à Argentina, e falou pelo telefone de forma muito ríspida, como nunca tinha falado antes a qualquer funcionário do Departamento." Temia-se que o Brasil, à ultima hora, "roesse a corda".

Sunmer Welles ouviu poucas e boas, tendo sido instruído por Cordell Hull (Secretário de Estado dos Estados Unidos) "a repudiar o acordo proposto pelo Brasil e Argentina, e não arredar pé da fórmula americana". (John. W. F. Dulles. Op. cit. p. 238)

As pressões começavam a surtir efeito. Antes do encerramento da Conferência, o Peru, o Uruguai, a Bolívia e o Paraguai anunciaram seus rompimentos com os países do Eixo, "a despeito da previsão pessimista de Cordell Hull, de que Sunmer Welles fora enganado com promessas". (Cf. Sunmer Welles. **Seven Decisions that Shaped Hystory**, p. 116/117)

Em 26 de janeiro, Getúlio Vargas não tinha chegado ainda a uma decisão:

1942

26 de janeiro – Recebi o Oswaldo com quem conversei longamente sobre a situação internacional e a necessidade de nos pronunciarmos sobre o rompimento de relações com os países do Eixo até a hora de encerramento da Conferência, amanhã. Resolvi convocar o Ministério para amanhã, às 14 horas. A sessão de encerramento da Conferência deverá começar às 17 horas. Há dúvidas sobre a atitude do Ministro da Guerra. Só não há dúvidas de que estamos atravessando um momento grave sobre a sorte do Brasil.

1942

27 de janeiro – Sabendo que o Ministro da Guerra pretendia exonerar-se, promovi, por intermédio do Amaral (Ernani do Amaral Peixoto – genro de Getúlio) uma reunião em casa deste, do general Góis e do Ministro da Guerra. Quando chegou o Oswaldo, fiz com que este comparecesse até lá, a fim de desfazer alguns ressentimentos que os outros tinham contra ele.

Às 15 hs e 30 min, instalou-se a reunião do Ministério. **Fiz uma exposição da situação criada pelos acontecimentos, do insistente apelo que o Governo americano fazia ao Brasil, das conveniências em atendê-lo, das desvantagens de qualquer procrastinação e das conseqüências que poderiam advir de uma atitude negativa. Dei a palavra depois a cada um dos Ministros, que justificaram seus votos pelo rompimento. Quando chegou a vez do Ministro da Guerra, este justificou sua atitude (contrária ao rompimento), alegando nossa falta de preparo militar para a guerra, a culpa dos americanos não nos atendendo, o receio de que tal atitude não se modificasse, a conveniência de um adiamento, mas terminando pela sua solidariedade para comigo.**
Depois das justificativas de outros Ministros, tomei novamente a palavra para apreciar o resultado dessa demonstração, louvar a franqueza e lealdade do Ministro da Guerra, **e terminar autorizando o Ministro do Exterior a declarar o rompimento na sessão de encerramento da Conferência e declarando que**

tomava sobre meus ombros a responsabilidades dessa atitude.
Ao encerrar estas linhas, devo confessar que me invade uma certa tristeza. Grande parte desses elementos que aplaudem essa atitude (o rompimento de relações com os países do Eixo), alguns que até me caluniam, são os adversários do regime que fundei, e chego a duvidar que possa consolidá-lo para passar tranqüilamente o Governo ao meu substituto. (Grifo do autor desta obra.)

É interessante ressaltar que nas eleições realizadas no final de 1945 (2 de dezembro), Getúlio Vargas apoiaria justamente a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, o único dentre os Ministros presentes à reunião da tarde de 27 de janeiro de 1942, que se opusera ao rompimento de relações com os países do Eixo. Ocorre que todas as justificativas apresentadas pelo então Ministro da Guerra, como fatores que desaconselhavam a atitude tomada pelo Governo brasileiro, confirmaram-se na prática.

1942

28 de janeiro – Ao anoitecer, ouvi pelo rádio o encerramento da Conferência. Nota de Rodapé: A III Reunião de Consul'ta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas aprovou apenas a "recomendação" de rompimento com os países do Eixo (fórmula proposta por Brasil e Argentina, que desobrigava os Governos), de modo a preservar a unidade continental. No mesmo dia, o Governo brasileiro oficializou o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão.) Os discursos – continua Getúlio – tiveram, no geral, o mesmo de retórica liberalóide, obsoleta e palavrosa. Mas os oradores foram muito aplaudidos.

Durante a sessão de encerramento da Conferência Interamericana, Oswaldo Aranha tecera rasgados elogios à democracia e informara que, algumas horas antes, o Presidente do Brasil tinha determinado o rompimento de relações diplomáticas e comerciais com as potências do Eixo.

Convém complementar o relato dos fatos que antecederam o rompimento de relações com os países do Eixo, acrescentando revelações recentes, tornadas possíveis pelo levantamento das restrições de acesso aos documentos sigilosos ou secretos do Pentágono e do Foreign Relations dos Estados Unidos. O conteúdo dessas revelações permitiu que o norte-americano Frank D. Mc CANN Jr., professor da

Universidade de Indiana, escrevesse e publicasse a obra "Brazilian-American Alliance", traduzida e publicada pela Biblioteca do Exército em 1995, mas que somente durante o decorrer de 1996 chegou às mãos do autor deste livro.

As revelações de Mc CANN Jr. são por vezes estarrecedoras, entristecedoras, provocadoras de vergonha, por ofenderem o brio nacional brasileiro. Mas são reais, tanto é assim que a obra de Mc CANN Jr. foi agraciada nos Estados Unidos com duas distinções: o Prêmio Bolton e o Prêmio Stuart L. Bernarth (concedido pela Sociedade de Historiadores de Relações Internacionais Americanas).

Não se trata, evidentemente, de uma obra pró-Alemanha. Muito pelo contrário! Daí a importância de seu conteúdo para a literatura revisionista da Segunda Guerra Mundial. Em 6 de fevereiro de 1939, SETE MESES antes de começar oficialmente a guerra, conforme o War Plans Direction WPD (4115-4, A7, WW, II, RS, NA), o Presidente Roosevelt realizava uma reunião secreta com a Comissão de Assuntos Militares, na qual expressou suas opiniões sobre o mundo. O secretário da referida reunião registrou:

> "A preocupação pela segurança continental foi, logo a seguir, enfatizada quando o General George C. Marshall solicitou ao Army War College para estudar secretamente os passos necessários para **salvaguardar** o Brasil." (O grifo é do autor desta obra.)

Salvaguardar de que ou de quem, se havia então paz no mundo?

Os militares brasileiros, como sempre, temiam a Argentina, seu rival no continente, mas o General Marshall não pretendia **salvaguardar** a fronteira meridional brasileira. Sua preocupação era em ocupar o saliente nordestino, preparando bases de conquista, e não de defesa, para a guerra que se urdia.

E os "historiadores" insistem em que a Segunda Guerra Mundial foi decidida na Conferência de Hossbach!

O "Special Study, Brazil", em 29 de março de 1939, registrava outro estudo do Army War College, o qual concluía que "as forças brasileiras não eram suficientemente fortes para **salvaguardar** o saliente do Nordeste e, principalmente a cidade de Natal, de grande importância estratégica para os Estados Unidos, e somente estes conseguiriam fornecer as necessárias forças de defesa".

Mc CANN Jr. (**A Aliança Brasil-Estados Unidos**, p. 144), reportando-se ao estudo acima referido, diz:

> "O planejamento militar americano, de 1939 a 1942, dava realce à natureza exposta do Saliente brasileiro e ao desejo do Exército de guarnecê-lo com tropas dos Estados Unidos. Os planos do Exército americano, a essa altura, especificavam objetivos particulares a curto prazo, a maioria dos quais visava o estacionamento de suas forças no Nordeste."

Os planos de invasão de território brasileiro não foram montados em 1941 como se chegou a pensar. Começaram muito antes. Em época anterior ao início "oficial" do conflito.

Para facilitar as coisas para o invasor, reduzindo-lhe o dispêndio em vidas e material, nada melhor do que as ações de espionagens. Em meados de 1939, o General George C. Marshall visitava o Brasil. A respeito dessa visita, escreve Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 11): "Marshall causou uma excelente impressão aos brasileiros e ele e seus assessores obtiveram dados muito importantes sobre a capacidade de defesa do Brasil, planos e atitudes."

A espionagem não se resumiu à visita de Marshall. Mais adiante, Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 121) relata:

> "Durante o verão de 1939, o Departamento de Guerra tinha conseguido que Fortalezas Voadoras americanas visitassem o Rio de Janeiro por ocasião do 50º aniversário da República. (...) O vôo deu aos Estados Unidos a oportunidade de realizar uma sondagem aérea de rotas até o Saliente brasileiro e examinar a área de Natal como possível localização de uma base importante."

Enquanto os americanos tramavam a **salvaguarda** do Brasil, este mantinha comércio ativo e estreitas relações com o **temido possível agressor**. A Alemanha oferecia uma oportunidade de expandir exportações e comprar produtos acabados sem o gasto de divisas. Representava um excelente canal de saída para o algodão, a madeira e as frutas, como a laranja, que não tinham mercado nos Estados Unidos. Em 1937, o Brasil se colocava como o 8º país dentre os que vendiam para o Reich. No ano seguinte, os alemães aumentavam suas compras elevando o Brasil para o 6º lugar. 41% do café exportado pelo Brasil durante o ano de 1938 foram adquiridos pela Alemanha. Outros itens, como o cacau, a borracha e a lã estavam sendo comprados pelo Reich em quantidades crescentes.

Ostensivamente, os americanos não objetavam as vendas brasileiras de alguns produtos para a Alemanha, embora estivessem preocupados com a competição do algodão brasileiro; o que lhes causava preocupação era que as vendas brasileiras obrigassem, automaticamente, compras de produtos alemães que competiam com produtos

americanos. (Como se sabe, o comércio entre a Alemanha e o Brasil era realizado na base de trocas.) A Alemanha, por seu lado, incentivava a expansão contínua das importações do Brasil.

No aspecto político, o Brasil era um declarado inimigo do comunismo, sem qualquer contato com a Rússia e, tal como a Alemanha, não era membro da Liga das Nações. Além disso, o Estado Novo tinha muitos pontos comuns com o nacional-socialismo.

Em entrevista ao "Berliner Bürsen-Zeitung" (Berlim, 23 de junho de 1939), o Ministro da Economia e Presidente do Reichbank, Walther Funk, afirmou que "as economias da Alemanha e do Brasil eram naturalmente complementares, porque o Brasil era extremamente rico em produtos primários, enquanto a Alemanha, embora altamente industrializada, era pobre em recursos naturais. Sustentou que ambos os países necessitavam-se reciprocamente, mas, embora as necessidades Alemanha fossem agudas, o Reich não desejava um monopólio comercial, mas somente uma justa concorrência para garantir uma fatia das exportações e importações do Brasil."

A entrevista de Walter Funk terminava assim:

> "Se os esforços contra o intercâmbio de produtos por via de compensação forem coroados de êxito, o Brasil perderá um mercado altamente receptivo e um suporte importante para a sua economia nacional. O mercado alemão, integrado por 90 milhões de pessoas, é vital para o futuro do Brasil. O intercâmbio comercial entre os dois países pode desenvolver-se, sem necessariamente prejudicar terceiros. (...) Enquanto isso, a política econômica brasileira buscará a manutenção de sua independência, sem se sujeitar a determinados países ou grupos de países. A Alemanha está disposta a fazer tudo que puder para cooperar com os brasileiros e assistir ao seu desenvolvimento, tal como estabeleceu em seu Plano Quiqüenal o Presidente Vargas."

Iniciada a guerra, devido as dificuldades de navegação no Atlântico, a Alemanha continuou adquirindo produtos brasileiros, depositando marcos de compensação no Banco do Brasil, mesmo que estes produtos continuassem estocados em território nacional no aguardo de transporte. Os saldos brasileiros cresceram acima de 97 milhões de marcos. O Governo alemão acreditava no rápido final da guerra, não porque esperasse vencer a Inglaterra, mas porque acreditava que se chegasse a um acordo de paz. Tratava-se de uma guerra que a Alemanha não declarara, de uma guerra que o Reich não queria.

Durante o primeiro semestre de 1939, Getúlio Vargas permitira que seu filho mais velho, Lutero, fosse estudar na Escola de Medicina da

Universidade de Berlim, o que os alemães consideraram um gesto de apreço. Com o irrompimento do conflito bélico com a Polônia, em 1º de setembro de 1939, e conseqüente declaração de guerra à Alemanha por parte da Inglaterra e da França, o filho do Presidente brasileiro não retornou à Pátria, continuando seus estudos na capital alemã.

Quando o Itamarati propôs uma nova troca de embaixadores (Ritter vinha sendo acusado de incentivar os movimentos nazistas ocorridos nos estados do Sul, por parte dos órgãos de imprensa germanófobos), o Governo de Hitler concordou, e, em junho de 1939, Kurt Max Prüfer foi nomeado Ministro plenipotenciário no Brasil. Themístocles de Graça Aranha, Embaixador do Brasil na Alemanha declarou aos jornais berlinenses, que acreditava "que as conexões partidárias de Prüfer e amizade deste com o Führer, ao invés de prejudiciais, certamente contribuiríam para facilitar as aproximações dos dois países." (Cf. DGFP-D, Graça ARANHA, Berlim, 1939)

Na época, importantes oficiais do Exército brasileiro, inclusive o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e o Chefe do Estado-Maior do Exército, Góis Monteiro, receberam medalhas alemãs.

Quando a Alemanha invadiu os Países Baixos e o Uruguai sugeriu que os países americanos protestassem, as autoridades brasileiras a isso se opuseram. Getúlio Vargas reiteradas vezes discursou reafirmando a neutralidade brasileira e a não ingerência em assuntos relativos ao continente europeu. Todavia, por terem se tratado de atos praticados em águas americanas, protestou junto à Inglaterra quanto aos incidentes do Graf Spee e do Wakama.

Leitão de CARVALHO **(Serviço do Brasil), p. 22) registra:**

> "Numa discussão mais acalorada, realizada no dia 11 de junho de 1940, diversos membros do gabinete do General Dutra sustentaram que a vitória da Alemanha só poderia trazer vantagens ao Brasil. O poderio inglês – argumentavam – havia durante séculos dominado o mundo, e a Alemanha era a libertadora de países como o Brasil, que viviam sem possibilidades de libertação de um regime colonial imposto à sua economia pelas grandes potências democráticas."

O Embaixador Freitas Valle (AHMRE, Berlim, 1940), faz uma observação interessante sobre as razões da desconfiança dos militares brasileiros para com a Inglaterra e os Estados Unidos:

---

*O Wakama era um navio mercante alemão interceptado por belonaves britânicas a 15 milhas da costa brasileira e afundado por sua tripulação em 12 de fevereiro de 1940.

"Afinal, não havia o Governo dos Estados Unidos negado ao Brasil alguns contra-torpedeiros devido à posição do Congresso e à pressão da Argentina? Em contrapartida, embora nominalmente neutros, haviam cedido à Inglaterra cinqüenta deles, sem qualquer consulta ao Congresso."

Nessa época, determinados setores da imprensa, apesar da censura, começavam a instigar os brasileiros contra as minorias alemãs do Sul do País, alegando a ocorrência de movimentos nazistas e atividade de "quinta coluna". O Presidente Vargas, convocou o Embaixador Prüfer e declarou (Cf. Mc CANN Jr. Op. cit. p. 158):

"Toda essa agitação é devida à propaganda estrangeira de mentiras, levada a efeito principalmente por **imigrantes judeus**, e isto não será tolerado." (Grifo do autor desta obra.)

Em agosto de 1939, através do Plano Rainbow I, o Departamento de Guerra Americano voltava a pôr os olhos no Saliente nordestino.

CONN & FAIRCHILD (**The Framework of Himispheric Defense**, p. 272/273) afirmaram que "o reconhecimento aéreo realizado pelo General Delos Emmons, na América do Sul, em novembro de 1939, enfatizava que a área de Natal era de importância fundamental e extrema na defesa do território continental dos Estados Unidos e do Canal do Panamá contra uma possível coalizão de nações européias. Durante o outono e o inverno de 1939/1940, planejadores do Exército e da Marinha elaboraram projetos detalhados do envio de uma força expedicionária ao Nordeste do Brasil".

Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 167) acrescenta informações a respeito:

"Por ordem de Roosevelt, durante o fim de semana (25 a 31 de maio de 1940), o Exército desenvolveu o plano Pot of Gold, de lançamento de uma força de 100.000 homens a vários pontos do litoral brasileiro, de Belém ao Rio de Janeiro."

CONN & FAIRCHILD (Op. cit. p. 175/176) e Cordell HULL (The Memoirs of Cordell Hull, Vol. I. p. 820/821) relatam que o Departamento de Estado concordou em enviar autoridades consulares a Natal e a instruir cônsules de outras áreas a obter informações para planejar o deslocamento de tropas norte-americanas para o Brasil.

Notem o que escreve Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 167):

"O plano de guerra traçado em meados de junho (Rainbow IV) projetava o Nordeste do Brasil como um teatro-de-operações no

caso de queda da Inglaterra. Alegava-se o risco de uma invasão alemã, mas, na verdade, o Serviço Secreto americano estava bem informado de que não havia plano algum neste sentido. Apesar disto, durante o verão de 1940, os chefes militares americanos agiam como se uma invasão do Hemisfério Ocidental fosse iminente."

Enquanto isso, os americanos pressionavam o Governo brasileiro para a "desgermanização" do transporte aéreo do País. Criou-se a ADP (Programa de Desenvolvimento de Aeroportos), com a finalidade de instalar uma cadeia de campos de pouso e bases, que se desenvolveram a partir dos Estados Unidos, como os braços de uma torquês, convergindo sobre Natal. Entrementes, a Pan-American começava a substituir a Lati, a Condor, a Varig, a Vasp e a Cruzeiro do Sul, que utilizavam aeronaves, pilotos e serviços de manutenção alemães.

Diz Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 181):

"A ADP foi a contribuição mais importante da Pan-American para a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Sob um contrato secreto com o Departamento de Estado, a Pan-American construiu a malha de bases aéreas que colocou Natal a oito horas por ar de Dacar, tornando aquele aeroporto brasileiro 'trampolim da vitória' que permitiu um permanente fluxo de homens, aeronaves e equipamentos para as frentes de batalha."

A Pan-American iniciou, imediatamente, a aumentar e melhorar as instalações de suas bases no Brasil sob as expensas do "Patrocinador" – que é como as autoridades norte-americanas se referiam ao Exército.

O documento SADATC (History, Part I, II, p. 71) esclarece que a sanção oficial brasileira para a construção e melhoria das bases aéreas existentes não foi uma mera formalidade: "Se os brasileiros não tivessem emitido o decreto, os Estados Unidos teriam sido compelidos a ocupar o Nordeste pela força das armas, para garantir a segurança e livre uso dos aeroportos."

Não eram todos os brasileiros que aceitavam passivamente a paulatina agressão que se fazia à soberania do País. Em várias cidades brasileiras, notadamente nas capitais do Nordeste, ocorreram manifestações de repúdio à quebra da neutralidade brasileira. Houve – como relata Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 190) – "discursos inflamados incitando a destruírem as instalações com dinamite e fogo, porque eram obras de brasileiros traidores, que se haviam vendido aos americanos." Em todas as guerras aparecem figuras deste jaez. Houve, na

História do Brasil, Calabar, Silvério dos Reis, Basílio de Brito, Inácio Correa Pamplona e, neste século, Cauby C. Araújo – o testa-de-ferro da Pan-American no Brasil.

Mas o outro lado da medalha também se fez presente. De um lado havia os "colaboradores"; de outro os "contestadores".

Segundo Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 191), "em fevereiro de 1942, um trabalhador brasileiro pôs açúcar nos tanques de gasolina de um B-17, que se espatifou logo depois de levantar vôo, matando todos os nove homens a bordo."

A neutralidade nominal brasileira começava a provocar a Alemanha mesmo antes do rompimento oficial de relações. Os aeroportos do Nordeste, ao invés de servir a uma empresa aérea de transportes, a Pan-American, começavam a ser utilizados despudoradamente para fins bélicos. Aeronaves ostentando emblemas e documentação norte-americanos, partiam do Brasil e, tão-logo aterrizavam em território africano, mudavam os dísticos para os da Royal Air Force!

Eis como os americanos descreviam o cotidiano de seus homens em território brasileiro (Cf. SADACT, History – Part II, IV p. 77/78):

> "Os alojamentos estavam sendo gradativamente construídos, mas faltavam telas; embora a brisa permanente do mar afugentasse os mosquitos da malária, moscas sobrevoavam o lixo, as latrinas descobertas e a eventual defecação dos trabalhadores. A diarréia e a desinteria eram flagelos a que poucos conseguiam escapar. (...) Os homens bebiam muito e experimentavam os prazeres das prostitutas locais que se multiplicavam rapidamente."

Colocando uma pá de cal sobre a questão das bases americanas no Nordeste, opina Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 194): "Se Vargas e as Forças Armadas não tivessem colaborado, os Estados Unidos teriam tomado a região pela força, o que provavelmente teria causado sérias e constantes lutas no Brasil."

Quando o Governo brasileiro se mostrou intransigente quanto à pretensão dos Estados Unidos em mandar tropas para o Nordeste, muitos artifícios foram utilizados. Por exemplo: a solicitação norte-americana para participar de manobras brasileiras já previstas, com o que se permitiria que forças dos Estados Unidos entrassem em território brasileiro, levou ao cancelamento dos exercícios militares.

Apesar do "oba-oba" de boa parte da imprensa comprometida com a causa Aliada, a cúpula militar brasileira estava precavida a respeito das intenções de Tio Sam.

O Embaixador Caffery preveniu o Governo de seu País: "Nossas tropas podem ser enviadas a Natal, mas contra a vontade dos brasileiros. Somente pela força das armas a região poderá ser ocupada. É um erro de nossas autoridades militares levar adiante qualquer coisa deste tipo." (In: CONN & FAIRCHILD, Op. cit. p. 293)

Aproximava-se a data da III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, a realizar-se em meados de janeiro de 1942 (15 a 18). Washington inibiu iniciativas de levar a Conferência para outro lugar (Santiago, Panamá ou Washington), porque Hull e Welles acreditavam que a "psicologia" criada com a manutenção do encontro no Rio de Janeiro seria favorável à causa Aliada:

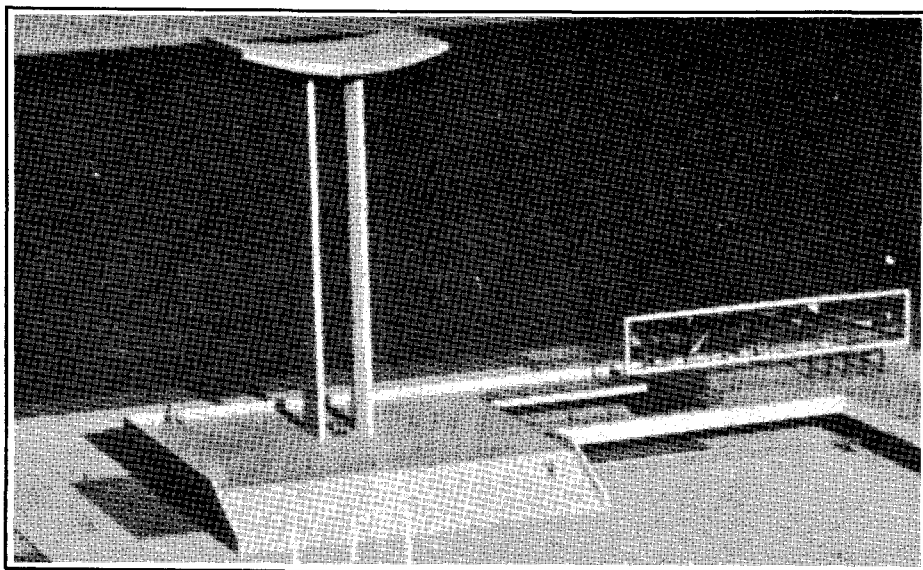
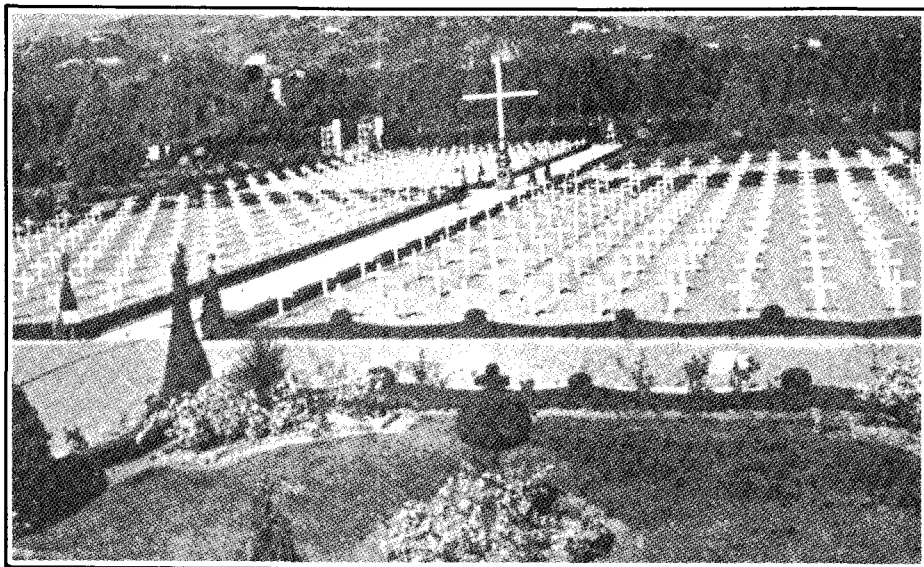
– em primeiro lugar, porque o Brasil, como país-sede da Conferência, seria forçado a responder segundo os interesses norte-americanos, liderança política, econômica e militar inconteste na América;

– em segundo lugar (Cf. Welles a Caffery, Washington, 14 de dezembro de 1941), porque, ali, a Conferência seria presidida por Oswaldo Aranha.

A Alemanha já vinha acusando o Brasil de violar a neutralidade ao permitir que aeronaves americanas em vôo para a África voassem via Natal. O rompimento de relações traria, inevitavelmente, represálias.

A cúpula militar e o Governo brasileiro estavam perfeitamente cientes dos riscos. Os militares preveniram aos Ministros civis e ao Presidente acerca das conseqüências do rompimento. Em contrapartida, Oswaldo Aranha – o trunfo de Hull e Weles, como presidente da Conferência – jogava o seu prestígio colocando-se em oposição a Dutra e Góis Monteiro. O Ministro da Guerra e o Chefe do Estado-Maior do Exército estavam convencidos de que um passo extremo, como o pretendido pelos partidários do rompimento, levaria o Brasil imediata e inevitavelmente à guerra, e que as forças Armadas brasileiras não se achavam suficientemente equipadas e preparadas para assegurar a defesa do território. Tampouco a Marinha de Guerra do Brasil seria capaz de garantir a navegabilidade da frota mercante do País, necessária não só para o abastecimento de produtos vindos do exterior como para o próprio abastecimento interno.

Nessas condições, a regra geral é que se dê prioridade às informações da esfera militar, a única capacitada a opinar sobre questões de segurança externa. Quando da III Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, fez-se ouvido de mercador às ponderações do Ministro da Guerra e do Chefe do Estado-Maior do Exército. Deu-se ouvido e fez-se a vontade do Ministro das Relações Exteriores.

O Ministério resolve que o Brasil declarará guerra à Alemanha e à Itália. Alexandre Marcondes Filho, Ministro do trabalho e, interinamente, da Justiça, aperta a mão de Vargas. Aparecem Apolinário Ales, da Agricultura, Mendonça Lima, da Viação e Obras Públicas, Dutra, da Guerra, Capanema, da Educação. Agosto de 1942.

III – CONSEQÜÊNCIAS DO ROMPIMENTO DE RELAÇÕES COM OS PAÍSES DO EIXO

A decisão brasileira de romper com os países do Eixo, tomada na tarde de 27 de janeiro de 1941, e materializada durante o transcorrer da III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas (28 de janeiro de 1941), trazia grande riscos para o País, além dos prejuízos comerciais incalculáveis resultantes da paralização do intercâmbio de mercadorias entre o Brasil e os países em guerra com os Aliados.

Getúlio Vargas, no dia seguinte à derradeira reunião dos chanceleres, recebeu os plenipotenciários norte-americanos e registrou em seu **Diário**:

1942

29 de janeiro – Vieram almoçar comigo o Sr. Sumner Welles e o Embaixador Caffery. Conversamos antes com grande franqueza sobre os acontecimentos, **os riscos que o Brasil corria** e as necessidades em material bélico e produtos industriais para a nossa defesa e segurança. **Welles manifestou-se muito prevenido contra a Argentina e disposto não só a negar-lhe qualquer auxílio, como a tomar medidas de ordem econômica e financeira contra ela.** Mantive atitude discreta quanto a isso. Fez-me as promessas mais formais de que cuidaria que fossem supridas as necessidades do Brasil. **Os argentinos, que deviam partir hoje, sofreram um acidente de avião, caindo nas águas da Guanabara. Felizmente foram salvos.** (Grifo do autor desta obra.)

1942

31 de janeiro – À noite recebi o Ministro da Fazenda, com quem estive tratando da sua próxima viagem aos Estados Unidos.

Getúlio Vargas, em razão das promessas de Welles e Caffery, decidira enviar o Ministro da Fazenda (Artur de Sousa Costa) a Washington, para concluir os acordos de auxílio dos Estados Unidos para

as minas de ferro de Itabira, para o incremento da produção de borracha e para o desenvolvimento da produção de materiais básicos e estratégicos e outros recursos naturais.

Antes de partir, Sousa Costa comentou com o Embaixador Caffery que o principal objetivo da sua viagem era **assegurar a proteção da Marinha de Guerra dos Estados Unidos à navegação mercante brasileira e a obtenção do armamento necessário**. John W. F. Dulles (Op. cit. p. 238) confessa que "tanto o Ministro como o representante do Exército brasileiro em Washington tiveram pouca sorte".

O Departamento de Estado dos Estados Unidos ("**Foreign Relations of the U. S.**" - 1942, V, p. 641) registra:

> "Quando Oswaldo Aranha recebeu, no Rio de Janeiro, uma lista do equipamento militar disponível para a entrega ao Brasil, comentou que se tratava da "coisa de sempre". E disse a Caffery: "Vocês nos estão descarregando muitos caminhões. Diga a Welles para arquivar a lista, esquecê-la."

Oswaldo Aranha, que empenhara sua palavra na reunião ministerial da tarde de 27 de janeiro de 1942, assegurando, com isso, a aprovação do rompimento de relações com os países do Eixo, ficava em difícil situação perante o Presidente e o Ministro da Guerra. E havia um ponto tão ou mais nevrálgico ainda a considerar: seriam os nortes-americanos capazes de assegurar a navegação transoceânica brasileira, e mesmo a de cabotagem, imprescindível às comunicações com o Norte e o Nordeste?

Tendo o Ministro Souza Costa manifestado seu completo desagrado com o andamento das conversações, Welles argumentou que apoiaria as pretensões do Brasil. A controvérsia conforme afirmam Conn & Fairchild (" **("The Framework of Hemisphere Defense**, p. 315) – "foi resolvida por Harry Hopkins, diretor da recém-criada "Munitions Allocations Board", que afirmou a disposição do governo americano em fornecer, brevemente, alguns aviões, bem como tanques e canhões anti-aéreos ao Brasil".

É claro que o Brasil não poderia ser atendido naquele momento, mesmo que isto representasse a quebra de palavra de Sumner Welles, Jefferson Caffery e Oswaldo Aranha, pois o Governo Roosevelt estava preocupado em salvar a pele de Stálin e do marxismo soviético, canalizando para os portos de Murmansk e Arkangel todos os recursos bélicos de que dispunham. O material bélico remetido ao Brasil, a título de consolação, foram velhos e obsoletos canhões anti-aéreos retirados do Porto de Nova York. (Cfe. John W. F. Dulles. Op. cit. p. 239)

Além da prioridade em suprir a União Soviética e a Inglaterra, pesava contra o Brasil o fato de que seu governo, embora rompendo

relações com os países do Eixo, continuava negando aos americanos a pretendida ocupação das áreas estratégicas e dos aeroportos do Nordeste. Tanto é assim que pelo menos até outubro de 1942, o Pentágono continuou ultimando os planos de invasão do Nordeste brasileiro. (Vide mapa incluso à presente obra.)

Nas duas semanas que se seguiram ao rompimento de relações do Brasil com os países do Eixo, conforme vasta documentação existente nos arquivos do Itamarati, Japão, Itália e Alemanha (principalmente os dois últimos), desenvolveram intensa atividade diplomática, na tentativa de demover o Governo brasileiro da atitude a reboque da conveniência americana. Debalde resultaram todos os esforços. O inevitável acabou acontecendo, e o registro de Getúlio elucida a questão de uma vez por todas:

1942

> **16 de fevereiro** – Tive notícias do torpedeamento do navio "Buarque", do Lloyd Brasileiro, nas costas americanas. **Nota de Rodapé**: Rompidas as relações do Brasil com o Eixo, inciaram-se as agressões à frota mercante brasileira. O "Buarque", que transportava 11 passageiros, café, algodão, cacau e peles para os Estados Unidos, foi afundado pelo submarino alemão U-432. O rádio anunciou também que submarinos do Eixo haviam bombardeado depósitos de petróleo na ilha de Aruba e torpedeado quatro petroleiros americanos próximo ao canal do Panamá. **Estas notícias causaram-me penosa impressão, começando a confirmar-se o que eu esperava da perturbação do nosso comércio com os Estados Unidos e havia ponderado a Sumner Welles quando tratamos sobre o rompimento de relações com os países do Eixo** (Grifo do autor desta obra.)

Na entrevista antes do almoço de 29 de janeiro, Welles garantira a Getúlio que "a Marinha Mercante brasileira se encontrava sob o guarda-chuva protetor dos Estados Unidos e que estaria livre de ataques no litoral da América". (Para as viagens de longo curso transoceânicas, os navios brasileiros deveriam incorporar-se aos comboios Aliados.)

O torpeamento do "Buarque", seguido do bombardeio da ilha de Aruba e do torpeamento de quatro petroleiros americanos, nas proximidades do canal do Panamá, foi uma operação muito mais de significado do que prático. Pretendeu mostrar ao Governo brasileiro que as "garantias" americanas não passavam de fanfarronice. O "Buarque" não sofreu ataque no litoral desprotegido do Brasil, mas nas costas "superprotegidas" dos Estados Unidos.

É interessante ressaltar que Getúlio usa de absoluta franqueza ao registrar o torpedeamento do "Buarque" em seu **Diário**. Não fala de um ato inesperado, "traiçoeiro", mas da pura e simples **confirmação do que esperava**. Era pelo temor de acontecimentos como o afundamento do "Buarque", e de um continuado ataque à frota mercante brasileira, que o Ministro da Guerra e o Chefe do Estado-Maior do Exército vinham se posicionando em contrariedade ao rompimento de relações com os países do Eixo. Aos civis, influenciados pela imprensa, passam despercebidos os riscos inerentes a decisões do tipo daquela tomada pelo Governo brasileiro. E os que têm noção do grau de risco, calam-se como procedeu Roosevelt em relação a Pearl Harbour, pelo simples fato de que o inevitável (como esperava Getúlio) lhes traz benefícios. Mesmo concordando com o rompimento de relações, Getúlio Vargas – nacionalista que era – continuou negando aos americanos a ocupação das áreas estratégicas e dos aeroportos do Nordeste. Em suma, o rompimento de relações do Brasil com os países do Eixo não surtiu os efeitos desejados. Era preciso dar uma sacudidela nos brios de Getúlio e de seus Ministros militares para que estes viabilizassem o apoio logístico de "Torch".

Eis o que escreve Vernon A. Walters, o oficial americano que acompanhou, como tradutor, o comando da FEB durante a fase de preparativos e ação em território italiano ("**Missões Silenciosas**"), p. 33 e 72):

> "Em 1942, a guerra estava longe de correr bem para os Estados Unidos e seus aliados. Os japoneses continuaram avançando no Pacífico e no Sudeste da Ásia. Na Rússia, os Exércitos alemães, aproveitando a primavera, irromperam do Dom até o Volga e se aprofundaram no Cáucaso. Na África, a balança oscilava, pendendo ora para os ingleses, ora para os alemães. Estes penetraram no Egito, alcançando El Alamein e ameaçando Cairo e Alexandria, enquanto mantinham a Europa firmemente sob seu domínio. No mar, os submarinos, operando em grupos, desvastavam os comboios Aliados. Os Estados Unidos e a Inglaterra não se julgavam ainda suficientemente fortes para invadir a Europa ocupada. Todavia, sentia-se que algo deveria ser feito para de algum modo aliviar a pressão sofrida pelos russos e contribuir para as operações dos Aliados contra os alemães. A decisão tomada no mais alto escalão pelo Presidente Roosevelt e o Primeiro-Ministro W. Churchill, foi de invadir a África do Norte francesa, por meio de uma poderosa operação anfíbia, então batizada com o nome de "Operação Torch". (...)
> Em 1942, quando os Estados Unidos se preparavam para atacar a Alemanha na área do Atlântico, tínhamos de encontrar so-

lução para levar aviões, através do Oceano, para a África do Norte, para o Oriente Médio e para o Teatro da China e Birmânia. Pelo Pacífico, as distâncias eram proibitivas, exceto para os grandes aviões de transporte da época. Havia a alternativa do percurso pela Inglaterra, via Islândia, mas, também neste caso, só teria validade para os aviões maiores. Ademais, as condições meteorológicas da rota do norte acarretavam sérias limitações durante a maior parte do ano. Graças a hábeis negociações com o Brasil, mesmo antes de sua entrada na guerra em agosto de 1942, firmou-se um acordo para o estabelecimento de bases navais e aéreas norte-americanas no saliente nordestino brasileiro, o que veio reduzir praticamente para a metade o espaço marítimo a ser sobrevoado."

Não resta dúvida de que o torpedeamento do "Buarque" teve por objetivo, não uma retaliação pelo rompimento de relações, mas, sim, demonstrar que os americanos blefavam ao assegurar proteção para a Marinha Mercante brasileira. Tanto é assim que o Governo alemão continuou enviando ao Brasil produtos de que era devedor na relação de trocas. O autor desta obra, servindo na Fábrica de Juiz de Fora (ex-Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia), no período 1962/1973, tomou conhecimento através de registros e depoimentos de antigos funcionários que grande parte de sua maquinaria e aparelhagem fora instalada por técnicos vindos da Alemanha, vários meses depois do rompimento de relações. Esta circunstância poderá ser facilmente comprovada por historiadores interessados no resgate da verdade dos fatos. Por certo este exemplo aqui evocado não constitui fato único. Os registros alfandegários dos portos do Rio de Janeiro e de Santos hão de oferecer interessantes subsídios.

O ataque seguinte, ocorrido dois dias depois do torpedeamento do "Buarque" recebeu de Getúlio Vargas um tratamento cauteloso. O registro de 20 de fevereiro é sintomático em razão do emprego do verbo **supor**. Eis o que escreveu o estadista de larga visão:

1942

20 de fevereiro – Um submarino que se **supõe** alemão torpedeou outro navio mercante brasileiro em águas americanas – o "Olinda". **Nota de Rodapé**: O "Olinda desapareceu sem deixar vestígios, sendo considerado perdido por ação do inimigo. (Grifo do autor desta obra.)

Tal como ocorrera com o "Buarque", também o "Olinda" fora torpedeado no litoral dos Estados Unidos. Quando sofreu o ataque, na-

vegava ao largo de Virgínia, com destino a Nova York. Cabe aqui uma interessante observação: quando do ataque ao "Buarque", não houve vítimas. Com o "Olinda" não se repetiu o fato. Não houve sobreviventes, impedindo-se, assim, a identificação do agressor. Atribui-se o feito ao U-432, e também a ele o torpedeamento do "Cabedelo", que acabara de deixar o porto de Filadélfia, transportando carvão com destino ao Brasil. Também o "Cabedelo" desapareceu sem deixar vestígio...

Estes últimos acontecimentos convenceram o Governo americano de que o Brasil estava indignado o bastante para a rever sua posição de intolerância:

1942

1º de março – No sábado, 28, procurou-me o Xanthaky, da Embaixada americana, com uma mensagem do Presidente Roosevelt, solicitando-me, com grande empenho, a vinda de uns mil homens, entre soldados e oficiais desarmados, para rever aviões americanos em trânsito para a África. Prometi atender, dizendo que iria antes conversar com os Ministros interessados no assunto.

1942

5 de março – Despacho com os Ministros da Marinha e da Guerra. Dei-lhes conhecimento dos resultados da Missão Costa (Artur de Sousa Costa – Ministro da Fazenda, que se encontrava em Washington). **Nota de Rodapé**: Das negociações do Ministro Sousa Costa, resultaram os chamados Acordos de Washington, pelos quais os Estados Unidos se comprometeram a: a) comprar toda a produção de borracha que excedesse as necessidades do Brasil e uma quota fixa de café, com preços estáveis; b) apoiar técnica e financeiramente a criação de uma corporação destinada a estimular projetos de desenvolvimento econômico; c) transferir para o Governo brasileiro o controle da Itabira Iron Co. e da ferrovia Vitória a Minas; d) elevar para 200 milhões de dólares o crédito aberto ao Brasil pelos contratos "land-lease".

1942

7 de março – Recebi o Xanthaky, a quem disse que o Embaixador americano podia responder ao Presidente Roosevelt que eu concordara com seu pedido de vinda dos técnicos para cuidar dos seus aviões de passagem para a África.

O Serviço Secreto alemão, tomando conhecimento de que o Governo brasileiro começava a viabilizar a Operação Torch, informou Hitler, e este autorizou Doenitz (comandante da frota alemã de submarinos) a atacar navios brasileiros, já que a atitude de colaboração extrapolava um simples rompimento de relações diplomáticas e comerciais.

1942

8 de março – Consta o afundamento de um outro navio mercante brasileiro em águas americanas. **Nota de Rodapé:** O cargueiro "Arabuatã"fora torpedeado pelo submarino alemão U-155, quando viajava de Norfolf para o Brasil transportando carvão.

1942

10 de março – Recebi a notícia do torpedeamento de mais um navio brasileiro em águas americanas – o cargueiro "Cairu". Determinei a suspensão da navegação para os Estados Unidos até que tivesse nossa navegação protegida e assinei decretos pondo os bens dos súditos alemães, japoneses e italianos em garantia dos danos causados pelos seus países. **Nota de Rodapé:** O afundamento do "Cairu", com material estratégico, em 8 de março, pelo submarino alemão U-94, levou o Governo brasileiro a pressionar os Estados Unidos no sentido de efetivar medidas de proteção e garantia do tráfego marítimo entre os dois países. O Decreto-Lei nº 4.166, dispondo sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado ou contra a vida e bens de nacionais ou estrangeiros residentes no País, foi a resposta do Governo aos sucessivos ataques a navios mercantes brasileiros.

1942

11 de março – Determinei que encostassem nos portos mais próximos, ou não partissem, todos os navios em viagem para os Estados Unidos ou de regresso desse País, até que nos fossem dadas garantias de defesa, e comuniquei ao Governo americano.

1942

12 de março – O general Góis pede novamente demissão. O povo ataca e depreda algumas casas de alemães, sendo dispersado pela polícia.

1942

14 de março – Recebi o Chefe de Polícia e o general Góis. Tratei com eles sobre as desordens populares que são atribuídas a um trabalho de preparação para a desordem **guiado por conspiradores comunistas e instigado pelos ingleses do Intelligence Service**. Notei-os apreensivos com a marcha dos acontecimentos. Filinto Müller negou, sob a palavra, que controlasse o Oswaldo ou pessoas de sua família, afirmando que, ao contrário, o Oswaldo é que controlava seus telefones, por intermédio da Light. Outras coisas ocorreram, com as quais não fiquei satisfeito. (Grifo do autor desta obra.) (O "grampo telefônico" já trazia insatisfações aos governantes daquela época.)

1942

17 de março – À noite, recebi o Oswaldo. Trouxe o expediente de sua pasta e voltou a insistir sobre a exoneração do Chefe de Polícia (Filinto Strübing Müller).

1942

23 de março – O Ministro da Guerra reiterava o desejo de exonerar-se do cargo.

1942

Post Scriptum – A 1° de maio desci para o Rio (procedente de Petrópolis), com o propósito de comemorar esse dia no grande comício dos trabalhadores no estádio do Vasco da Gama. Um acidente de automóvel imobilizou-se no leito durante vários meses. (Do acidente no Flamengo, Vargas saiu com fraturas nas pernas, no maxilar e na mão, permanecendo em convalescença por longo período de tempo.) Só a 27 de setembro regressei a Petrópolis para transportar parte das coisas que ficaram no Rio Negro. Quantos acontecimentos de grande transcendência ocorreram na vida do Brasil. Aqui chegando, tracei rapidamente essas linhas, dando por encerradas as anotações. Para que continuá-las após tão longa interrupção? A revolta, o sofrimento também mudou muita coisa dentro de mim!

Nesse período de seis meses sucederam-se inúmeros fatos importantes para a vida nacional. Fatos que não foram registrados por Getúlio Vargas em seu **Diário**, mas que a imprensa e os historiadores

se encarregaram de legar à posteridade. Daqui por diante, portanto, não se tem mais a opinião de Vargas como espinha dorsal deste ensaio, e sim uma pluralidade de fontes bibliográficas. Todavia, os acontecimentos que se desencadearam eram perfeitamente previsíveis. Eles obedeceram uma seqüência lógica, seguiram um cronograma compatível com a decisão tomada pelo Governo brasileiro em 28 de janeiro de 1942.

O Brasil recebeu, a partir da visita do Ministro Artur de Sousa Costa a Washington, o maior quinhão dos desembolsos de assistência financeira, e dos fornecimentos de material sob o "land-lease" feitos à América Latina, durante os anos de guerra. (Cf. Conn & Fairchild. **The Framework of Hemisphere Defense**, p. 329)

É sabido o porquê desse privilégio concedido ao Brasil. Logo depois da assinatura dos acordos de Washington, Vargas autorizou o estacionamento no Nordeste de algumas centenas de homem do serviço de manutenção do Exército americano, que vinham aperfeiçoar as condições dos aeroportos, construir estradas e instalações militares, e permitiu aos Estados Unidos sobrevoar certas áreas sem restrições. (Cf. Conn & Fairchild, Op. cit. p. 317)

Acerca desse contigente precursor dos "paladinos da liberdade e dos direitos humanos", o coronel Adhemar Rivermar de Almeida, em **Montese – Marco Glorioso de uma Trajetória**, (p. 5), assim se posiciona:

> "12 de setembro de 1943. O Comandante do avião da Panair em que viajávamos anunciou pelo microfone de bordo que "estávamos sobrevoando a cidade de Natal, mas intenso tráfego aéreo, prioritário, fará com que levemos ainda alguns minutos antes de aterrissar". Momentos antes, um funcionário daquela companhia de aviação, a exemplo do que já fizera em Salvador e Recife, encobrira com um dispositivo apropriado todas as janelas do avião, de modo a não serem vistas as obras que estavam sendo executadas naquelas três importantes Bases Aéreas. (Os americanos proibiam os brasileiros de tomar conhecimento do que se passava em território brasileiro! Sim, é isto mesmo que diz o autor da obra citada!)
> Pousamos, finalmente, em Parnamirim! A maior base aérea em construção no Brasil, nas proximidades da capital potiguar, crescia diariamente em novas edificações, em modernas pistas de pouso e decolagem e em número de pessoas trabalhando, administradas por norte-americanos fortes e bem alimentados, que dormiam em locais higienicamente limpos e saudáveis (sem

moscas ou mosquitos), que bebiam água pura e possuíam aviões para ir buscar verduras e frutas frescas em nossas cidades do Sul. Parnamirim! Antes um pequeno campo de aviação, cercado de pequenos casebres; **casebres que eram ocupador por brasileiros famintos e que tiveram 24 horas para abandoná-los, após o que os teriam embebido em gasolina e fransfomado em fogo, fumaça e cinzas. Ordem que fora dada sem que nada de concreto fosse providenciado para acolher aqueles pobres patrícios e seus familiares, tão barbaramente expulsos de suas míseras moradas.** (...)
Tudo era de fácil compra para os norte-americanos cheios de dólares: dólares que também estavam servindo para prostituir tantas jovens nordestinas, vindas de todos os rincões...
Natal já possuía até cassino, com jogos, 'shows' e mulheres de fácil entrega."

Antes de intensificar o ataque à Marinha Mercante do Brasil, **"a Alemanha protestou reiteradamente contra a utilização das bases aéreas brasileiras por pessoal norte-americano como ponte para a África, o que qualificou de violação da neutralidade do Brasil. Mas o protesto foi ignorado."** (Cf. John W. F. Dulles, op. cit. p. 240)

Vários autores americanos – como Dulles, Frederic W. Ganzert e Conn & Fairchild – afirmam que, meses antes do Brasil ter declarado guerra aos países do Eixo (22 de agosto de 1942), Recife se transformara em ponto de apoio para a Marinha dos Estados Unidos, e havia intensa atividade nas bases aéreas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e, especialmente, em Natal, fato este que, por si só, justifica a retaliação da Marinha alemã contra os navios brasileiros, pois, se o Brasil não formalizara uma declaração de guerra, contribuía, para com a facção em luta contra a Alemanha.

Em março de 1942, quando o "Cairu" foi posto a pique entre Norfolk e Nova York, houve no Brasil – como registra Getúlio em seu *Diário* (10 de março de 1942) – reação violenta. O povo carioca promoveu manifestações de rua, atacando lojas de propriedade de alemães e houve protestos também no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Vargas determinou o confisco de 30% dos fundos pertencentes aos súditos do Eixo no País – incluindo terras pertencentes aos japoneses – que chegava a meio bilhão de dólares. Não se incluíam neste cálculo os saldos da Alemanha, Itália e Japão no Banco do Brasil, congelados imediatamente após o rompimento de relações.

Se o rompimento unilateral e o confisco de saldos não foram suficientes para convencer Hitler de que o Brasil abandonara de uma vez

por todas sua posição de neutralidade, a submissão ao Governo americano quanto à cedência de bases e portos dirimiu qualquer dúvida.

Durante os meses de junho e julho de 1942, oito navios brasileiros foram afundados no Atlântico Sul, com a perda de vinte e seis pessoas. Certamente que comparativamente ao número de barcos afundados, o número de vítimas foi baixo. A razão é bastante simples. Eis o relato de um desses afundamentos feito pelo coronel Adhemar Rivermar de Almeida (Op. cit. p. 13):

> "No dia seguinte, a tristeza causada pela morte de um jovem aviador foi em parte minorada, pois um sargento veio nos anunciar que dois jovens barbados e maltrapilhos, diziam ser nossos ordenanças. Surpresos, deparamos com o soldado João de Sousa e Silva e com o Thales, ordenanças do general, que haviam insistido em nos acompanhar, apesar de terem de viajar por via marítima. Contaram-nos, então, que o **Itapagé** navegava isolado e sem escolta, após ter escalado em Salvador e Recife, a uma distância de sete a oito milhas do litoral alagoano, fora torpedeado. Já se encontravam os tripulantes recolhidos a uma baleeira, felizes por não estarem mortos, quando viram um submarino emergir ao lado deles. Os alemães filmaram, tiraram fotografias e partiram, deixando-os sós, aliviados e esperançosos."

Os jornais da época, livros, entrevistas e depoimentos repetiram, invariavelmente, a narrativa dos soldados João de Sousa e Silva e do Thales. A Marinha alemã jamais foi acusada de cometer atrocidades. Pelo contrário, muitos náufragos de torpedeamentos foram socorridos, munidos de bússolas e instrumentos de navegação, mantimentos, água potável e outros equipamentos indispensáveis a volta à terra firme.

As mortes ocorridas podem ser atribuídas à fatalidade de um estado de guerra, jamais ao instinto assassino, ao desejo deliberado de matar por matar.

A decisão brasileira de ceder as bases nordestinas aos americanos e de romper relações com os Países do Eixo, assegurou – como afirma Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 215) – a continuidade do Governo Vargas, pois sua deposição fazia parte dos planos militares e políticos de ocupação das áreas estratégicas do Saliente brasileiro (Rainbow IV). Afirma, textualmente, o referido autor (p. 215):

> "Os acordos e decisões políticas do Brasil asseguraram sua cooperação à estratégia de guerra americana, a continuidade de Vargas no poder e ataram o Brasil à economia norte-americana

pela década que se seguiu; **mas não constituíram exibição alguma de altruísmo. Fosse como fosse, ambos os governos já vinham, mesmo antes do rompimento de relações do Brasil com os Países do Eixo, fazendo da neutralidade brasileira uma farsa**." (O grifo é do autor desta obra.)

Em realidade, o Governo brasileiro não cedia, zelando para que sua soberania não fosse maculada. Era pusilânime a ponto de surpreender os próprios americanos. O Embaixador Caffery, em 22 de abril de 1942 (832.20/374, NA) registrava a respeito: "Na verdade, o Coronel Henry A. Barber, que sucedeu Matthew B. Ridgway como principal oficial de planejamento latino-americano do Exército, comentou que se sentiu '**maravilhado**' quando os brasileiros aceitaram o plano; **esperava que pelo menos fossem exigir o comando brasileiro de todas as tropas de ambos os países, em território nordestino**." (Aspas de Mc CANN Jr.; grifo do autor desta obra.)

Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 218) afirma que "os Estados Unidos, com toda certeza, jamais permitiriam tropas estrangeira sob comando estrangeiro em seu território. A conformidade brasileira em aceitar o contrário em seu território não aumentava o respeito americano."

Foi durante o decorrer dessas tratativas e do início do deslocamento de técnicos e militares americanos para o Nordeste brasileiro, que os submarinos alemães afundaram os primeiros navios mercantes do País, "provocando grande preocupação no Governo e na população". (Mc CANN Jr. – Op. cit. p. 221)

Depois que o "Cairu" foi à pique, em 9 de março de 1942, Vargas resolveu suspender a navegação para os Estados Unidos até que os norte-americanos tomassem medidas de defesa, isto é, cumprissem as promessas de proteção total, assumidas nos pródromos da III Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas.

Nos últimos dias de abril, Vargas recebeu o Almirante Ingram na estação de águas de Poços de Caldas. A subserviência começou a ganhar contornos cada vez mais nítidos. Conforme relato de Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 221/222), perguntou a Ingram se este estava disposto a assumir a responsabilidade pela proteção dos navios brasileiros. Tendo este concordado, Vargas passou a chamá-lo, desde então, de "o nosso Lorde do Mar"! O Presidente abriu todos os portos brasileiros, instalações de reparos navais e aeródromos à Marinha americana e "*instruiu as forças aéreas e navais brasileiras para operar segundo as instruções de 'seu Lorde do Mar'.*" Foi depois destes acontecimentos que os submarinos alemães intensificaram o ataque à Marinha Mercante brasileira.

Para que se tenha uma noção exata do ocorrido, é preciso atentar para as datas dos acontecimentos. Percebe-se, com clareza, que o

torpedeamento dos navios brasileiros não foi uma causa, mas uma conseqüência.

Até o início de junho de 1942, o Brasil tivera oito navios afundados. (Ingram fora promovido a "Lorde do Mar" do Governo Vargas em abril.)

A partir de então, os navios brasileiros afundados, embora desfraldassem a Bandeira do Brasil, eram oficialmente "protegidos" e/ou comandados pelos Estados Unidos (pois era Ingram quem, por ordem de Getúlio Vargas, emitia instruções para o Comando Naval.)

Nesse ínterim, as tropas alemãs estavam contra-atacando na Rússia e a situação do Brasil piorava pelas dificuldades de importação e exportação. Segundo Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 224), "oficiais do Exército, de alta patente, preveniram Vargas a não se identificar de maneira tão estreita com os Estados Unidos", pois isto poderia levar o País a uma situação insustentável. Lembravam que a Argentina e o Chile, que não haviam seguido a reboque quando da III Conferência de Chanceleres, **estavam enfrentando uma situação tranqüila, com seus barcos singrando, sem qualquer tipo de embaraço, os oceanos.**

Os Estados Unidos, que oferecera tudo ao Brasil e nada ao Chile e à Argentina, descumpria o que fora prometido ao seu parceiro, e não tomava qualquer tipo de medida contra os que lhe voltaram às costas. **Continuavam a negociar com os dissidentes da Conferência do Rio de Janeiro, e não impediam que estes comerciassem com os Países do Eixo.**

Vê-se logo quem saiu perdendo e quem saiu ganhando!

Os navios brasileiros continuaram a ser afundados, malgrado as providências do novo Lorde do Mar. Não se tratava, convém repetir, de uma ação criminosa, mas de ato de guerra plenamente justificado.

No Pacífico, os americanos agiam de modo totalmente oposto à Marinha alemã. Dezenas de obras e filmes, inclusive produzidos por estúdios americanos, mostram como agiam os "paladinos da liberdade e dos direitos humanos" em situações semelhantes aquela vivida pelos náufragos do "Itapagé" e de outros barcos brasileiros. O filme recentemente produzido – "**War and Remembrance**" (Herman Wouk's – Dan Curtis) – mostra cenas impressionantes de como agiam os submarinos americanos após o torpedeamento de navios da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante japonesas. Emergiam, depois que os sobreviventes haviam embarcado nos escaleres, e **metralhavam a todos indistintamente.** Isso era obra de comandantes isolados, afetados por "traumas de guerra"? Não! **Isso ocorria em cumprimento a ordens expressas do Comando Naval!** Muitos comandantes de submarinos rebelaram-se contra essa ordem e solicitaram remoção. A maioria deles, porém, cumpriu fielmente, como todo "bom soldado", a

ordem superior. E foram esses últimos agraciados com medalhas, louvores e promoções, e não os que se insubordinaram.

Com o soldado alemão, julgado pelos tribunais aliados e estereotipado pelos "historiadores" da banda vencedora, deu-se justamente o contrário. Os insubordinados – como Rommel, Canaris, Stauffenberg, Gisevius, etc. – ganharam o status de veneráveis, enquanto os cumpridores dos regulamentos militares foram levados ao banco dos réus.

Sobre esses tribunais montados pós-guerra, à revelia do mais sagrado de todos os princípios do direito penal – "Nullum crimem, nulla poena sine praevia lege", muito se têm escrito nos últimos anos.

O livro de Dorothy Stuart-Russel – "**Indictment**", publicado na Califórnia, Estados Unidos, em 1990, traz um depoimento esclarecedor e definitivo de Sir Hartley Shawcross, líder oficial da delegação britânica no julgamento de Nuremberg. Eis o que declarou o Procurador Geral Britânico em discurso proferido em Stourbridge, em 16 de março de 1984 (p. 250):

> "At the Nuremberg Trials I, together with my Russian colleague, condemned Nazi aggression and terror.
> I bilieve now that Hitler and the German people did not want war. But we declared war on Germany, intent on destroying it, in accordance with our principle of balance of power, and we were encouraged by the Americans round Roosevelt.
> We ignored Hitler's pleading not to enter into war. Now we are forced to realize Hitler was right. He offered us the cooperation of Germany; instead, since 1945, we have been facing the immense power of the Soviet Empire."
> (Nos Julgamentos de Nuremberg, eu junto com meu colega russo, condenamos a agressão e o terror nazista.
> Acredito agora que Hitler e o povo alemão não queriam a guerra. Mas declaramos guerra contra a Alemanha decididos a destruí-la, de acordo com nosso princípio de equilíbrio de forças, e fomos encorajados pelos americanos em redor de Roosevelt. (Quem eram os assessores de Roosevelt?)
> Ignoramos o apelo de Hitler para não entrarmos na guerra. Agora somos forçados a reconhecer que Hitler estava certo. Ele nos ofereceu a cooperação da Alemanha; ao invés disso, estamos, desde 1945, enfrentando o imenso poderio do Império Soviético.)

Dorothy Stuart-Russel (Op. cit. p. 251), com base no depoimento de Sir Hartley Shawcross, diz que "o arrependimento tem a grande desvantagem de sempre vir depois que o prejuízo – freqüentemente irreparável – foi feito".

A autora citada prossegue (p. 251):

"A afirmação de Sir Hartley de que a Inglaterra estava decidida a destruir a Alemanha mais pelo motivo de reter seu próprio equilíbrio de forças do que por alguma razão de grande humanitarismo, não revela nada que já não se sabia – mesmo que não em todo mundo. Mas ela realmente coloca um selo de autenticidade nas fontes que deram a informação pela primeira vez que a participação da Inglaterra, em ambas as guerras mundiais, não se deveu tanto ao altruísmo, mas aos seus próprios interesses mercenários."

Esta rápida digressão ao tema principal, fazia-se necessária por dois motivos: em primeiro lugar, para rechaçar a historiografia oficial, cujo lugar-comum é apontar as "atrocidades" cometidas pelos alemães durante o transcurso da guerra; em segundo lugar, para reiterar o ponto de vista de que a posição tomada pelo Governo brasileiro (rompimento de relações com os países do Eixo) **não foi a mais correta**. Para o Brasil, a manutenção da neutralidade teria sido o melhor caminho, embora esta atitude tivesse representado um grave risco: o da invasão de território brasileiro por tropas norte-americanas.

Quanto ao primeiro ponto – o referente às "atrocidades" cometidas pelos alemães – convém ressaltar que a bibliografia existente sobre a Força Expedicionária Brasileira (FEB), bibliografia, diga-se de passagem, bastante extensa, jamais alude a atos que possam ser enquadrados fora dos padrões convencionais. Muito pelo contrário, essas obras são fartas em elogios ao comportamento do soldado alemão. O coronel Adhemar Rivermar de Almeida, na contra-capa de "*Montese – Marco Glorioso de uma Trajetória*", alude a um fato que acabou tendo destaque na folha de rosto do "*Noticiário do Exército*", órgão publicado pelo Centro de Comunicação Social do Exército (Ano XXXVII, nº 8.874, edição de 14 de abril de 1994:

Três heróis brasileiros

Nos escombros em que se transformou a Vila de MONTESE, os corpos de três pracinhas do 11º RI – soldados **Arlindo Lúcio da Silva, Geraldo Rodrigues de Souza** e **Geraldo Baeta da Cruz** – foram encontrados em tosca sepultura, construída por soldados alemães, na qual se lia: **"Drei Brazilianichen Helden"** (Três Heróis Brasileiros). Neste simples ato de nobreza, – cujo precedente na história militar mundial carece ser comprovado pelos pesquisadores – o tenaz adversário demonstrava sua admiração aos que se bateram, com denodo, pela causa de sua Pátria.

Três heróis brasileiros

Nos escombros em que se transformou a Vila de MONTESE, os corpos de três bravos pracinhas do 11º RI – soldados ***Arlindo Lúcio da Silva, Geraldo Rodrigues de Souza*** *e* ***Geraldo Baeta da Cruz*** *– foram encontrados em tosca sepultura, construída por soldados alemães, na qual se lia:* ***"Drei Brazilianichen Helden"*** *(Três Heróis Brasileiros). Neste simples ato de nobreza, – cujo precedente na história militar mundial carece ser comprovado pelos pesquisadores – o tenaz adversário demonstrava sua admiração aos que se bateram, com denodo, pela causa de sua Pátria.*

O que precisava ficar enfatizado aqui são os registros de Getúlio com referência ao torpedeamento de navios brasileiros. Sempre que a origem do ataque foi atribuída aos submarinos alemães, a perda em vidas foi relativamente pequena, e não raras vezes os sobreviventes foram auxiliados pelo "inimigo", através de víveres, água, instrumentos de orientação e instruções de como alcançar o litoral. Em todos os casos em que o ex-Presidente utilizou o verbo **supor**, as perdas foram totais, e isto ocorreu, coincidentemente, na época em que o Governo brasileiro se mostrava contrário à cessão das bases aéreas e dos portos nordestinos para o apoio logístico a Operação Torch.

A verdade é que a estratégia de dissuasão alemã não surtiu resultado. Pelo contrário, tal como ocorrera nos Estados Unidos depois de Pearl Harbour, os afundamentos de meados de agosto de 1942 provocaram manifestações em todo o Brasil. Em Vitória, grande multidão desfilou com retratos de Vargas, e o povo depredou um bar alemão e a agência da Bayer. Em Florianópolis, os móveis de algumas residências alemãs foram destruídos, e seus proprietários obrigados a dar vivas ao Brasil, Em Pernambuco as manifestações começaram no dia 18 de agosto de 1942 de forma ordeira, mas aos poucos a manifestação foi mudando de caráter, e grupos de estudantes e de empregados passaram a assaltar escritórios de firmas alemãs, arrancando cartazes e levando objetos metálicos para o depósito da Campanha do Metal para a Marinha do Brasil. Por fim, alguns desordeiros se juntaram aos manifestantes, que saquearam completamente cerca de vinte lojas, antes que a polícia se decidisse a intervir. "Em Porto Alegre, os luso-brasileiros, foram além do que as autoridades consideravam tolerável. As depredações, que começaram no dia 18, revelaram premeditação e vingança, e o Governo teve de intervir". (Cf. John W. F. Dulles. Op. cit. p. 248)

No Rio de Janeiro, a 18 de agosto de 1942, uma multidão se reuniu em frente ao Palácio Guanabara, aos gritos de "guerra" e "vingança". Getúlio, que desde o acidente de 1º de maio não aparecia em público, estava no palácio, experimentando dar os primeiros passos com o auxílio de uma bengala; mandou abrir os portões, e se vestiu para falar com os manifestantes. (Cf. Alzira Vargas do Amaral Peixoto. **"A Vida de Getúlio Contada por sua Filha, Alzira Vargas, ao Jornalista Raul Giudicelli**. Série publicada em **"Fatos & Fotos"**, de 15 de junho de 1963 a 05 de outubro de 1963.)

John W. F. Dulles descrevendo o encontro de Getúlio Vargas com os manifestantes, diz que "no seu tom habitual de severidade, Vargas elogiou os sentimentos dos presentes; não prometeu que o Brasil entraria na guerra, mas disse que os navios dos países agressores que estivessem em portos brasileiros seriam confiscados, e que os fundos pertencentes aos súditos do Eixo responderiam também pelos prejuízos sofridos." (Op. cit. p. 248)

Em **"A Nova Política do Brasil"**, Vol. IX, p. 227-228, Getúlio Vargas diz que encerrou o encontro acima citado pedindo aos que o ouviam que voltassem para casa, com a cabeça erguida. "A bandeira brasileira não será humilhada – disse – porque o Brasil é imortal."

Como já havia um estado de guerra "de fato", desde o rompimento de relações, não havia como recuar agora, mormente porque o motivo dos ataques dos submarinos alemães à Marinha Mercante brasileira tornara-se fato consumado: os americanos já tinham estabelecido sua cabeça-de-ponte no Nordeste, e preparavam, afanosamente, o desencadeamento da Operação Torch. O Brasil, embora sem tornar-se um degladiante ativo do conflito, cedera território, bases e portos, para os inimigos do Eixo.

Depois de se comunicar com Roosevelt, Vargas autorizou Oswaldo Aranha, no dia 21 de agosto de 1942, a enviar notas comunicando aos governos da Alemanha e da Itália que "os atos de guerra praticados contra o Brasil tinham criado um estado de beligerância". Depois de uma reunião ministerial, realizada no dia 22, foi divulgado que o Brasil estava em guerra com a Alemanha e a Itália. Extra-oficialmente se informou que o Japão não havia cometido qualquer ato de agressão ao Brasil, e que, por essa razão, não lhe seria declarado guerra.

No Brasil não se repetiu a euforia e o ardor patriótico ocorridos nos Estados Unidos pós-Pearl Harbour. O Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre, em comunicação datada de 29 de agosto de 1942, informava o Governo americano de que "a declaração de guerra fez com que a ira do povo se transformasse na sóbria contemplação do que o futuro prometia".

O Embaixador Jefferson Caffery telegrafara para Washington, em 27 de agosto, informando ao Secretário de Estado dos Estados

Unidos que "os antigos ocupantes de cargos públicos, cujas esperanças de voltar ao Governo estavam tão vivas há algumas semanas, estão de novo desconsolados: as recentes decisões de Vargas, e em particular a declaração do estado de guerra, fizeram com que o prestígio do Presidente se firmasse, para tristeza deles".

John W. F. Dulles relata um interessante acontecimento. Estados Unidos e União Soviética estavam, na época, em plena lua-de-mel. Mas, Getúlio não entrou na brincadeira: "Alguns comunistas, que haviam participado da revolta de 1935, retornaram do Uruguai e da Argentina, para oferecer seus serviços às Forças Armadas, mas foram postos imediatamente na cadeia." (John W. F. Dulles. Op. cit. p. 249) (A assessoria de Getúlio Vargas era bem diferente da de Roosevelt.)

O problema da organização administrativa das forças militares no Nordeste, todavia, não foi resolvido logo após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo. Somente no início de novembro de 1942, coincidentemente com o desencadeamento da Operação Torch, o Brasil acabou cedendo às recomendações da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos. O Brasil seria responsável pela defesa de seu território e proteção das instalações militares; a defesa costeira ficaria sob a responsabilidade conjunta do Brasil e dos Estados Unidos. Mas a autoridade responsável pela coordenação de todas as atividades militares, por todas as forças, bem como pela proteção da navegação, caberia ao almirante Ingram, que passou a ser conhecido como "Comandante da Força do Atlântico Sul". O almirante americano estabeleceu seu quartel-general em Recife, onde ficaram sediados também os comandantes brasileiros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com responsabilidade pelas operações na área.

O general Robert L. Walsh estabeleceu também em Recife a sede do Comando do Exército Americano no Atlântico Sul, mas os dois mil homens que comandava continuaram na ilha de Ascensão, possessão britânica localizada no meio do oceano Atlântico. A principal tarefa de Walsh era dirigir outra unidade – a Esquadrilha do Atlântico Sul do Comando de Transporte Aéreo Americano, baseada em Natal.

Vincent de Vicq de Cumptich, em entrevista concedida a John W. F. Dulles, em 9 de julho de 1963, afirmou que **"o aeroporto de Natal se tornou o mais movimentado do mundo, com um ritmo de pousos e decolagens que chegava a um a cada três minutos"**. (John W. F. Dulles. Op. cit. p. 250)

Os quadrimotores voavam direto para a África, enquanto os bimotores faziam uma escala de reabastecimento no aeroporto construído na ilha de Ascensão.

A verdade é que sem a concordância brasileira em ceder aeroportos e portos para utilização por parte das Forças Armadas dos Es-

tados Unidos, a Operação Torch (8 de novembro de 1942) e a invasão da Sicília (10 de julho de 1943) talvez não tivessem se concretizado. Ou, se concretizadas, à custa de muitos sacrifícios e de ingentes dificuldades logísticas.

Em 1993, quando passados os cinqüenta anos regulamentares para o sigilo de documentos, vieram a público os planos de invasão e ocupação do Nordeste brasileiro, ficou evidenciado que a III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada em janeiro de 1942, tinha por objetivo, não arrastar a América Latina à guerra, mas tão-somente atrelar o Brasil aos interesses estratégicos americanos. Embora a Argentina e o Chile tenham optado pela neutralidade e pelo não rompimento de relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, nenhuma represália de monta sofreram na prática. Tampouco os Estados Unidos elaboraram planos de invasão desses países. O alvo único e exclusivo era o Brasil, pois desde o ano de 1939, quando a guerra estava distante para os Estados Unidos, estes já planejavam sua estratégia futura, contando com a utilização dos aeroportos brasileiros do Nordeste.

O passo dado a reboque de Roosevelt deu ao Brasil o status de vitorioso na Segunda Guerra Mundial. E não foi apenas o fato de ter rompido relações com os países do Eixo e, mais tarde, ter declarado guerra à Alemanha e a Itália, que perfilou o Brasil entre as nações vitoriosas. O Brasil contribuiu com o vilipêndio de sua soberania; com sangue, suor e lágrimas por parte dos que morreram e dos que os prantearam, sem levar em conta os incalculáveis prejuízos econômicos.

A Marinha Mercante Brasileira perdeu mais de 1/3 de sua tonelagem bruta, ou seja, 36 navios (73% do Lloyd Brasileiro). Não obstante estas perdas, o Brasil foi pressionado a alugar doze de seus navios aos americanos, pela quantia simbólica de **1 dólar** cada! Comprometeu-se, ainda, a destinar os vinte e um restantes ao tráfego exclusivo entre portos brasileiros e americanos, o que praticamente arruinou o comércio brasileiro com os demais mercados internacionais. As perdas com a Marinha Mercante, em razão dos torpedeamentos por submarinos alemães (e dos **supostamente** alemães, a que se refere Getúlio), foram de **3,7 bilhões de dólares**, uma perda tão grande que, hoje, passados mais de cinqüenta anos, não se pôde recuperar.

Com a guerra, os saldos brasileiros, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, eram enormes, pois pouco ou nada se podia importar. Toda a riqueza ficava com eles para o esforço de guerra. O Governo britânico, além de segurar suas dívidas para com o Brasil, sem pagar juros ou parcelas do principal, ainda congelou em seus bancos **4,7 bilhões de dólares**. O montante correspondia não apenas a saldo de negócios com a Inglaterra, mas também ao fruto do comér-

cio com a Dinamarca, Espanha, Grécia, Holanda, Suécia e outros países. Esta operação contribuiu para elevar o valor dos títulos ingleses em mais de 300% no pós-guerra. Muitos desses títulos, valorizados com o dinheiro brasileiro, foram depois repassados ao Brasil para pagamento das dívidas inglesas. Para gerar esses saldos, dos quais não se beneficiou, o Governo brasileiro teve que emitir moeda nacional para remunerar os exportadores, ocasionando um rápido crescimento da inflação e enormes sacrifícios para o povo brasileiro.

Em Potsdam, complementando as decisões draconianas de Teerã e Yalta, os Três Grandes acordaram que a Alemanha deveria recompor todos os danos sofridos pelos Aliados. Todavia, o Brasil acabou sendo o único país que, tendo participado ativamente da luta armada, não foi convocado para a Conferência de Reparações de Paris. Naquela ocasião, os conferencistas decidiram pelo Brasil. Aconselharam o Governo brasileiro a ressarcir-se dos prejuízos da guerra, apoderando-se dos bens de imigrantes alemães e italianos que viviam aqui. É claro que esta medida não atendia aos interesses do Brasil, uma vez que os bens de cidadãos de qualquer nacionalidade que residiam efetivamente no País, já constituíam patrimônio deste, e seu arresto contrariava tanto o direito brasileiro quanto o internacional.

Como integrante do bloco Aliado, o Brasil subscreveu o acordo de criação do Bando Mundial, com a cota de **25 bilhões de dólares**, pois o País possuía grandes saldos congelados. (Este valor é corrigido. Na época, correspondia a 1 bilhão de dólares. Esta correção foi estabelecida multiplicando-se o valor do dólar por 25, tendo em vista o valor aquisitivo da moeda americana naquela época e na atualidade. Um automóvel novo custava, em 1946, 400 dólares. Hoje, este mesmo tipo de carro custa mais de **10 mil dólares**.) A desvalorização feita unilateralmente pelos Estados Unidos rompeu a paridade do dólar com o ouro, provocando a galopante desvalorização da quota brasileira e dos demais associados ao Banco Mundial em 25 vezes do seu valor real. (Está aí o ponto principal a ser revisto pelos responsáveis pelos cálculos e pagamento da dívida externa brasileira.) Paralelamente à desvalorização da quota dos demais países, os Estados Unidos recompunham continuamente a sua com subscrição de dólar papel, que emitiam a seu bel prazer. Deste modo, o Brasil foi "mordido" em **24 bilhões de dólares**, isto sem considerar os juros. Se estes fossem considerados, à razão de 4% ao ano, a "mordida" sofrida pelo Brasil atingiria a **120 bilhões de dólares**! Entretanto, se tomada como base de cálculo a taxa de 20% ao ano (taxa cobrada ao Brasil pelos banqueiros internacionais), o total da "mordida" seria de **227 bilhões de dólares**! Em outras palavras: ao invés de devedor, o Brasil seria credor!

Na atualidade, países da Europa, como França e Holanda, encontram-se em melhor situação do que o Brasil no Banco Mundial. Pa-

radoxalmente, a França ingressou no referido banco com um déficit de 6,2 bilhões de dólares, e a Holanda com um déficit de 5,5 bilhões de dólares!

No passe de mágica "à la Houdini", o Brasil apareceu, dentre os "vencedores da Segunda Guerra Mundial", excluído do rol de beneficiários, em situação pior que a dos "perdedores".

A criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) representou outra forma de esbulho ao Brasil. Este órgão, que se arvorou em tutor das finanças internacionais, sob a tutela dos Estados Unidos, bloqueou a idéia original de se criar uma câmara de compensação do comércio mundial, tendo por referência o padrão ouro, desvinculado de qualquer moeda específica. Em lugar do padrão ouro, instituiu-se o dólar, moeda que os Estados Unidos podiam emitir na quantidade que lhes aprouvesse. O resultado disto é que, para comerciar, qualquer país tem que dispor de saldos em dólar. Isto beneficiou tremendamente os Estados Unidos e os banqueiros americanos, e explodiu as taxas de juros, que chegaram ao patamar de até 25% ao ano. Este procedimento provocou brutal endividamento do Brasil e das nações capitalistas do 3º Mundo. Os banqueiros internacionais se locupletaram, através da agiotagem e da interferência na economia dos países devedores. O total de dólares em circulação, com finalidade especulativa, atinge, hoje, a fabulosa cifra de **15 trilhões de dólares**. Trata-se de um dinheiro sem lastro, puro papel pintado, pois todo o ouro do mundo não corresponde sequer a 1/3 deste valor.

O esfacelamento da Alemanha prejudicou o comércio do Brasil com aquele país, e com outros cuja importação se dava pelos portos da Alemanha.

O "aliado" imposto ao Brasil, como fruto amargo da opção pró-Estados Unidos – a União Soviética, restringiu o comércio dos países da Europa Oriental (tornados satélites) com os exportadores brasileiros. As experiências de comércio tentadas pelo Brasil com esses países, só trouxeram prejuízos. Quem não se lembra das famosas "polonetas"?

No final da guerra, o Governo Vargas, através da Portaria nº 7/1945, procurou controlar os gigantescos saldos do Brasil, na tentativa de disciplinar seu uso na recomposição do parque industrial e da Marinha Mercante do País, que estavam sucateados e/ou avariados em conseqüência do conflito. Esta medida foi postergada, com a deposição de Getúlio Vargas, sob o argumento de que intervinha na liberdade de comércio.

Como se percebe, a vitória do Brasil na Segunda Guerra Mundial não passou de uma "vitória de Pirro". Os próprios derrotados, poucos anos depois da hecatombe que os abateu, surgiram revigorados, recuperando suas antigas posições na economia mundial, e até supe-

rando-as, como é o caso do Japão. O mesmo destino não teve o Brasil, excluído da mesa de negociações da Conferência de Reparações de Paris, privado de suas reservas, obrigado a subvencionar a criação do Banco Mundial, atrelado às exigências do FMI, caloteado pelos países satélites da União Soviética, garroteado pelos juros de uma dívida externa muito menor do que o montante dos prejuízos que sofreu como "vencedor da guerra".

É interessante rememorar mais alguns acontecimentos que assinalaram o fruto amargo que os brasileiros tiveram que engolir com a Aliança Brasil x Estados Unidos.

Em 19 de fevereiro de 1942, quando já se tinha encerrado a III Reunião de Chanceleres, e o Brasil embora tivesse rompido relações com os Países de Eixo, mostrava-se contrário à cessão das bases em seu território, Welles escreveu a Roosevelt (PSF Brasil, 1942, FDRL), informando que a reação se limitava aos militares e que a essência do problema estava em dar-lhes evidências concretas de que os Estados Unidos iam fornecer as armas de que o Brasil necessitava. "Uma vez assim agissem, e se tivessem tato na colocação de suas necessidades – afirmava Sumner Welles – **tinha certeza de que obteriam o que desejavam do Brasil**". (Grifo do autor desta obra.)

Valentim Bouças, conselheiro econômico e companheiro de golfe de Vargas, escreveu uma carta ao Presidente (encontrava-se nos Estados Unidos assessorando o Ministro Souza Costa) relatando o que se tramava contra a economia brasileira (Valentin BOUÇAS a Vargas, Nova York, 23 de fevereiro de 1942, AGV):

> "Há duas correntes de opinião nos Estados Unidos: os homens do New Deal talvez desejem genuinamente ajudar o Brasil, mas a corrente predominante é a de Wall Street, cuja pergunta é "quantos dólares por ano nos dará o Brasil?". Esta corrente, mesmo em tempo de guerra, só pensa em lucros e em explorar matérias primas de tal modo que deixariam o Brasil com crateras no chão e nenhuma indústria. Cito como exemplo o plano da borracha de **Nelson Rockfeller**, cujas conseqüências sócio-econômicas têm sido funestas para o País. **Não vejo uma tendência dos americanos em ajudar as indústrias do Brasil, mas, pelo contrário, de dominá-las**." (Grifo do autor desta obra.)

Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 223), reportando-se ao afundamento de navios mercantes brasileiros, opina:

> "Em 16 de junho, Hitler decidiu lançar uma blitz de submarinos contra o Brasil. O Governo alemão acreditava que a cooperação do Brasil com os Estados Unidos e as atividades de sua Mari-

nha e Força Aérea indicavam que o Brasil não era mais um país neutro, mas em estado de guerra, e que, quando o país estivesse organizado e preparado faria uma declaração de guerra formal contra o Reich."

Hitler fez mais. Segundo Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 223), "preveniu o Brasil em transmissão radiofônica de que as ações empreendidas pelas aeronaves americanas, a partir de bases brasileiras, teriam conseqüências funestas".

Dez submarinos partiram de portos franceses com destino à América do Sul e chegaram ao largo da costa brasileira na primeira semana de agosto.

A base de Natal e arredores entraram em pânico. Muitos moradores fugiram para o interior. O Brigadeiro Eduardo Gomes determinou um black-out; o pessoal da ADP, os guardas e fuzileiros navais norte-americanos, cavaram trincheiras e colocaram metralhadoras em volta do campo. O ataque esperado não chegou a acontecer, mas os submarinos alemães torpedearam quatro embarcações brasileiras ao largo de Porto Rico e Trinidad. (Cf. Mc CANN Jr. Op. cit. p. 223)

Em meados de junho de 1942, o Embaixador Caffery estava encontrando dificuldades em convencer o Governo de Getúlio a ceder, de uma vez por todas, à pretensão americana de ocupar, sem restrições ou embaraços diplomáticos, as bases e as áreas estratégicas (principalmente os portos) do litoral brasileiro, do Rio de Janeiro a Belém.

Sumner Welles teve de justificar perante Roosevelt e os Secretários da Guerra e da Marinha, que Caffery se negava "a ir ao Presidente do Brasil e dar socos na mesa exigindo que os desejos do Departamento de Guerra fossem imediatamente atendidos". (Welles a Roosevelt, Washington, julho de 1942 – Of. 884, FDRL)

No início de setembro de 1942, poucos dias depois do reconhecimento oficial de um estado de Guerra com o Eixo, Vargas mandou chamar o seu Lorde do Mar e deu-lhe autoridade integral sobre a Marinha e a Força Aérea brasileiras e total responsabilidade pela defesa de toda a extensão da costa brasileira.

O Secretário da Marinha Frank Knox ficou estupefato!

De acordo com o documento US Navy Administration In World War II, Commander in Chief Atlantic Feet, Vol. XI, Commander South Atlantic Force, p. 82, "Knox exteriorizou a Ingram que **nenhum país que se respeitasse a si mesmo tomaria tal decisão; em conseqüência, os brasileiros não eram sérios e, de alguma maneira, estavam passando por cima dele"**.

Fica evidenciado aqui, que a famosa expressão atribuída ao General De Gaule, em realidade não lhe cabe. De Gaule não fez mais do que repetir o que declarara Knox, quase duas décadas antes de sua visita ao Brasil.

O incidente – segundo Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 237) – deu realce às maneiras diversas como brasileiros e norte-americanos viam a cooperação militar. Segundo a referida fonte: "Se Vargas tivesse suspeitado de que sua decisão provocaria um declínio no respeito norte-americano pelo Brasil, nunca a teria tomado."

Talvez a análise de Mc CANN Jr. não seja correta a este respeito, pois a filha do Presidente faz a seguinte observação (Alzira Vargas do Amaral PEIXOTO a Carlos MARTINS, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1942, AGV):

> "Tendo acabado de passar a defesa da Nação para a Marinha dos Estados Unidos, Vargas pressionou Washington para manter o fluxo dos materiais de construção de Volta Redonda, independente dos custos. Todo sacrifício seria feito para a continuidade do trabalho, que era essencial ao Brasil."

Será que a honra nacional vale menos do que uma siderúrgica?

O episódio enche Mc CANN Jr. de razões para tecer a seguinte descrição da sociedade carioca:

> "A escassez de gasolina e a imposição de racionamento provocavam reclamações e obrigavam uma quantidade maior de pessoas no Rio de Janeiro a depender dos bondes que rangiam ao levá-las à Cinelândia ou a cinemas de Copacabana para ver o Zé Carioca de Walt Disney ensinar o Pato Donald a dançar samba e tomar cachaça. Depois da sessão de cinema, as pessoas podiam caminhar ao longo da Avenida Atlântica, deliciando-se com o marejar das ondas de espumas enquanto provavam o novo sabor da guloseima que acabara de chegar ao mercado – o sorvete kibon – um dos agradáveis resultados da guerra. Uma empresa americana, que os japoneses forçaram a sair da China, estabeleceu-se no Brasil e começou a vender o sorvete Kibon a uma ávida clientela. Outras pessoas de gostos mais dispendiosos apinhavam-se à volta de mesas de roleta em um dos cassinos da moda – Atlântico, Urca ou Copacabana..."

Na noite de 27 de janeiro de 1943, Vargas, Ingram e Caffery desembarcaram na base aérea de Paranamirim. Chegavam para recepcionar Roosevelt em visita ao Brasil. Tudo se fazia no mais absoluto sigilo. Segundo relato de Caffery (30 de janeiro de 1943, 7400011 EW

1939/27590, NA) "Vargas e não Roosevelt é quem era tratado como convidado. Getúlio Vargas, o realista de sempre, não mostrou sinais de se ofender com o dispositivo que refletia nitidamente as realidades da situação." (O que era natural. Afinal de contas, se de direito aquele era território brasileiro, de fato pertencia aos norte-americanos.)

Se com honestidade de propósitos, ou com a finalidade de quebrar as resistências à dominação que ainda não tinham sido de todo afastadas, Roosevelt fez um convite a Vargas. Disse que gostaria de tê-lo ao lado durante a conferência de paz a ser realizada no final da guerra. A morte de Roosevelt impediu que se tomasse conhecimento de até que ponto era isto sincero. Truman deixou o dito pelo não dito.

O Presidente brasileiro voltou ao Rio de Janeiro com o melhor dos humores. Achava que podia confiar em Roosevelt (que lhe presenteara com uma bengala e o sorriso de sempre), e estava encantado com a perspectiva de tomar parte numa conferência internacional de paz.

Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 246) diz que "os americanos estavam contentes com o óbvio entusiasmo de Vargas pela causa Aliada. Atribuíam muito do êxito no Brasil ao trabalho do Almirante Ingram. Numa reunião da Comissão Permanente de Ligação, o Almirante Frederick C. Horne Pilheriou: 'Acho que estão querendo entregar, além da Marinha e da Aeronáutica, também o Exército ao Almirante Ingram."

No final de 1943, um Memorando (Background of Naval Mission Funcions, Enclusure A, NS, ND, QC/EF 12 A 14 – 5) dizia: "É da política do Governo dos Estados Unidos da América manter a Missão Naval no Brasil depois da guerra."

Em junho de 1944, a despeito dos desmentidos anteriores e promessas públicas de que pessoal militar algum dos Estados Unidos permaneceria em bases brasileiras depois da guerra, os dois países assinaram um acordo sobre aviação que permitiria a presença continuada de militares norte-americanos no País.

Diz Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 262):

> "Em julho de 1944, o Brasil estava na posição da mulher que se entregou ao amante e só lhe resta esperar que as intenções dele sejam honestas."

Por incrível que possa parecer, Oswaldo Aranha, o principal artífice da relação extra-conjugal acima descrita, tinha sido defenestrado do zênite político. Segundo Mc CANN Jr. – (Op. cit. p. 265) – "seu prestígio no Governo estava tão baixo que, quando recomendava alguém até para um emprego de porteiro, a recomendação não chegava à decisão".

Dois anos depois que o Brasil entrou na guerra e exatamente quando suas forças começavam a tomar posição no campo de batalha europeu, o arquiteto da política pró-americana era forçado a sair do Governo Vargas.

O jornal argentino "El Tiempo" (Buenos Aires, 24 de agosto de 1944) opinava: "A queda de Aranha se deveu à sua política yancófila, que havia se mostrado difícil demais para os patriotas brasileiros. Mr. Hull acaba de sofrer uma grande derrota diplomática e num país que se supunha inteiramente conquistado."

Em setembro de 1944, as grandes potências se reuniram em Dumbarton Oaks para discutir a nova organização mundial do pós-guerra. O Brasil e nenhuma das nações latino-americanas foram convidados. Quando o Embaixador Carlos Martins manifestou sua contrariedade junto a Stettinius, este depreciativamente afirmou que se tivessem sido consultados ou convidados, a conferência não teria cumprido a sua programação.

E Vargas ainda alimentava a esperança de sentar-se ao lado de Roosevelt na conferência de paz do pós-guerra!

Os Estados Unidos tinham em vista outros objetivos que não a prestação de contas para com os pequenos parceiros.

Eis o que afirma Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 269):

> "A economia dos Estados Unidos estava voltada para a paz que se aproximava e os homens do tipo 'quantos dólares por ano?' e seus aliados, como por exemplo, Stettinius, Rockefeller, Jesse Jones, James F. Byrnes e Adolf Berle, manobravam para assegurar o controle dos mercados e das matérias-primas da América Latina."

Getúlio Vargas, muito mais preocupado com seu prestígio do que com os interesses do Brasil, meteu na cabeça que deveria ser formada uma Força Expedicionária para participar do conflito europeu, porque, no seu entendimento, os beligerantes diretos teriam voz ativa na conferência de paz pretendida por Roosevelt. Não se dava conta de que, pelo menos em tese, os Aliados lutavam contra os regimes similares ao seu.

A esta altura, como a vitória Aliada era apenas uma questão de tempo, o Exército americano se mostrava relutante em atravancar o campo de batalha com pequenos efetivos Aliados competindo pela glória. O Departamento de Guerra já recusara a oferta dos mexicanos, alegando a falta de transporte e uma vasta gama de problemas de treinamento e suprimentos.

Mas Vargas insistia. No seu íntimo pensava: como irei sentar-me ao lado de Roosevelt se os brasileiros não tomaram parte ativa no

conflito? Como irei ter voz ativa, se nenhum soldado morreu em defesa da causa Aliada?

Se do lado do Governo brasileiro era preciso preparar "bucha de canhão", do lado americano não era tão fácil esquivar-se da oferta tal como ocorrera em relação aos mexicanos. Diz Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 274/275): "Os brasileiros não poderiam ser desencorajados tão facilmente por causa da existência das importantes bases militares em seu território."

A cúpula militar, ciente de que o Brasil carecia de material e treinamento, imprescindíveis a um empreendimento de tamanha magnitude, sob pena da tropa submeter-se a vexames e grandes riscos, continuava prevenindo o Governo de que o envio ao teatro de operações europeu de um contingente mal equipado e insuficientemente treinado era inviável. Alegavam que se tivessem de ir para a frente, teriam de valer-se de embarcações americanas, de armamento americano, de uniformes americanos e, como acabou acontecendo, até de botinas americanas.

O Exército americano pensava igual aos militares brasileiros. Eram práticos, tomavam suas decisões apoiados em fatos, nos princípios da logística e em outros fatores que não podem ser desconsiderados por quem faz a guerra ou pelos que vão à guerra.

Prevaleceu não a vontade dos técnicos, mas a dos políticos. Roosevelt acabou aceitando a oferta de Vargas em razão da necessidade de continuar utilizando as áreas estratégicas do Saliente nordestino, sem o emprego de força. Além disso, acabou se convencendo de que, caso tropas brasileiras fossem à guerra, teria uma posição privilegiada na conferência de paz. Ao invés de representar apenas os Estados Unidos, poderia falar em nome da América.

Como sempre, os estrategistas norte-americanos vislumbraram a possibilidade de matar dois coelhos com uma só cajadada. Sugeriram ao Brasil que sua Força Expedicionária fosse montada com efetivos nordestinos. Alegaram que estas tropas poderiam ser melhor treinadas (pois os americanos se encontravam ali) e, além disto, se localizavam próximas aos pontos de embarque.

Mas os militares brasileiros não se deixaram ludibriar. Diz Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 278): "Alguns nomes do Exército brasileiro, contudo, suspeitaram de que os Estados Unidos tentariam manter as bases depois da guerra" e, por isso, tratavam de reduzir os efetivos brasileiros no Nordeste. Decidiram, a contragosto de Roosevelt e de seus conselheiros para assuntos de guerra, "manter forças de bom valor na área".

Vargas, repetindo a fraqueza que levara Ingram ao comando da Marinha e Aeronáutica brasileiras, concordou em aceitar a direção estratégica dos Estados Unidos no emprego da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Os brasileiros não teriam assento no Conselho de Guerra Aliado e nenhum representante junto ao quartel-general de Eisenhower. Suas forças seriam inteiramente dependentes dos Estados Unidos para fins de transporte, equipamentos, instrução, suprimento e serviço. Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 284) esclarece: "Os Estados Unidos tinham se suprir inclusive gomas de mascar e barras de chocolate em suas rações diárias; até o pagamento dos efetivos e os serviços de correio eram dependentes."

Mc CANN Jr. (Op. cit. p. 285) pergunta:

"Na Primeira Guerra Mundial, o General John J. Pershing recusara-se a colocar a Força Expedicionária Americana sob comando operacional estrangeiro. Ao optar pelo contrário, esperavam os brasileiros admiração e respeito?"

Para o Governo brasileiro essas considerações eram de somenos importância. Vislumbrava-se o prestígio pessoal e, quem sabe, a benevolência de Roosevelt ante o fato de que Vargas era o espelho dos governos contra os quais os Estados Unidos lutavam.

Todas essas circunstâncias de bastidores poderiam ter levado a FEB a passar por terríveis vexames e até ser dizimada nos confrontos com um adversário experimentado, bem armado e extremamente disciplinado. Se isto não ocorreu, foi porque a oficialidade e os pracinhas brasileiros superaram a todas as dificuldades, escrevendo com bravura e sangue uma página que de nenhum modo se confundiu com os desmandos políticos. De início, os acontecimentos demonstraram a correção das avaliações de Dutra e Góis Monteiro quanto ao despreparo do Brasil. Mas a continuidade das ações, depois de um batismo de fogo preocupante, comprovou que os brasileiros poderiam ombrear-se com os melhores soldados do mundo.

Reportando-se aos primeiros dias da FEB na Itália, o Chefe do Estado-Maior da FEB, General Floriano de Lima BRAYNER, chegou a escrever (**A Verdade sobre a FEB,** p. 118): "Não deveríamos ter vindo. Essa é que era a verdade fria. Se fôssemos, por exemplo, como os sul-africanos ou canadenses ou neozelandeses, que tudo traziam do seu país, inclusive o transporte e a escolta marítima, os norte americanos nos receberiam com o sorriso número um. Mas estávamos somente com a carne para canhão e a grande lealdade típica do brasileiro."

Em Vada, perante um palanque improvisado em que se encontrava, dentre outras autoridades, o General Mark Clark, a FEB desfilou cantando, em inglês, o "God Bless America", parecendo sintetizar a dependência inicial.

Depois, as coisas mudaram. Os pracinhas brasileiros, em suas trincheiras, cantaram "Lili Marlene" – como todos os Exércitos que par-

ticiparam da guerra. Puseram versos modificados em "Que é que a baiana tem?" e entoaram as canções de sua terra. Orgulharam-se de ser brasileiros e verteram lágrimas com saudade da Pátria. E muitos, certamente, evocaram os versos de Gonçalves Dias:

> "Minha terra tem palmeiras
> Onde canta o sabiá.
> Não permita Deus que eu morra,
> Sem que volte para lá."

ANTES DO ROMPIMENTO DE RELAÇÕES COM OS PAÍSES DO EIXO:

Getúlio: E se houver temporal?

Aranha : Não se preocupe. Há braço firme no leme e gente bem-intencionada para nos ajudar...

DEPOIS DO ACONTECIDO E DE SUAS CONSEQÜÊNCIAS:

"O prestígio de Oswaldo Aranha estava tão baixo que, quando recomendava alguém até para um emprego de porteiro, a recomendação não chegava à decisão do Presidente." (Frank Mc Cann Jr. Aliança Brasil - Estados Unidos (1937-1945), p. 265)

Conclusão

O **Diário de Getúlio Vargas**, documento que serviu de espinha dorsal desta obra, confrontado com a bibliografia complementar que lhe deu sustentação e preencheu lacunas, não deixa dúvidas quanto a duas realidades históricas de fundamental importância para o relato definitivo da Segunda Guerra Mundial:

– Em primeiro lugar, a data de 1º de setembro de 1939, escolhida por grande parte dos hitoriadores como marco inicial da Segunda Guerra Mundial, não traduz a exatidão dos fatos. Muito antes do início da guerra germano-polonesa, a Inglaterra, a França, e mesmo os Estados Unidos (acobertados pela política enganosa de Roosevelt), declaravam guerra à Alemanha, sob a forma de embargos comerciais e pressões sobre os governos que teimavam em negociar com a nova Fênix, revivida pelo nacional-socialismo, após o tufão de ódio e vingança, atiçado por Clemenceau em Versalhes. Não esperavam as duas potências ocidentais da Europa e tampouco os Estados Unidos, que a "paz cartaginesa" imposta à Alemanha permitisse que esta, num curto espaço de 20 anos, pudesse ombrear-se novamente com aqueles que realizaram sua partilha, e como abutres, fartaram-se dos espólios de guerra. A mensagem de Woodrow Wilson, capaz de assegurar um longo período de paz, porque fundada na razão, foi escarnecida por Clemenceau e por David Lloyd George, que exigiram do vencido reparações de natureza territorial, industrial, comercial, financeira, militar e moral. Clemenceau exclamara, exultante, quando soube que a Alemanha tinha aceito o armistício: "Enfin! Il est arrivé ce jour que j'attends depuis um demi siècle! Il est le jour de la revanche!" (A Alemanha aceitara o armistício baseada na afirmação de Woodrow Wilson de que "nenhuma decisão que infrinja os princípios da justiça é permanente; não devemos permitir que qualquer sentimento de vingança, qualquer espírito de cobiça, qualquer desejo ganancioso seja mais forte que os princípios fundamentais da justiça").

Dentre outras tantas imposições à Alemanha, no curso da Conferência reunida oficialmente em 18 de janeiro de 1919, incluíram-se: a restituição da Alsácia-Lorena à França; cessão à Polônia da maior parte da Província de Posen, com 600.000 habitantes alemães; transformação de Dantzig, com maioria absoluta de população alemã, em cidade-livre; cessão de Memel à Lituânia e de Eupen-Malmédy à Bélgica; perda de todo o império colonial (o terceiro do mundo); cessão

da Bacia do Sarre à França, durante 15 anos; entrega das jazidas carboníferas da Alta Silésia à Polônia; obrigação de entregar, durante um período de 10 anos, 40 mil toneladas de carvão à França, Itália, Bélgica e Luxemburgo; entrega às Potências Aliadas de todos os navios de sua Marinha Mercante de tonelagem superior a 1.600 TB; entrega da metade de seus navios entre 1.000 e 1.600 TB; entrega de 1/4 de seus barcos de pesca; entrega de 20% de sua tonelagem de navegação interior; entrega de 5.000 locomotivas e 150.000 vagões de estrada de ferro em boas condições; confisco de todos os investimentos e bens alemães no estrangeiro; desmilitarização da Renânia; proibição da esquadra possuir encouraçados e submarinos; redução dos efetivos do Exército a um máximo de 100.000 oficiais e praças; submissão a julgamento, como "criminosos de guerra", de seus principais chefes políticos e militares; admissão de culpa pela guerra...

A imprensa, os historiadores, os políticos, enfim, todas as pessoas com um mínimo de visão e discernimento estavam imbuídos da certeza de que uma paz intolerável é uma opressão que uma nação somente suportará enquanto não tiver meios para anulá-la e contra a qual – como vaticinou Vattel – "os homens se levantarão na primeira oportunidade favorável".

Adolf Hitler como líder político e o nacional-socialismo como ideologia e compromisso de resgate da espoliação sofrida pela Alemanha, surgiram em meados da década de 20, como cultura natural do período de agruras pós-Versalhes. Estava absolutamente dentro do previsível tudo o que ocorreu no âmbito interno da Alemanha. Versalhes e sua "paz cartaginesa", a expansão comunista, a crise econômica, a inflação galopante (decorrente dos compromissos alemães para com os "credores"), o desemprego em massa, a fraqueza dos dirigentes da República de Weimar, a insatisfação de todas as classes sociais, enfim, a insegurança e o desencanto para com a democracia, aglutinaram-se em favor da mensagem nacional-socialista, proporcionando o crescimento vertiginoso do recém-criado NSDAP, e a conseqüente subida de seu líder maior ao poder. Nas eleições de 14 de setembro de 1930, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) obtém 18% dos votos, assegurando 107 cadeiras no Reichstag. Pouco tempo depois, em 31 de julho de 1932, o percentual de votos obtidos sobe para 37%, e o número de assentos do Reichstag, para 230. Em 30 de janeiro de 1933, finalmente Hitler é nomeado Chanceler do Reich pelo Presidente Hindenburg. Nas eleições de 5 de março, O NSDAP consolidaria ainda mais a sua condição de maior Partido: 44% dos eleitores alemães disseram "sim" à ideologia e ao programa de Governo propostos por Hitler.

Neste exato momento, ou seja, quando as facções internacionais contrárias ao reerguimento da Alemanha compreenderam que Hi-

tler e o nacional-socialismo produziriam o indesejável "milagre", o armistício mantido desde Versalhes começou a "fazer água". As duas grandes potências Ocidentais – Inglaterra e Estados Unidos, embora não tomando medidas bélicas imediatas, começaram a guerrear a Alemanha através da adoção de medidas econômicas.

Tardiamente, mas com a coragem que não tem sido comum aos políticos e historiadores da atualidade, Sir Hartley Shawcross diria – "Acredito agora que Hitler e o povo alemão NÃO queriam a guerra. Mas declaramos guerra contra a Alemanha decididos a destruí-la, de acordo com nosso princípio de equilíbrio de forças, e fomos encorajados pelos americanos em redor de Roosevelt." Estas palavras servem hoje como epitáfio para os mais de 40 milhões de mortos do terrível conflito; para os crimes de guerra que ficaram impunes; para os incalculáveis prejuízos materiais sofridos pelas nações; para os "mitos" criados, a fim de abrandar a culpa dos verdadeiros responsáveis...

Os registros de Getúlio Vargas, claros, concisos, externam a opinião sincera do estadista sobre a marcha dos acontecimentos internacionais, evidenciando a "guerra não-convencional" que se moveu contra a Alemanha desde janeiro de 1933.

– Em segundo lugar, sob o ponto de vista específico o da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os registros de Getúlio Vargas permitem que muitas dúvidas sejam dirimidas definitivamente:

• O afundamento de navios mercantes brasileiros não foi a "**causa**" da entrada do Brasil na guerra, mas a "**conseqüência**" de seu rompimento de relações com os países do Eixo, e, fundamentalmente, da cessão de seus aeroportos e portos nordestinos aos Estados Unidos. Este procedimento, partindo de um país nominalmente "neutro", equivalia a um ato de guerra. Reportando-se à questão da neutralidade, Quincy WRIGHT, autor de "**A Guerra**", afirma (p. 114): "Os países que optam pela neutralidade tentam permanecer fora da guerra, mas a obtenção disto depende do interesse dos beligerantes." No caso específico do Brasil, a manutenção da neutralidade era benquista pela Alemanha e pela Itália, pois estes países dependiam dele para a aquisição de matérias-primas e para a exportação de serviços e produtos. Por esta razão, nenhum deles provocaria atritos ou daria motivos para o rompimento de relações. Percebe-se com o máximo de clareza, através das anotações de Getúlio Vargas, que em nenhum momento o Brasil teve motivo de queixas com relação aos países do Eixo. O afundamento de navios mercantes brasileiros foi uma tentativa frustrada, no sentido de fazer o Governo do País voltar atrás no rompimento e cessão de bases aos americanos. Nenhuma dúvida paira quanto a isto. A retaliação era esperada por Vargas e pelos Ministros contrários à referida atitude diplomática. Paradoxalmente, o torpedeamento de navios brasileiros não resultou em proveito da Alemanha e

dos países do Eixo, mas dos Aliados, e especialmente dos Estados Unidos. Diz um velho brocardo do direito que "a quem traz proveito o crime, a este deve ser o mesmo atribuído" (Cui prodest secelus is fecit). Daí o cuidado de Getúlio ao proceder seus registros. A expressão "**supõe-se**" foi por diversas vezes empregada, pois ele estava cônscio de quem se beneficiava.

• As referências à pressão americana pela cessão de bases em território nordestino antecedem em muito o rompimento de relações com os países do Eixo, e mesmo à declaração de guerra dos Estados Unidos. Muitos meses antes de Pearl Harbour, os estrategistas americanos já montavam planos de invasão do Nordeste brasileiro, o que significa dizer que a entrada dos Estados Unidos na guerra era conduta há muito tempo decidida. O incidente com os japoneses resultou de provocação deliberada, e serviu tão-somente para "mexer com os brios" dos que teimavam em opor-se à participação americana no conflito europeu.

Os teóricos modernos do fenômeno "guerra", analisando-a em sua abordagem geopolítica, afirmam que ela é "uma manifestação ou uma forma de luta por melhores condições geopolíticas". As sanções impostas à Alemanha em Versalhes privaram-na do espaço indispensável para sua sobrevivência próspera e segura. Em outras palavras, deixaram um estopim conectado a uma bomba. O povo alemão, tal como vaticinara Vattel, mais de século e meio atrás, levantou-se na primeira oportunidade, ou seja, ateou fogo no artefato engendrado pelos "incendiários" de Versalhes.

Impõe-se, hoje, como resgate da verdade histórica, a reformulação de respostas marteladas nos ouvidos daqueles que se assentam nos bancos escolares. Não se obrigue as crianças e a juventude a responder, mecanicamente, como papagaios: "Hitler e o nacional-socialismo alemão foram os responsáveis pela Segunda Guerra Mundial". Explane-se os fatos tal como ocorreram, e as respostas-padrão, com toda certeza, mudarão de rumo. Para a pergunta referente a responsabilidade pela deflagração da Segunda Guerra Mundial, a resposta compatível com a realidade histórica dos fatos seria: "Clemenceau, Lloyd George e Woodrow Wilson foram os responsáveis pela Segunda Guerra Mundial". Mas ainda assim, não seria esta a resposta final, definitiva. Esses personagens conectaram o estopim à bomba. Os governos da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, rodeados de "conselheiros" muito especiais (estes, os verdadeiros inimigos do nacional-socialismo alemão), se encarregaram, em época futura de pôr fogo ao estopim.

O Brasil resultou credor ao final da guerra. Sofreu grandes prejuízos em barcos afundados; em vidas perdidas no mar e nas montanhas geladas da Itália; em lucros cessantes do comércio com os

países do Eixo; em reservas congeladas nos bancos ingleses; na alienação temporária de barcos, território, portos e aeroportos; em carências enfrentadas pela população (em petróleo e muitos outros produtos); em violências cometidas contra o patrimônio de descendentes de estrangeiros residentes no País; nas arbitrárias remoções de infelizes nordestinos, desalojados de suas casas miseráveis, para que os americanos ampliassem aeroportos e melhor se instalassem para o assalto à África e à Europa; pelo "saco sem fundo" do Banco Mundial, em que transformaram, num passe de mágica, a contribuição brasileira em 1/25 de seu valor inicial...

Para finalizar, ao invés de uma afirmativa, deixa-se aqui uma pergunta:

Quem deveria ressarcir o Brasil pelos inúmeros prejuízos de guerra?

A resposta a esta questão parece de fundamental importância, ainda mais se for considerado o fato de que o Brasil, dentre os "vencedores" da Segunda Guerra Mundial, foi talvez o único participante que arcou com prejuízos. Até mesmo os grandes perdedores – Alemanha e Japão – puderam, através de planos magnânimos – como o "Marshall" – reerguerem-se em relativamente pouco tempo. (Seria uma confissão de "mea culpa" por parte do "vencedores"?) A verdade não se encontra tão cercada dos mistérios e complexidades de algum tempo atrás. A obra de Frank D. Mc CANN Jr. – **"Aliança Brasil-Estados Unidos – 1937-1945"**, publicada pela Biblioteca do Exército, em 1995, faz revelações que desfazem as brumas remanescentes. Em junho de 1940, quando os Estados Unidos não haviam entrado oficialmente na guerra, mas já se preparavam para fazê-lo, traçando estratégias e arregimentando os "aliados" de que precisava, a fim de torná-las possíveis, Getúlio declarou ao Embaixador Prüffer (Mc CANN Jr. Op. cit. p. 158): "A agitação contra a quinta-coluna é devida à propaganda estrangeira de mentiras, **levada a efeito principalmente por imigrantes judeus, o que não tolerarei**." Em todos os quadrantes do mundo eram sempre os mesmos a soprar as trombetas de Jericó!

Menos de uma década depois do término da Segunda Guerra Mundial, quando se preparava para "sair da vida e entrar na história", Getúlio Vargas escreveria:

> "Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos

braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. (...) Os lucros das empresas estrangeira alcançavam até quinhentos por cento ao ano. (...) Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. (...)"

O Brasil perfilou junto aos Aliados sob a égide da defesa das liberdades, da autodeterminação dos povos, do fim das opressões e da exploração internacional, da igualdade de oportunidades, enfim, de uma série de requisitos que – segundo a ideologia dos oponentes do nacional-socialismo alemão – contrariavam a política de Hitler e de seus aliados. (Naturalmente que não levavam em consideração o que se passava dentro das fronteiras da União Soviética.)

Nove anos depois da derrota dos países do Eixo, a carta-testamento de Getúlio destruía as ilusões sobre o futuro da humanidade livre do "perigo nazista".

Os "grupos financeiros internacionais" – artífices da guerra contra o nacional-socialismo – haviam destruído o baluarte que lhes fazia frente, e se assenhorado da quase totalidade da economia mundial.

Em 1919, Clemenceau forçara uma "paz cartaginesa", contrariando os 14 pontos de Woodrow Wilson e as súplicas de Lloyd George, a ponto de Keynes se demitir da delegação britânica e escrever para seu Governo (Cf. Paul JOHSON. **Tempos Modernos – O Mundo dos Anos 20 aos 80**, p. 23): "Como pode o Governo de Sua Majestade esperar que eu assista a esta farsa trágica que é a base 'd'une guerre juste et durable?'."

Em 1945/1946 não foi diferente. Os "perdedores" da Segunda Guerra Mundial – principalmente a Alemanha e o Japão foram espezinhados, com seus principais líderes submetidos a tribunais, à fome e à violência, com suas economias totalmente destruídas, e, principalmente, com o ferrete da responsabilidade pela eclosão do conflito.

A recente confissão de culpa de Sir Hartley Shawcross, atribuindo aos ingleses a responsabilidade pela guerra, não restitui a vida e tampouco resgata a memória dos "justiçados" pelo crime de "atentado contra a paz".

Como no período pós-Versalhes, a espada de Dâmocles pousa sobre o pescoço dos "justiceiros". Desta vez, não se cometeu o erro

anterior. A Alemanha e o Japão permaneceram ocupados a subjugados por meio século. Sua juventude, submetida a uma lavagem cerebral, desde a pré-escola até os cursos universitários, foi treinada a aceitar a culpa de seus antepassados. Temas como o Holocausto não constituem apenas tabu, mas dogmas como os da Igreja. Só que os contestadores ou os que ousam duvidar de que aquela insânia tenha ocorrido, ao invés de excomungados (para futura punição na vida eterna), são levados às barras de tribunais. Recebem punição aqui mesmo na Terra. Na Alemanha submetida, meio século depois da derrota, ainda é proibida a liberdade de pensamento. Será que a verdade precisa de guardiões? A mentira, sim, exige zelo de parte de quem pretende perpetuá-la!

O simples fato de colocar-se uma "verdade" sob amparo da lei, leva a que qualquer pessoa de sã consciência desconfie de estar sendo vítima de embuste. Verdades se impõe pela lógica, pelas ciências, pela reflexão crítica, jamais pelo poder de política do Estado ou de pressões de grupos arvorados à condição de tutores da sociedade. Versões contrárias à mesmice repetida pelos "vencedores" da Segunda Guerra Mundial, embora calcadas na ciência, nas novas informações surgidas e mesmo na confissão de culpa de muitos que antes se passavam por vítimas, têm despertado a ira dos guardiões da "verdade conveniente". S. E. CASTAN, o primeiro e mais importante revisionista brasileiro da Segunda Guerra Mundial, que o diga! Pretende-se implantar aqui, tal como ocorre na Alemanha, a lei do silêncio. Felizmente, o Poder Judiciário brasileiro não se tem dobrado ante o poder econômico e as pressões dos que insistem em perpetuar inverdades, transformando-os em dogmas, em "verdades insofismáveis", colocados acima da razão, da inteligência humana, da ciência.

Os revisionistas de todo o mundo enfrentam a "cortina de ferro" que se montou em torno do que se convencionou chamar de Holocausto, uma das questões referentes à Segunda Guerra Mundial que mais vem despertando, nos últimos tempos, a desconfiança das pessoas.

Em fins de abril de 1996, o Abade Pierre, o mais popular defensor dos pobres da França, indicado para o Prêmio Nobel da Paz, veio juntar-se aos revisionistas.

Teve a coragem de afirmar ao diário "Liberation":

> "O tabu acabou! Você não será mais chamado de anti-judeu ou anti-semita por dizer que um judeu desafinou." *

*Artigo da AE-REUTER, publicado sob o título "Padre francês fala sobre Holocausto". Jornal "**Diário Popular**, Pelotas, Edição de 30 de abril de 1996, p. 17. (O referido artigo informa que o Abade Pierre ajudou, durante a ocupação alemã, muitos judeus a escaparem para a neutra Suiça.)

Imediatamente veio a resposta. Como sempre ocorre nessas ocasiões, a parte contrariada não argumentou com polidez e descortino, não trouxe provas ou discurso de convencimento. Meteu as patas, à moda mula birrenta, que outro argumento não dispõe senão o da força. Disse o rabino-chefe da França, Joseph Sitruk:

"Você me angustiou, padre, e eu não posso me livrar disso... Suas palavras me autorizam de chamá-lo de padre Quixote o acusar de usar seu nome para ajudar uma causa vil."

Pois este "Quixote" este defensor de uma "causa vil" é – como afirma a agência noticiosa AE-REUTER – a pessoa mais popular da França.

Informa a reportagem em foco, que a tempestade começou no início da última semana de abril de 1996, quando ele apoiou o filósofo Roger GARAUDY, um amigo de longa data, por seu livro "**Os Mitos fundadores da Política Israelense**". GARAUDY afirma que os judeus foram vítimas de bombardeios (como todo o povo alemão), de marchas forçadas, fome (como todo o povo alemão) e epidemias (comuns aos campos de concentração devido as aglomerações e escassez de alimentos e medicamentos) e NÃO DE UM EXTERMÍNIO SISTEMÁTICO.

Ora, o livro de Roger GARAUDY, que tanta polêmica vem despertando de abril de 1996 para cá, não acrescenta nada de novo em relação ao que os revisionistas do Brasil vêm afirmando desde o lançamento da obra pioneira de S. E. CASTAN "**Holocausto: Judeu ou Alemão?**", com cerca de dez anos de circulação.

As declarações do abade Pierre, de 83 anos, fundador das Comunidades Emaús, a favor dos pobres, em várias partes do mundo, e sucessivamente eleito o homem mais popular da França, apoiando e defendendo a revisão da história do chamado holocausto judeu, naturalmente foram revidadas pela mídia com acusações que vão do negacionismo, anti-semitismo e até senilidade.

Importante observar e estudar a reação da própria igreja católica romana, sobre a posição do seu ilustre abade, pois o cardeal Lustiger, de Paris, segundo a imprensa do dia 30/05/996, o teria **aconselhado** a manter-se em silêncio para não aumentar a polêmica.

Acredita-se que o cardeal Lustiger não deu apenas um **conselho** ao abade Pierre, mas uma **proibição total**, pois o idoso mas lúcido e ativo padre simplesmente abandonou a França, talvez para sempre, passando a viver num monastério beneditino em Pádua, Itália.

À revista Pelerin Magazine ele declarou "Eu tenho sofrido muito, muito. Os ataques a que tenho sido submetido têm sido intermináveis".

Quem é afinal o cardeal Lustiger para tomar esta anti-popular atitude contra a pessoa mais querida da França? Por que também quer evitar o amplo debate do chamado holocausto judeu? O rabino-chefe Jean Kahn havia sugerido, quando o assunto foi para a imprena ser necessário um amplo debate sobre o holocausto. Quando o Dr. Prof. Robert Faurisson e Henry Roques, famosos revisionistas franceses se apresentaram para o confronto o rabino rapidamente mudou de idéia e escolheu a retirada, com esta lacônica frase "Esta história (holocausto) é tragicamente bastante verdadeira para precisar ser reavaliada 50 anos depois".,

Schopenauer disse: "A verdade pode esperar porque tem vida longa!"

Se a atitude do rabino Kahn e da imprensa não surpreende ninguém, a atitude do cardeal Lustiger surpreende apenas os que desconhecem sua origem, pois trata-se de judeu polonês, que até os 14 anos usava o nome hebráico Aaron. Fez carreira na religião cristã e, segundo L'Express de Paris, visita a cada 15 dias o papa João Paulo II, de quem é íntimo amigo e que o estaria preparando para ser seu sucessor no Vaticano.

Quanto ao Papa João Paulo II, de acordo com entrevista e reportagem publicadas no *"O Estado de São Paulo"* de 27/03/94, verifica-se total afinidade do mesmo com judeus, desde a infância nas escolas até depois da sagração em 1978 e até hoje, quando antigo companheiro judeu participa de refeições com ele no Vaticano. Além de ser divulgador do holocausto judeu, sempre que tem oportunidade, assim como o cardeal Lustiger, o Papa, de acordo com a reportagem. adotou em todo o período do Ponficado o hábito de reunir-se com representantes de comunidades judáicas em todo o país que visita. E são mais de 70 os países visitados.

Não foi citado se age da mesma forma, durante as visitas, em relação a muçulmanos e budistas com muito mais adeptos que a judáica.

Segundo a mesma reportagem de O *Estado*,, há no Vaticano conservadores que pensam que João Paulo II foi longe demais como "protetor de judeus". A acusação é sussurada em Roma e outros lugares, pelos que preferiam ver sua igreja permanecer imutável em suas atitudes, a exemplo do ocorrido em séculos passados.

Desde a morte de Paulo VI a igreja católica romana está perdendo terreno, seu grande partido político foi derrotado e desapareceu a esmagadora influência que o Vaticano exercia no mundo inteiro.

Lentamente está aumentando o número de adeptos e simpatizantes da tradicionalista e conservadora Igreja Católica Palmariana dirigida pelo Papa Gregório XVII com sede em Sevilha, Espanha, escolhido após a morte do Papa Paulo VI, que é o último papa reconhe-

cido por eles; Karol Wojtila é indicado como Anti-Papa, a serviço do sionismo e da maçonaria.

Faz-se menção ao quiproquó francês para demonstrar o quanto é difícil caminhar na contramão da "história conveniente".

S. E. CASTAN, o pioneiro no movimento revisionista da Segunda Guerra Mundial no Brasil, tem enfrentado fogo cerrado proveniente dos guardiões da "verdade conveniente". A luta, ao contrário de esmorecê-lo, tem-lhe aguçado o espírito de pesquisador, de alguém que se nutre de uma consciência tranqüila, de não ser racista, como os racistas que o acusam desta prática infame. (Exemplos de racismo podem ser encontrados na obra "**Sionismo x Revisionismo**, de nossa autoria, publicada pela Revisão Editora Ltda.)

Felizmente, a Constituição brasileira tem sido levada em conta pelos juízes encarregados de julgar as questões movidas contra o editor CASTAN, com o objetivo de calar-lhe a voz e o direito de publicar obras revisionistas.

Em memorável sentença prolatada em ação que resultou na equivocada retirada de circulação de seis obras editadas pela Revisão Editora Ltda., o Exmº Sr. Desembargador João Andrades de Carvalho, assim se manifestou:

"A Constituição é brasileira e feita para os brasileiros. Somos um povo pobre, mas dispensamos os guardiões de nossa consciência."

Esta obra está inserida no contexto revisionista. Não se destina àqueles que adotaram as versões "oficiais" da Segunda Guerra Mundial como dogmas acima de qualquer suspeita ou contestação. É endereçada aos estudiosos de História dispostos a refletir criticamente e chegar à conclusões próprias independentes.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Adhemar Rivermar de. **Montese – Marco Glorioso de uma Trajetória.** Rio de Janeiro, Bibliex, 1985.

2. ALVIN, Aldo **Nossa Vitória na Segunda Guerra.** In: *O Farol.* Rio de Janeiro, nº 11, Out/95, p. 7.

3. BORMANN, Martin. **Testamento Político de Hitler.** São Paulo, Exposição do Livro, s. d.

4. BRAYNER, Floriano do Lima. **A Verdade sobre a FEB**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.

5. BULLIT, William C. **A Ameaça Mundial** Lisboa, Bertrand, 1937.

6. BURDEN, William. A. M. **The Struggle for Airways in Latin America**. New York, Council on Foreign Relations, 1943.

7. CAFFERY, Jefferson. (Embaixador dos EEUU no Brasil. **Entrevistas concedidas a John W. F. Dulles** (03/06/1963 a 04/08/1964).

8. CALLENDER, Harold. In: **The New York Times**. Nova York, The New York Times, 1º/08/1941.

9. CAÓ, José. **Dutra**. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949.

10. CARTIER, Raymond. **A Segunda Guerra Mundial**. 2 vol. 3. ed. Rio de Janeiro, Primor, 1977.

11. CONN, Stetson & FAIRCHILD, Byron. **The Framework of Hemisphere Defense of the Army**. Washington, Departament of the Army, 1960.

12. COUTINHO, Lourival. **O General Góis Depõe**. 2. ed. Rio de Janeiro, Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

13. DE GAULE, Charles. **Memóries**. Paris, Palaix Blanche, 1953.

14. DEPARTAMENTO de Estado dos Estados Unidos. **"Foreign Relations of the United States"**. Diversos Documentos (referenciados por John W. F. Dulles).

15. DULLES, John W. F. **Getúlio Vargas – Biografia Política**. Rio de Janeiro, Renes, 1967.

16. EDMONDSON. **Eu Deponho**. Nova York. Royal'Books, 1933.

17. ENCICLOPÉDIA. **Delta Universal**. Vol. II. Verbete; Aranha, Oswaldo. Rio de Janeiro, Delta, 1982, p. 611.

18. FEST, Joachim. **Hitler**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976.

19. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um Estadista da República**. 3 vol. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.

20. JOHNSON, Paul. **Tempos Modernos – O Mundo dos Anos 20 aos 80**. Rio de Janeiro, Bibliex/Instituto Liberal, 1994.

20. JORNAL. **Noticiário do Exército**. Ano XXXVII, nº 8874/1994.

22. LAFAYETTE, Pedro. **Os Crimes do Partido Comunista**. Rio de Janeiro, Moderna, 1946.

23. MARSCHALKO, Louis. **Os Conquistadores do Mundo**. Porto Alegre, Revisão, s. d.

24. Mc CANN Jr., Frank D. **Aliança Brasil x Estados Unidos – 1937-1945**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1995.

25. REVISTA. **Isto É**. Nº 1234, 26/05/1993.

26. REVISTA. **Veja**. Ano 29, nº 3, 17/01/1996, p. 10.

27. STUART-RUSSEL, Dorothy. **Indictement**. Califórnia, Omni Publs., 1990.

28. THEOBALD, Robert. A. **O Verdadeiro Segredo de Pearl Harbour**. Chicago, Illinois'Books, 1953.

29. VARGAS, Alzira & GIUDICELLI, Raul. **A Vida de Getúlio Vargas contada por sua filha, ao jornalista Raul Giudicelli. (Série publicada na Revista "Fatos & Fotos"** de 15 de junho a 05 de outubro de 1963).

30. VARGAS, Getúlio. **A Nova política do Brasil**. 11 vol. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938/1947.

31. VARGAS, Getúlio. **Diário**. 2 vol. São Paulo/Rio de Janeiro – Siciliano/Fundação Getúlio Vargas, 1995.

32. WALTERS, Vernon. **Missões Silenciosas**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1986.

33. WELLES, Sumner. **Seven Decisions That Shaped History**. Nova York, Harper, 1951.

34. WIKES, Alan. **Hitler**. Rio de Janeiro, Renes, 1973.

35. WOLFSKILL, George & HUDSON, John. **All but the People: Franklin D. Roosevelt and his Critics**. Nova York, Mc Graw-Hill, 1969.

36. WOUK'S Herman & CURTIS, Dan. **War and Remembrance**. Filme.

37. WRIGHT, Quincy. **A Guerra**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1988.